



Biografia do cientista Felisberto Camargo,
polêmico, ousado e futurista.

Paulo Roberto Ferreira
Marly Quadros

Emeleocípio Botelho de Andrade
Editor Técnico

O HOMEM QUE TENTOU DOMAR O AMAZONAS

Embrapa

O engenheiro-
-agrônomo
Felisberto

Camargo não aceitava o despejo diário do Rio Amazonas no Atlântico – cerca de 3 milhões de metros cúbicos de sedimentos por dia. Então, concebeu um projeto que rasgava canais de colmatagem, a fim de drenar uma parte desses sedimentos com o objetivo de fertilizar as terras do Município de Monte Alegre, no Oeste do Pará.

Com o prestígio que desfrutava como diretor do Instituto Agronômico do Norte (IAN) e responsável pelas plantações de seringueira em Fordlândia e Belterra, Camargo conseguiu importar máquinas para rasgar os canais e desafiou o maior rio do mundo em volume de água.

Assim era Camargo, rebelde, polêmico e futurista. Ele afrontou também a burocracia

O homem que tentou domar o Amazonas:
biografia do cientista Felisberto Camargo, polêmico, ousado
e futurista

***Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
Embrapa Amazônia Oriental
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento***

O homem que tentou domar o Amazonas:
biografia do cientista Felisberto Camargo, polêmico, ousado
e futurista

*Paulo Roberto Ferreira
Marly Quadros*

Emeleocípio Botelho de Andrade
Editor Técnico

***Embrapa Amazônia Oriental
Belém, PA
2011***

Exemplares desta publicação podem ser adquiridos na:

Embrapa Amazônia Oriental

Tv. Dr. Enéas Pinheiro , s/n.

Caixa Postal 48.

CEP 66095-100 - Belém, PA.

Fone: (91) 3204-1044

Fax: (91) 3276-9845

www.cpatu.embrapa.br

sac@cpatu.embrapa.br

Supervisão editorial

Luciane Chedid Melo Borges

Supervisão gráfica

José Gomes da Costa

Revisão de texto

Narjara de Fátima Galiza da Silva Pastana

Normalização bibliográfica

Luiza de Marillac Pompeu Braga Gonçalves

Projeto gráfico, capa, edição das imagens e editoração eletrônica

Vitor Trindade Lôbo

1ª edição

1ª impressão (2011): 500 exemplares

Todos os direitos reservados.

A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte,
constitui violação dos direitos autorais (Lei N° 9.610)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Embrapa Amazônia Oriental

Ferreira, Paulo Roberto

O homem que tentou domar o Amazonas : biografia do cientista Felisberto Camargo, polêmico, ousado e futurista / editor técnico, Emeleocípio Botelho de Andrade ; autores, Paulo Roberto Ferreira, Marly Quadros . – Belém, PA : Embrapa Amazônia Oriental, 2011. 192 p. 21cm

ISBN: 987-85-87690-57-9

1. Camargo, Felisberto, 1896-1977 – Biografia. 2. Pesquisa agrícola – Amazônia – Brasil. II. Andrade, Emeleocípio Botelho de, ed.II. Quadros, Marly. III. Título.

CDD 923.30981

© Embrapa 2011

*“A Amazônia não é o inferno verde, nem uma terra sem valor agrícola.
É necessário conhecê-la, para saber aproveitá-la devidamente”.*

Felisberto Camargo, 1951

Agradecimentos

Ao nosso editor técnico, Emeleocípio Botelho de Andrade, pelo convite e orientação.

À senhora Maria Angelina Camargo O'Neill Addison, pela determinação e encorajamento para que este livro fosse publicado.

Ao ex-diretor da Embrapa Amazônia Oriental, Adilson Serrão, pelo apoio à ideia de publicar esta obra.

Ao pesquisador Ítalo Falesi, pelo precioso arquivo de dados sobre Felisberto Camargo.

Apresentação

História não é condescendente com os espíritos tíbios. O homem, para merecer destaque no pódio da glória, como estabelece a carta bíblica, há de ser quente ou frio, nunca morno. Felisberto Camargo era a personificação dos extremos, gostava ou não gostava. Não era dado à contemporização.

Ninguém imprime de forma indelével seu nome na memória de uma sociedade a não ser pelo trabalho árduo e abnegado daquilo que é fruto de sua convicção. Camargo comportava os principais itens que caracterizam o homem de sucesso: inteligência, firmeza de caráter e firmeza de propósitos. A resplandecência do primeiro atributo contribuiu decisivamente para que nunca permitisse abrir mão dos dois últimos.

Foi assim durante toda a sua trajetória como pesquisador, administrador, consultor ou como singelo brasileiro: um cidadão honesto e nacionalista peremptório. A Amazônia era, incontestavelmente, pelo potencial dos recursos naturais e por tudo que poderia proporcionar para o enriquecimento do País, o motivo dessa paixão. Por conta desse amor, passou muito tempo a observar, analisar, estudar, consultar, planejar e implementar uma série de projetos ousados, relevantes e polêmicos, mas, sobretudo, impregnados de uma visão além de seu tempo ou, pelo menos, do que pensava a sociedade amazônica daquela época.

No início da década de 1940, auxiliado pelo corpo técnico da instituição que dirigia, acreditava que os solos da Amazônia, por serem pobres, devido

sua origem geológica, estavam naturalmente vocacionados para o cultivo de plantas perenes. O cultivo de plantas de curto ciclo, como arroz, milho, feijão e mandioca, deveria ser conduzido nas várzeas ricas em nutrientes e localizadas às margens dos rios amazônicos. A fertilidade desses solos poderia assemelhar-se à do Rio Nilo. Seus estudos sobre os solos de terra firme, onde se localizavam o Instituto Agronômico do Norte e parte das terras atravessadas pela Estrada de Ferro de Bragança, o levaram a defender essa tese apresentada na Conferência Interamericana Sobre a Conservação dos Recursos Naturais Renováveis, realizada em Denver, Colorado, nos Estados Unidos, em setembro de 1948.

Como poderá ser percebido no corpo deste documento, o cientista Felisberto Camargo era, no campo da agropecuária nacional, uma das mentes mais brilhantes do seu tempo. Dotado de aguda sagacidade e elevada capacidade de observação, aliava sua incontestável destreza no uso das palavras à eloquência e conseguia, com argumentos lúcidos e carregados de embasamentos técnicos seguros, convencer os donatários das decisões superiores da importância das teses a serem defendidas e dos projetos a serem implementados.

Sempre atento à ação governamental, alertava para a imprevidência do poder público que, à falta de estudos sobre a composição e a natureza do solo da região que circunda a cidade de Belém, em um raio de 200 km entre a capital do Pará e a cidade de Bragança, estabeleceu um equivocado processo de uso da terra, que deveria redundar em grave erro de exploração agropecuária e de organização social no futuro.

Chamava a atenção também para a necessidade de, na Amazônia e nas demais regiões do Novo Mundo, se romperem os grilhões da rotina agrícola do passado e se preparar para suportar, em um futuro próximo, a crise catastrófica que, àquela época, ameaçava o mundo, provocada pelo aumento da população que não era acompanhado de aumento de produção de alimentos. Naquele período, segundo dados técnicos, o mundo dispunha de menos de um hectare de terra agrícola cultivada para cada ser humano.

Essa previsão malthusiana era indício de uma era de fome futura, se não fossem tomadas as providências adequadas para inverter o sentido da crise. Aliás, essa preocupação com a perspectiva de uma crise de fome a que estavam condenadas as pessoas que viviam na Amazônia, que não dispunham de meios de transporte e dependiam totalmente de outras regiões produtoras para sua sobrevivência, era uma constante inquietação desse pesquisador preocupado e responsável com a solução desse problema.

Para merecer um lugar destacado na história de seu tempo, os cidadãos necessitam construir um marco referencial erguido com muito trabalho e

dedicação. Seguramente, Felisberto Camargo, como engenheiro-agrônomo, construiu essa plataforma representada por dois dos três pilares que, em qualquer região, constituem a base do desenvolvimento agropecuário: o ensino, a pesquisa e a extensão rural. Os dois primeiros pilares fundamentais são representados, em nossa região, pelo Instituto Agronômico do Norte (IAN), hoje Embrapa Amazônia Oriental, e pela Escola de Agronomia da Amazônia, a atual Universidade Federal Rural da Amazônia (Ufra), nos quais ele teve intensa e profícua participação.

É plausível supor que ele tenha planejado repetir na Amazônia o êxito da experiência paulista no campo da agropecuária, que ele tão bem conhecia, implantando um centro de pesquisa agrícola nos moldes do Instituto Agronômico de Campinas, fundado em 1889, por D. Pedro II, e criando uma bem estruturada escola de agronomia, à semelhança da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, fundada em 1902, na qual se formara, em 1917.

A Ciência está repleta de eventos em que a reação dos estudiosos ante o posicionamento da sociedade às suas descobertas ou ideias, principalmente as negativas, pode até parecer estranha. O audacioso Felisberto era intransigente na defesa das teorias que o habitavam e nos projetos que defendia, pudessem eles parecer insólitos ou visionários, desde que a convicção sobre determinado raciocínio não lhe permitisse dúvida, quer da base teórica estabelecida como hipótese da proposta, quer pela relevância dos resultados que o projeto poderia trazer em benefício da sofrida população regional. Convencidos os mandatários superiores e estabelecida a decisão política, ninguém o afastava dos objetivos e metas a serem alcançados. Por isso, ele foi muitas vezes contestado e mesmo detestado, principalmente quando seus projetos pudessem, de alguma forma, contrariar os interesses obscuros de alguns coronéis poderosos ou de algumas mentes menos iluminadas.

Assim foi o indómito Camargo. Na implantação do programa de pesquisa da seringueira, em parceria com a Fundação Ford, para combater o mal-das-folhas que dizimava os cultivos racionais dessa planta que fora a redenção econômica do grande vale; como na luta incessante na busca de processos para tornar as várzeas do estuário do Amazonas agricultáveis. Na saga, em que colocou em jogo a própria vida e utilizou todo o prestígio que desfrutava junto ao presidente da República, Getúlio Vargas, para trazer animais bovídeos da Índia, mais adaptados às condições tropicais; como para rasgar os canais que dariam passagem às águas do Rio Amazonas, cujos sedimentos em suspensão, arrancados das margens desde as cabeceiras, eram lançados no Atlântico e deveriam ser desviados e assim depositados no fundo dos extensos lagos, logo às margens do grande rio que ele queria domar, ou pelo menos tornar mais patriótico, em alusão ao que escrevera Euclides da Cunha, em *Os Sertões*.

A agropecuária da Amazônia muito deve a esse bravo guerreiro, que soube muito bem defender com o saber científico os interesses da terra que, após sua chegada a Belém, em 1941, adotou como sua.

Este livro, como as demais demonstrações de reconhecimento que foram consignadas em diversos momentos pelas instituições que lhe são caras, é mais um tributo à memória e uma dívida que é resgatada pelos amazônidas.

O mérito desta obra se deve sobretudo à capacidade de síntese dos autores, os jornalistas Paulo Roberto Ferreira e Marly Quadros, escolhidos pela Embrapa e que aceitaram o desafio. Foram eles que, em uma linguagem profissional, leve e agradável, souberam gerenciar e transformar a riqueza do manancial de dados em uma narrativa absolutamente técnica que retrata a luta de um cientista que acreditava na força do trabalho obstinado. O registro dos dados criados pelo cientista, conservados carinhosamente pelos filhos Maria Angelina, José Geraldo e Maria Thereza, na forma de fotografias, recortes de jornais, publicações técnicas e rascunhos, é o fruto da disciplina e organização sistemática próprias dos grandes pesquisadores, que guardam em si a importância e a sensibilidade do momento histórico. Enfim, a concretização do livro é creditada às gerências das instituições que hoje são o orgulho da pesquisa e ensino agropecuário na Amazônia, a Embrapa Amazônia Oriental e a Universidade Federal Rural da Amazônia.

Emeleocípio Botelho de Andrade
Editor Técnico

Prefácio

Além da madeira gotejante

Alimentos geneticamente modificados, clonagem, mapeamento do genoma humano, exames de DNA, fibra óptica. A pesquisa científica do século 21 avança em uma velocidade nunca antes imaginada. O homem tem pressa. Ainda assim, permanecem os desafios, que se juntam a novos problemas para a humanidade: Aids, doença da vaca louca, guerras biológicas, degradação do meio ambiente, escassez de água, fome.

O Brasil ocupa hoje um espaço de destaque nas pesquisas voltadas para a produção de alimentos e na descoberta de alternativas de convivência sustentável com a natureza, embora ainda utilize práticas milenares, como as queimadas e as plantações e criações de gado extensivas. Aumentar a produção de alimentos e reduzir o processo de ocupação de áreas virgens da Floresta Amazônica é a equação a ser resolvida, nos dias de hoje, pelos pesquisadores que trabalham na região.

Essa preocupação já existia em 1949, quando a revista Time, uma das mais conhecidas e respeitadas do mundo, publicou matéria sobre os trabalhos desenvolvidos pelo Instituto Agrônomo do Norte. Em destaque, o homem que conseguiu aprovação do parlamento brasileiro para um orçamento de 2 mil dólares (na época uma soma extraordinária, três vezes maior do que o normal, como destacou a reportagem) para a pesquisa na Amazônia.

Esse homem, que contava 53 anos de idade, era Felisberto Cardoso de Camargo e o projeto, que perseguiu durante toda a sua vida, desde que conheceu o lado norte do País: transformar 40% do Brasil potencial em realidade concreta. Ele acreditava no potencial das várzeas do Amazonas e seus afluentes.

Nessa época, a principal riqueza explorada era a borracha, mas a produção já estava em decadência há mais de duas décadas. Enquanto o extrativismo dessa espécie florestal foi rentável, as cidades da região pareciam um pedaço de terra descolado do Brasil. Era uma outra dinâmica, ditada pelas fortunas dos barões da borracha ou “madeira gotejante”, como os índios nativos da região chamavam a seringueira de onde se extrai o látex.

A Time chegou a afirmar que a única esperança para o “vale amazônico” seria o cultivo de seringueiras em plantações, como Henry Ford¹ tentou, mas não conseguiu fazer. Felisberto Camargo, no entanto, tinha outros planos para a Amazônia. Ele sabia que a região não sobreviveria apenas da borracha e direcionou as pesquisas do órgão que dirigia para o desenvolvimento de outras culturas, como o arroz, o dendê, a pupunha, o urucu, o timbó, entre outros.

O Instituto Agrônomo do Norte (IAN), usado como ferramenta para levar adiante seu projeto de mudar a história da produção na Amazônia, hoje é a Embrapa Amazônia Oriental, braço regional da maior instituição de pesquisa do País. A Faculdade de Ciências Agrárias do Pará (Fcap), que no início chamava-se Escola de Agronomia da Amazônia e, mais recentemente, transformou-se na Universidade Federal Rural da Amazônia (Ufra), foi outro legado que o cientista ajudou a erguer. Sua história de vida e sua trajetória como pesquisador estão intimamente ligadas ao futuro (e ao passado) da região.

As 1.320.000 milhas quadradas de selva, peixes ferozes, macacos e insetos selvagens conhecidas como vale amazônico contém apenas 2.092.000 habitantes, cerca de 4% da população do Brasil. Os nativos aprisionam crocodilos, cultivam juta e arroz em clareiras e coletam seringueiras nativas espalhadas amplamente na floresta.²

Camargo era um profissional movido a paixão. Quando deliberava implantar um projeto, dificilmente alguém o demovia. Foi assim quando decidiu construir os canais de colmatagem no Rio Amazonas. Não perguntou para a comunidade

¹ Henry Ford (1863-1947), industrial norte-americano que criou a fábrica moderna de automóveis. A linha de montagem idealizada por ele foi responsável na década de 1920, por 50% da produção mundial de veículos.

² Trecho de reportagem publicada na revista Time, de 9 de abril de 1951.



Felisberto Cardoso de Camargo.



José Basílio e Maria Antonia, pais de Camargo.

local ou para as diversas esferas de poder regional se podia ou não fazer. Fez. Enfrentou muitas críticas, na época e décadas depois. Sempre reagiu no mesmo tom.

Mas a impetuosidade do funcionário público não o impedia de cumprir rigorosamente o rito burocrático para conseguir aprovar um projeto. Depois de ganhar o aval do ministro de sua área, ninguém o segurava. Foi assim quando decidiu importar o gado zebu red sindhi do Paquistão. Enfrentou a pressão dos técnicos do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos, dos pecuaristas do Triângulo Mineiro, do pessoal do Itamarati, dos burocratas do Ministério da Agricultura e do próprio ministro de Getúlio Vargas, João Cleophas.

Porém, não desistiu. E não sossegou enquanto não trouxe os animais, ele mesmo servindo de tratador dentro de um avião quadrimotor inglês. Entretanto, foi impedido de descer no aeroporto de Belém, sendo obrigado a pousar na Ilha de Fernando de Noronha, e ainda ficou retido na aeronave por 48 horas, vestindo apenas um short, já que sua roupa virou fogueira por ordem do diretor do Departamento Nacional de Produção Animal, João Barreto.

Essas e outras histórias da obra de Camargo pretendem traçar um perfil do técnico e da gênese da pesquisa agropecuária na Amazônia, a partir da década de 1940.

*Paulo Roberto Ferreira
Marly Quadros*

Sumário

Capítulo 1

Da Serra de São Pedro para Gainesville	23
Em quatro continentes	29
Convulsões políticas	31
A família	34
A sedutora Amazônia	40
Probidade	42
Intempestivo	43
Ousado	46
Impetuoso	47
Religiosidade	48

Capítulo 2

Instituto Agronômico do Norte	51
A chegada	57

Capítulo 3

Seringueira, o primeiro desafio	61
Fordlândia	66
Tecnologia versus extrativismo	68
Sem rodeios	71
Mexendo no vespeiro	75
Em nome dos seringueiros	83
Fluência e encanto	85

Capítulo 4

Romper com o extrativismo arcaico	87
A instalação	93

Capítulo 5

A tentativa de domar o Amazonas	101
Uma imensa baía	110
Obra maravilhosa	115
Não é o inferno verde	116

Capítulo 6

O investimento em genética animal	119
Comigo é diferente!	127
A ressurreição de Felisberto	132
Outra derrota, a da burocracia	133
Pioneirismo com a raça Nelore	139
Fomento e melhoramento do búfalo	140

Capítulo 7

Ciência x Tecnologia	145
-----------------------------	------------

Capítulo 8	
Os futuríveis e os grandes lagos	155
Capítulo 9	
Contribuição à fruticultura	167
Forma primitiva do curauá	172
Reconhecimento de Smith	172
Dendê	174
Ecologicamente adequada	176
Capítulo 10	
Mentalidade agrícola, reação contra a pobreza	177
Conclusão	
Legado para a História	187

Capítulo 1

Da Serra de São Pedro para Gainesville

Crise do café e pós-graduação

Felisberto Camargo nasceu no dia 10 de setembro de 1896, 7 anos após a proclamação da República, na Fazenda São João, na Serra de São Pedro, em Piracicaba, São Paulo. A fazenda pertencia a seus pais, José Basílio de Camargo e Antônia Cardoso de Camargo, plantadores de café. O pesquisador veio ao mundo no mesmo ano em que se instalavam os Primeiros Jogos Olímpicos da Era Moderna e, no Brasil, se iniciava a sangrenta Guerra de Canudos. O presidente da República era o paulista Prudente de Moraes e o conflito teve origem no interior da Bahia. O cearense Antônio Vicente Mendes Maciel, mais conhecido como Antônio Conselheiro, arrebanhou muitos seguidores e chegou a formar uma cidade de excluídos. Mas ao pregar a restauração da monarquia, assinou sua sentença de morte.

Os três primeiros filhos de José Basílio nasceram na fazenda, mas com a crise do café ele teve de se mudar para a sede do Município de Piracicaba. Lá, trabalhou em sociedade com o irmão João, proprietário da grande loja de ferragens Porta Larga, situada na rua principal do comércio da cidade, a Governador Pedro de Toledo, e que, ainda hoje, está de pé.



Camargo (primeiro à esquerda) com os pais e irmãos.



A casa comercial Porta Larga, que depois foi dividida...



...e deu origem à loja de ferragens onde Camargo trabalhou.

Mesmo vivendo em um país marcado pela instabilidade política e econômica, José Basílio criou muitos filhos. Felisberto era o segundo de dez irmãos: cinco homens e cinco mulheres. Estudou interno no Colégio Arquidiocesano de São Paulo, dos Irmãos Maristas, e depois foi trabalhar no balcão da loja de ferragens do tio.

Até então, uma trajetória de vida comum para um brasileiro do século 19 que em nada ligaria sua vida aos destinos da Amazônia, naquela época um paraíso inóspito para as modernidades do Sul do País. O fato que ligaria definitivamente Felisberto Camargo ao povo do Norte do País aconteceu em 1913. Camargo teve que assistir à cerimônia de formatura do noivo de sua irmã mais velha, Sebastiana, na Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq).

O paraninfo da turma foi o irmão do primeiro presidente da República, Deodoro da Fonseca, que por sua vez era tio do então presidente da República, o Marechal Hermes da Fonseca (1910-1914). Na verdade, o médico João Severiano da Fonseca (primeiro médico-general do Exército brasileiro e patrono do Serviço de Saúde do Exército) foi um orador improvisado. Ele substituiu o paraninfo oficial, que estava doente e não pôde comparecer à cerimônia.

Segundo a família de Felisberto Camargo, foi esse discurso improvisado que mudou totalmente o futuro pesquisador. A forma entusiasmada como João Hermes falou sobre a profissão de agrônomo fez com que, naquele momento, Felisberto tomasse a decisão de seguir a carreira.

Em 26 de outubro de 1917, o Brasil oficializava sua participação na Primeira Guerra Mundial, com uma declaração de guerra. Aderindo à causa dos Aliados, o País não entrou diretamente no embate, que se realizava na Europa (desde 1914), mas forneceu gêneros alimentícios e transporte marítimo para as tropas. Também em outubro, a Revolução Soviética triunfava na Rússia. Em dezembro do mesmo ano, aos 21 anos, Felisberto graduou-se engenheiro-agrônomo, na Esalq, em Piracicaba.

A mesma determinação adotada para escolher sua vida profissional, manteve Felisberto durante os anos de universidade. Ele conquistou o primeiro lugar da turma e ganhou como prêmio uma bolsa de pós-graduação nos Estados Unidos.

Nos anos de 1919 e 1920, Felisberto se especializou em fruticultura tropical, mais especificamente no preparo de frutas cítricas para exportação, na Universidade da Flórida, em Gainesville, EUA. Apesar de começar sua profissão com pouca idade, distinguiu-se na carreira, com trabalhos e pesquisas importantes na área agrônômica e na pecuária, tanto no Brasil quanto no exterior.



Camargo, ainda muito jovem, foi para os Estados Unidos fazer um curso de pós-graduação, com bolsa de estudo, por ter concluído o curso de Engenharia Agrônômica em primeiro lugar na Esalq.

Em quatro continentes

O pesquisador Felisberto Camargo penetrou em diversas áreas de pesquisa, sendo considerado um dos cientistas mais completos de sua época. Sua primeira área de interesse foi a fruticultura, mas seus trabalhos e pesquisas enveredaram por áreas como a botânica, entomologia, zootecnia e até solos, entre outras. Foi um dos organizadores do primeiro Mapa de Solos do Brasil.

Os estudos sobre citricultura, principalmente na classificação, armazenagem e exportação (*packing house*) foram muitos, intensificados depois de seu regresso ao Ministério da Agricultura. Camargo foi o responsável pela primeira exportação de laranjas do Brasil para os Estados Unidos, no dia 23 de março de 1923.

Durante o período em que trabalhou com frutas, uma das que mais lhe interessou foi o abacaxi, tema sobre o qual se tornou especialista. Felisberto publicou trabalhos sobre a taxonomia do gênero *Ananas*, do qual descobriu e descreveu algumas espécies novas. Essa experiência foi reconhecida na monografia de Lyman B. Smith, famoso especialista sobre a família das bromeliáceas. Uma das espécies novas descobertas por Felisberto, na Venezuela, recebeu o nome de *A. paraguasensis*.

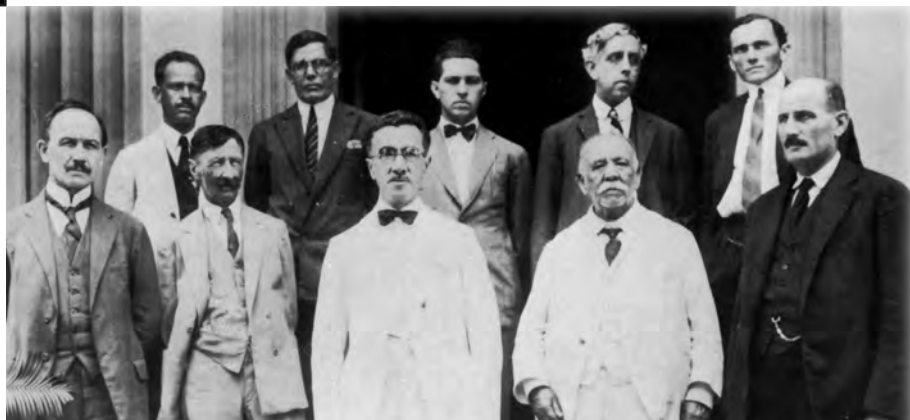
Ao estudar a “ferrugem”, um dos fungos que atacam as frutas, e ao tentar descobrir um agente que combatesse o problema, Camargo começou a trabalhar com pequenos insetos do gênero *Psyllobora*, conhecidos popularmente como “joaninhas”, e que se alimentam dos esporos da ferrugem.

Aos olhos de um leigo, as “joaninhas” parecem todas iguais, mas os pesquisadores sabem que existem muitas espécies do inseto de reconhecimento difícil, o que interessou Felisberto. Ele estudou mais a fundo essas diferenças. E com o tempo tornou-se especialista na taxonomia do gênero *Psyllobora*, passando a receber espécimes de todas as partes do mundo para identificação.

Camargo foi responsável pela descoberta de seis novas espécies do gênero e chegou a coletar cerca de 4 mil exemplares de joaninhas. Depois de seu falecimento, essa coleção de Coccinelídeos foi doada pela família do cientista ao Museu Nacional do Rio de Janeiro.

Felisberto Camargo também era bastante conhecido pela comunidade científica fora do Brasil. Além dos Estados Unidos, visitou países como Inglaterra, Egito e Paquistão. Como membro do Humid Tropical Research Committee da Unesco durante 3 anos, conheceu de perto a realidade de regiões do Ceilão, Costa do Marfim, Choco (Colômbia), Malásia e Sião (hoje Indonésia), além das ilhas desse país. Camargo visitou boa parte dos países da chamada zona tropical úmida na Ásia e África, além de quase toda a Europa.

A América Latina foi o seu alvo de pesquisa mais frequente. Em diversos países da região, coletou espécies silvestres e variedades de *Ananas*,



Felisberto (segundo à esquerda, no alto) integrou a equipe do diretor do IAC, Theodureto Camargo, que foi ministro da Agricultura.



Camargo visitou dezenas de países em todos os continentes.

que foram levados para a Estação Experimental de Limeira, SP, e também alguns Coccinelídeos.

Ao longo de sua carreira, Felisberto Camargo também exerceu diversos cargos públicos e ocupou posições importantes. Embora tivesse uma relação frequente e muitas vezes estreita com o poder, ficou mais conhecido pelas inovações científicas ou pelo espírito de vanguarda. Fez muitos amigos e também inúmeros inimigos.

O primeiro cargo público ocupado pelo pesquisador foi o de assistente do Instituto Biológico do Ministério da Agricultura, no Rio de Janeiro, na época, a capital federal do Brasil. Camargo prestou concurso público, sendo aprovado para o cargo em 1921. Trabalhou nesta função até 1925, quando foi chamado para ocupar a direção da Estação de Pomicultura de Deodoro, RJ, também do Ministério da Agricultura.

Em 1928, seu trabalho foi reconhecido pelo governo do Estado de São Paulo, que o chamou para assumir a chefia do serviço científico da Seção de Citricultura do Instituto Agrônomo de Campinas (IAC), um dos órgãos de pesquisa mais importantes do País e reconhecido internacionalmente, fundado pelo imperador D. Pedro II, em 1889. Camargo permaneceu no cargo até 20 de dezembro de 1930, quando reassumiu a direção da Estação de Pomicultura. Felisberto integrou o *staff* de Theodureto de Camargo¹, um dos mais festejados e prestigiados diretores do IAC, cujo estilo influenciou bastante a carreira do jovem agrônomo da Esalq.

Convulsões políticas

O início da década de 1930 foi bastante tenso no Brasil. Um movimento político derrubou o governo de Washington Luís, que representava o interesse dos grandes latifundiários de Minas Gerais e São Paulo que comandavam a política do “café com leite”. Getúlio Vargas assumiu a Presidência do Brasil, em caráter provisório, mas com amplos poderes. Todas as instituições legislativas foram abolidas, desde o Congresso Nacional até as Câmaras Municipais. Os governadores dos estados foram depostos. Para suas funções, Vargas nomeou interventores. No Pará, o representante do governo federal foi o jovem tenente Joaquim Cardoso de Magalhães Barata.

A população estava insatisfeita com a situação econômica do País, que vivia uma grave crise no setor cafeeiro em decorrência da superprodução do grão, agravada pela crise da queda da bolsa de Wall Street, em 1929. Mesmo

¹ Theodureto, posteriormente, ocupou o cargo de ministro da Agricultura do breve governo de José Linhares e veio a assinar o decreto de criação da Escola de Agricultura da Amazônia, em dezembro de 1945.

com o início da industrialização no Brasil, nas décadas de 1930 e 1940, o café foi o principal produto de exportação nacional até os anos 1950. Quando o governo foi obrigado a queimar o seu principal produto agrícola para manter o preço em cotações mínimas, os ânimos ficaram ainda mais acirrados.

A demora na criação de uma Constituição para o País e a insatisfação com o interventor do Estado de São Paulo deram início a um dos movimentos mais importantes que o País viveu, a Revolução Constitucionalista de 1932.

No dia 23 de maio, foi realizado um comício reivindicando uma nova constituição para o Brasil. O comício terminou em conflitos armados. Quatro estudantes morreram: Martins, Miragaia, Dráuzio e Camargo (que não era parente de Felisberto). As iniciais de seus nomes formam a sigla MMDC, que se transformou no grande símbolo do movimento. Em 9 de julho, explodiu a revolta. As tropas rebeldes se espalharam pela cidade de São Paulo e ocuparam as ruas. Aproximadamente 35 mil homens de São Paulo enfrentaram um contingente de 100 mil soldados.

Mesmo trabalhando num órgão de governo federal, Felisberto Camargo, por ser paulista, aderiu ao movimento constitucionalista. A reação veio logo. Em novembro do mesmo ano, ele foi exonerado por um decreto que afastava todos os funcionários públicos participantes da revolta.

Camargo foi capitão de engenharia dos revolucionários. O coronel Euclides Figueiredo (pai do general João Batista Figueiredo, o último



Camargo trabalhou na Estação de Pomicultura de Deodoro, RJ, de 1925 a 1928, quando voltou para o IAC, em Campinas.



Um dos poucos registros do pesquisador como oficial do Exército, na casa do pai, em Piracicaba.

presidente do ciclo militar que o Brasil teve depois de 1964) comandava uma das três grandes frentes de combate, localizadas nas divisas com Minas Gerais, Paraná e no Vale do Paraíba. A esposa do coronel Figueiredo era amiga de Dona Henriqueta Camargo, esposa de Felisberto. Os outros comandantes militares eram: Isidoro Dias Lopes e Bertoldo Klingner

Embora o movimento tenha sido incitado por setores da oligarquia paulista derrotados pela Revolução de 1930 e defensores da instalação de uma Constituinte com o objetivo de fazer oposição ao governo provisório, a adesão da população ao movimento foi massiva. Estatísticas oficiais apontam 830 mortos, sem contar as centenas de pessoas desaparecidas e não incluídas nesses registros oficiais.

O movimento constitucionalista de 1932 foi o maior confronto militar no Brasil no século 20. Os revoltosos sabiam que não poderiam enfrentar sozinhos o poder de Getúlio. Eles esperavam a adesão de outros estados, como Rio Grande do Sul e Minas Gerais, o que não aconteceu. No intervalo entre 1932 e 1935, Felisberto Camargo trabalhou na iniciativa privada como assessor da empresa de exportação de laranjas de Alberto Coccozza, no Rio de Janeiro, nas fazendas de laranja em Mairink.

Quando a derrota do movimento foi admitida, houve negociações para anistiar os rebeldes e facilidades para o exílio dos líderes civis e militares. Os paulistas anunciaram sua rendição em 3 de outubro de 1932. Apesar disso, dois anos depois, uma assembleia eleita pelo povo promulgou a nova Constituição Brasileira. Camargo, anistiado, foi chamado de volta ao serviço público no IAC, onde permaneceu até 1941, inicialmente como chefe do setor de comercialização de citrus (até 1935), depois como chefe do serviço de citricultura. Nessa época, morou na fazenda Santa Elisa, que pertencia ao IAC.

A partir de então, começou uma nova fase na vida do pesquisador. Embora sua contribuição para a pesquisa agropecuária brasileira tenha sido considerável nesse período, foi quando se deslocou para a Amazônia, a partir de 1941, mais especificamente com a instalação do Instituto Agrônomo do Norte, que Felisberto Camargo realizou seus maiores projetos.

A família

Felisberto Camargo se casou em 10 de maio de 1923, no Rio de Janeiro, com Henriqueta Carneiro da Cunha. A jovem era professora catedrática do Instituto de Educação do Rio de Janeiro, onde lecionava Português e Francês. O casal teve quatro filhos - Maria Angelina, José Geraldo, Jorge Augusto e Maria Thereza - e viveu 54 anos juntos, até o falecimento de Camargo.

O pesquisador teve uma vida de frequentes mudanças. Nasceu em São Paulo, mas estabeleceu ligações importantes com instituições de pesquisa de Campinas, do Rio de Janeiro e, principalmente, da Amazônia. Por isso, seus filhos tiveram de estudar em colégios internos em São Paulo. Dona Henriqueta dava aulas no Rio e era obrigada a se licenciar para visitar o marido, em Campinas, quando este trabalhava no Instituto Agrônomico.



Camargo e a esposa, a professora Henriqueta Camargo.

Sua primeira filha, Maria Angelina, nasceu em 1924, no Rio de Janeiro e quando viajou para Belém estava com 17 anos. Na capital paraense, resolveu continuar os estudos e cursou o segundo e o terceiro científico (hoje ensino médio), no colégio Santo Antônio, de março de 1942 a dezembro de 1945. Em agosto de 1946, casou-se com George O'Neill Addison, agrônomo, geneticista e estatístico que chegara com um grupo de técnicos jovens que vieram para a Amazônia trabalhar no IAN, na Chefia da Seção de Melhoramentos de Plantas, na qual permaneceu até janeiro de 1955.

Addison foi um dos principais colaboradores de Felisberto Camargo no trabalho de pesquisa genética com cacau, seringueira, arroz, dendê e juta. Ele desenvolveu importantes trabalhos com arroz, chegando a lançar uma cultivar adaptada à região. Realizou os primeiros cruzamentos do dendê-africano (*Elaeis guineensis*) com o dendê-amazônico (*Elaeis oleifera*) e implantou um banco de germoplasma do gênero *Theobroma*, produzindo os híbridos interespecíficos desses materiais que até hoje estão disponíveis na Embrapa, em Belém. Colaborou também na organização e formação dos plantéis de

gado nelore de Fordlândia, um dos projetos em que Felisberto se envolveu. Durante toda a sua permanência em Belém, foi também professor de Genética e Estatística Experimental da então Escola de Agronomia da Amazônia.



Bodas de prata do casal Camargo e Henriqueta, em maio de 1948.

O segundo filho foi José Geraldo, nascido em 1925, em Deodoro, no Rio de Janeiro. Embora nunca tenha trabalhado com o pai, também deu sua parcela de colaboração no processo de ocupação da Amazônia. Formado na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), durante 20 anos foi engenheiro do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e desenvolveu o projeto de ocupação rural por meio de pequenos centros urbanos, como as agrovilas, agrópolis e rurópolis, que foram a base da estrutura urbano-rural de colonização da Transamazônica.

Algumas delas se tornaram cidades, como Brasil Novo, que foi transformada em município em 1991 e, em 1996, já contava com 13.990 habitantes, segundo o IBGE. Outros municípios que surgiram dessa primeira tentativa de ocupação da Amazônia foram: Rurópolis, inicialmente batizada de Rurópolis Presidente Médici; Medicilândia, transformada em município em 1988, e Tucumã, no Sul do Pará. Este último foi projetado pela empresa Andrade Gutierrez e desmembrado de São Félix do Xingu, também em 1988. Em 1996, o município já contava com mais de 34 mil pessoas.

José não só projetou as agrovilas, agrópolis e rurópolis, como tomou parte efetiva na execução das mesmas, dormindo em acampamentos com os funcionários do Inca. Sua atuação na colonização da Amazônia durou até o final do governo Médici, quando a administração central do Inca resolveu apressar a construção das agrovilas, abrindo concorrência para construtoras e empreiteiras particulares erguerem 30 agrovilas, sem a participação dos técnicos do Inca.



A família Camargo, durante a viagem para Belém, no navio D. Pedro II.

José lembra que muitas dessas agrovilas foram localizadas em terras arenosas e de baixa fertilidade, e acabaram fracassando. Contrário à medida, o arquiteto se negou a participar desse trabalho e pediu demissão. Este foi o embrião de problemas maiores, pois quando o presidente Geisel assumiu, em 1974, mandou suspender os trabalhos na Transamazônica, deixando abandonados os colonos deslocados de outras regiões do Brasil para ocupar as terras da Amazônia.

O general Geisel preferiu favorecer os grandes proprietários rurais, estabelecendo incentivos fiscais, em detrimento da formação dos pequenos núcleos rurais projetados pelo Inca. Pode-se dizer que esta foi uma das causas que dificultaram o crescimento da região, que até hoje sofre com os problemas fundiários, causados pela sucessão de projetos desenvolvimentistas equivocados e inacabados, segundo a visão de José Geraldo.

Jorge Augusto, terceiro filho de Felisberto Camargo, nasceu em 1927 e chegou a conhecer a Amazônia, mas quando viajava de Belém para o Sul do País para completar seus estudos, faleceu em um acidente com um avião da Força Aérea Brasileira (FAB), na cidade de Barreiras, na Bahia. Na época, ele tinha 18 anos incompletos.



Geraldo, Thereza e Angelina, filhos de Camargo.



Diversos momentos da vida de Felisberto Camargo com a família, após 36 anos de serviços prestados como pesquisador na área da ciência agropecuária.

O que representou a morte do filho caçula para o pesquisador é um assunto obscuro até para a própria família. Camargo era muito transparente quando se tratava de trabalho e para defender suas teses científicas, mas quando o assunto era pessoal, a coisa mudava de figura. Maria Angelina conta que o pai sentiu muito a morte do filho, mas sua dor foi sendo superada aos poucos e de forma tão íntima que até a própria família não consegue descrever como ele passou por aquele momento.

Dona Henriqueta ficou extremamente abalada com o acidente, principalmente porque foi ela quem solicitou ao brigadeiro comandante da Base Aérea de Belém a passagem para o filho. Ela sentia-se responsável pela morte de Jorge Augusto, sentimento que a fez deixar a Amazônia algum tempo depois.

A filha caçula de Camargo, Maria Thereza, nasceu em 1928 e foi a que teve menor contato com o trabalho do pai em Belém. Ela ficou apenas um ano na cidade e estudou no colégio Gentil Bitencourt. Mais tarde, no Rio de Janeiro, conheceu e casou-se com o paraense Wilson de Moraes Nobre.

A sedutora Amazônia

Embora tenha colaborado com instituições de pesquisa de todo o País, foram os segredos da Amazônia que fascinaram Felisberto Camargo. Essa história começou exatamente no dia 18 de dezembro de 1941, ano em que Getúlio Vargas fundou a Companhia Siderúrgica Nacional, marco do desenvolvimento industrial brasileiro. O pesquisador trabalhava no IAC, como chefe do Serviço de Horticultura, quando recebeu o convite do então ministro da Agricultura, Fernando Costa, para ser o primeiro diretor do IAN.

Seus amigos contam que Felisberto Camargo aceitou o convite no momento em que recebeu a proposta e não teve nem a preocupação de perguntar quanto receberia pelo trabalho, as vantagens do cargo e outros benefícios.

Em 1941, a Amazônia Brasileira vivia um período de grande estagnação econômica, após o *boom* da borracha. A família embarcou para Belém no dia 18 de dezembro daquele ano, no navio D. Pedro II, do Lloyd Brasileiro.

A viagem representava não apenas um compromisso de trabalho, mas uma missão que Camargo assumiu até o final de sua vida: desvendar os segredos da Amazônia e revertê-los em benefícios para a população.

O objetivo central era ajudar a construir o maior centro de pesquisas agropecuárias da Amazônia, hoje braço da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), na época batizado de Instituto Agrônomo do Norte (IAN).

Felisberto Camargo ligou sua história à Amazônia e manteve fortes laços com a região, mesmo depois que deixou a Diretoria do Instituto para assumir a Diretoria do Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas (SNPA), no Rio de Janeiro, em novembro de 1952, cargo no qual permaneceu até 1957.

Os motivos que o levaram a se afastar da Direção do SNPA foram relatados por sua filha Maria Angelina:

Ao retornar de uma das viagens ao exterior, como consultor da Unesco, papai ficou sabendo que um dos diretores do Instituto Agrônomo do Sul (IAS) seria afastado. Dada a competência de Raul Ady da Silva, ele não se conformou com a idéia da mudança. Em conversa com o ministro da Agricultura da época, Mario Meneguetti, foi informado que a medida era uma imposição do próprio Presidente da República, João Goulart, e que nada poderia fazer para intervir, pois estava em jogo a sua própria pasta. Indignado, papai falou ao ministro - demita-me primeiro, pois não admito a demissão de um subordinado sem minha aquiescência! Desse modo, exonere-me "ex-ofício", assim o senhor não perde a pasta.

Depois de 36 anos de trabalho, Felisberto pediu sua aposentadoria, mas continuou trabalhando. Ainda chegou a ser assessor técnico do Departamento de Produção Vegetal da Secretaria de Agricultura de São Paulo (1958-1960) e diretor técnico da Fundação Zoobotânica de Brasília, até 1965.

Felisberto Camargo foi também um ambientalista, mesmo antes de a palavra entrar na moda. Esse lado do pesquisador foi lembrado antes de seu falecimento, por Maria Angelina, em carta ao jornalista João Malato, publicada em uma coluna no jornal paraense O Liberal, no dia 20 de julho de 1977. Um dos trechos do depoimento traz o seguinte relato:

Outra coisa que o deixa (Camargo) acabrunhado e mesmo doente, é o noticiário sobre a devastação das florestas amazônicas para implantação de projetos pecuários, com a substituição das matas milenares por pastagens de baixo ciclo vegetativo e nenhuma resistência às erosões.

Infelizmente, ele não ocupa cargo algum, não conta com o apoio do Governo, e apenas tem uma vontade enorme de trabalhar e ser útil à Amazônia. (...) Vai ver que, no fundo do coração, a mamãe tinha ciúmes da Amazônia, porque, de fato, essa Hiléia prodigiosa esteve sempre em primeiro lugar no coração do papai.

Camargo atuou na direção do IAN durante 12 anos. Nesse período, e depois dele, se envolveu com alguns projetos grandiosos. Um deles foi a plantação de seringueira do grupo norte-americano Ford. Ele assumiu a administração do projeto em 1946, quando os americanos passaram o controle da empresa para o governo brasileiro. Isto aconteceu precisamente em 1º de janeiro de 1946. Camargo assumiu a administração do ex-acervo Ford, sob a nova denominação de Plantações Ford de Belterra, situada no Baixo Amazonas, na região oeste do Pará.

No acordo de transferência, ficou acertado que todos os funcionários da Ford deveriam continuar a receber os mesmos salários pagos pela administração americana. O gerente americano recebia de honorários, na época, a quantia de 20 contos de réis. Camargo, porém, reduziu pela metade esse valor, alegando que já recebia 9 contos de réis como diretor do IAN. Ele achou que não seria correto somar mais essa elevada quantia, embora nada o impedisse de aceitar.

Outro episódio, lembrado por sua filha Maria Angelina, aconteceu quando Felisberto deixou a diretoria do IAN, em novembro de 1952. Assim que Camargo deixou a cidade, George Addison, seu marido, pediu que Maria Angelina devolvesse uma geladeira à querosene cedida pelos americanos das plantações Ford. Com a intenção de devolver o equipamento que não lhes pertencia e comprar uma nova, ela se dirigiu ao Armazém Âncora, que pertencia à Importadora de Ferragens S.A.

Ela foi recebida pelo gerente Luiz Direito e, quando pediu um desconto na geladeira nova, travou-se o seguinte diálogo:

- Quantos irmãos a senhora possui?
- Agora somos três.

Então, o gerente comentou:

- Se seu pai tivesse aceitado todas as comissões que lhe oferecíamos, todos vocês estariam ricos e a senhora não estaria aqui pedindo abatimento.

A “comissão” de 5% oferecida pela empresa vinha da fornecedora do material e eles também recebiam o mesmo percentual pela compra. Na visão do gerente, não havia nada de desonesto nesse “toma-lá-dá-cá”.

Essa opinião, porém, não era compartilhada por Felisberto Camargo. Ele não só nunca aceitou nenhuma comissão, como pedia que o valor

correspondente fosse convertido em desconto no valor da compra, ou então, que viesse em forma de peças sobressalentes.

A Importadora de Ferragens era, na época, a representante de grandes firmas, como a Chevrolet, a Catterpillar e outras que trabalhavam com máquinas e implementos agrícolas, material de construção, etc. O Instituto empregava altas somas de dinheiro na aquisição dessas máquinas e equipamentos. No final, Maria Angelina conseguiu o desconto na compra da geladeira, talvez como prêmio pela honestidade do pai.

Sua filha mais nova, Maria Thereza, também relembra outro episódio que se passou ainda no início da carreira de Felisberto. Em 1928, ano em que ela nasceu, Felisberto foi convidado por Miguel Calmon Du Pin e Almeida, ex-ministro da Agricultura, para trabalhar em uma fazenda particular de um parente seu, no Estado da Bahia. O salário de três contos de réis representava uma boa soma na época.

A proposta, que parecia irresistível, foi recusada por Felisberto Camargo, somente porque ele já havia se comprometido em colaborar com o Instituto Agronômico de Campinas. Embora não tivesse ainda assinado nenhum documento de contratação para o trabalho, Felisberto já tinha “dado a palavra”, o que para ele era o suficiente.

Para se ter uma ideia do que Felisberto perdeu, com o salário, ele poderia garantir o seu futuro e o de seus quatro filhos pequenos. No Instituto, ele receberia dez vezes menos. Além da palavra empenhada, Camargo entendia que seria mais útil ao País trabalhando numa instituição voltada para o interesse coletivo do que em uma propriedade particular.

Intempestivo

Além da honestidade, Felisberto Camargo também ficou conhecido pela personalidade forte e pelas decisões, muitas vezes polêmicas, que tomou enquanto estava à frente do IAN. Quase todos os pesquisadores e servidores do órgão que trabalharam diretamente com o cientista têm alguma história para contar sobre ele. Um desses episódios foi lembrado pelo pesquisador João Murça Pires², já falecido.

Quando Camargo chegou à Amazônia, plantavam uma variedade vagabunda de juta, que não dava preço. Camargo, após o trabalho de melhoramento para a obtenção de uma nova cultivar, com o intuito de não contaminar o novo material botânico, mandou comprar toda a semente de juta que existia e

² Carta enviada a Maria Angelina, em 20 de agosto de 1994.

botou fogo, queimou tudo. Deu o maior bolo da história, povo e deputados esbravejavam contra Camargo, o estrangeiro “quinta coluna” – estávamos em plena II Guerra Mundial. Mas logo ele começou o serviço de genética e melhoramento de juta – acho que foi a primeira vez que se fez trabalho de melhoramento genético das plantas na Amazônia. Para isso contava com a competência e a rigidez de George Addison. Em pouco tempo, o Pará – através do IAN – cultivava juta de quatro metros de altura. Essa variedade mudou completamente a política dessa planta produtora de fibra na Amazônia, não somente devido à elevada qualidade da fibra, mas também, pela sua alta produtividade, melhorando a situação econômica e financeira do produtor, bem como dos industriais e exportadores. Lamentavelmente, com o decorrer dos anos, essa extraordinária variedade, devido principalmente à negligência das posteriores diretorias do IAN, foi degenerando, até atingir um estágio em que será necessária nova seleção.

Murça Pires também relata outro episódio na vida de Camargo:

Certa vez, ele estava empolgado com a abertura de canais de colmatagem em Cacaual Grande, numa obra que exigia grandes e caras escavadeiras. O governo relutava em lhe dar licença para importação.

Nessa época, o contrabando corria desenfreado no Pará, inclusive de carros, que eram chamados de “cutia”, porque saíam do mato. Passando pela cidade de Belém, Camargo deparou com a venda de uma marca de cerveja da Tchecoslováquia, tida como uma das melhores, certamente contrabandeada. Ele comprou uma ou duas caixas e despachou para o Ministério da Agricultura, com um bilhete. O presente mostrava que a cerveja importada ele conseguia com a maior facilidade, mas, as máquinas de que tanto precisava lhe eram negadas. O ministro da época achou engraçado e mandou liberar a importação das máquinas.

Outra passagem interessante ocorreu em Fordlândia, quando foi feita a transferência do projeto norte-americano para o IAN. Muitos funcionários sentiam falta das regalias e benefícios que recebiam quando trabalhavam com os norte-americanos e começou uma forte onda de reclamação contra Felisberto Camargo. Como a unidade instalada em Belterra também passou para a administração do IAN, as contas se misturavam, motor de luz foi comprado para Belterra com verba do IAN e assim por diante.

Certa vez, o ministro da Agricultura visitou o município e, quando o avião aterrissou, um grupo de funcionários do projeto apresentou uma série de

denúncias contra Camargo. Um dos líderes dos reclamantes, conhecido como ministro Lages, pois era pastor protestante, trazia uma folha de pagamentos mensais em que entravam nomes de pessoas que nunca apareciam no trabalho. Seriam “funcionários fantasmas”.

Dentre eles, figurava Ricardo de Lemos Fróes, um grande explorador botânico que fazia trabalho de campo para o IAN, enfrentando os rigores da selva amazônica. Aborrecido com as denúncias, Camargo deu conhecimento da portaria que enviara Fróes para uma expedição a uma região infestada de “índios bravos” e aproveitou para incluir na expedição o tal pastor denunciante. Ele iria fazer uma espécie de relatório sobre as tarefas desempenhadas pelo botânico. O reclamante deveria julgar se o trabalho do pesquisador valia ou não o salário que recebia.

Para escapar da viagem, o pastor Lages alegou que estava doente. Determinaram-lhe hospitalização, na época algo embaraçoso, pois os internos deveriam usar uma espécie de camisolão. Mesmo enquanto esteve internado, a decisão permaneceu. Camargo determinou que assim que saísse da enfermaria, o “reclamão” seguiria para a companhia de Fróes. Lages ainda passou alguns dias no hospital, mas acabou pedindo demissão para não ter que viajar.

Outro depoimento é de um pesquisador que trabalhou no setor administrativo do IAN e, portanto, conviveu com Felisberto Camargo.

Felisberto Camargo era versado perito em toda e qualquer matéria que contasse explícita ou implicitamente da regulamentação de sua profissão de Engenheiro Agrônomo, quer na órbita da ciência, quer no manejo da técnica ou da prática, e tanto fazia enquadrar-se no campo da agricultura, como da pecuária. Daí a razão porque seu currículo, mesmo resumido, tem o volume de um livro. Isso decorre de seu modo especialíssimo de trabalhar, posto que ele se impunha as tarefas diárias de atribuições e, enquanto não terminasse a última tarefa, não se recolhia ao leito. Após horas atento a determinado trabalho, ele passava a outro diverso, a fim de propiciar descanso à mente e, decorrido certo tempo, voltava a ocupar-se da tarefa interrompida. Camargo gostava de trabalhar em equipe e de formar escola.³

Já o químico e professor Walter Mors⁴ define a personalidade de Camargo em três palavras: energia, determinação e entusiasmo.

³ Vicente Ferrer Corrêa Lima, técnico do DASP cedido ao IAN.

⁴ Walter B. Mors trabalhou no IAN de 1943 a 1946.

Camargo era simples e comunicativo, muito transparente, porém rigoroso e exigente. Sua sala de trabalho na realidade era um salão amplo, com sua mesa de diretor a um canto e uma grande mesa de “acapu” no centro, que lhe dava ares de sala de reuniões. Não havia gabinete, nem contínuo a anunciar visitas ou quem quisesse falar com ele. O acesso era livre a qualquer pessoa e ele atendia a todos, interrompendo o que estivesse fazendo.

Um dos cientistas renomados que também conviveu com Felisberto Camargo foi Harold Sioli⁵, que se referiu ao ex-diretor do IAN da seguinte forma, no dia 8 de abril de 1998:

Camargo teve a magnanimidade de contratar um alemão malvado, da propaganda mundial, tido como um inimigo de guerra, quando estava ainda internado no campo de concentração em Tomé-Açu. Praticamente contratou-me sem me conhecer pessoalmente. Durante a minha permanência no IAN, deu-me, também, toda confiança científica ao deixar-me estudar o que eu pretendia, até mesmo permitindo residir durante três anos em Belterra e Fordlândia, e fazer viagens interessantíssimas pela Amazônia, possibilitando-me a realização de diversas pesquisas publicadas.

Sioli foi durante muitos anos diretor do Instituto Max Plank, da Alemanha. Atuou principalmente nas áreas de limnologia e deixou publicados valiosos trabalhos científicos, hoje ainda altamente reconhecidos e consultados.

Ousado

Durante o “Simpósio sobre Diversidade Biológica e Cultural da Amazônia, em um Mundo em Transformação”, realizado em outubro de 1996, o pesquisador paulista Warwick Kerr, do Museu Paraense Emílio Goeldi, lembrou outras situações curiosas em que Camargo se envolveu para levar adiante seus projetos. O geneticista e ex-diretor do Instituto de Pesquisas da Amazônia (Inpa) afirmou que Camargo era conhecido por não desistir facilmente, ou melhor, de não renunciar de uma ideia quando acreditava ser ela importante para o desenvolvimento da região.

Kerr lembrou, por exemplo, que Camargo, quando soube que a Universidade de Londres iria leiloar o material remanescente de um incêndio na biblioteca do John’s Institute – livros e relatórios – resolveu adquirir o acervo. Camargo encarregou um preposto a fazer a maior oferta no leilão do acervo. Até aí, tudo normal. O inusitado aconteceu quando os responsáveis

⁵ Harald Sioli atuou como pesquisador do IAN de 1945 a 1954.

pela biblioteca descobriram que o comprador era brasileiro. Os ingleses tentaram fazê-lo desistir da compra e, como não conseguiram, apelaram para uma última cartada, a ameaça: o navio que ia trazer a biblioteca para o Brasil não teria o direito de ingressar no comboio de dezenas de navios que cruzavam os mares protegidos dos submarinos alemães por navios de guerra dos países aliados na Segunda Guerra Mundial.

Quem imagina que Camargo desistiu depois disso se engana. O pesquisador conseguiu, por intermédio de amigos, convencer o comandante de um barco de madeira típico do Mississipi, que estava ancorado para reparos em Londres e na volta faria escala em Belém. Kerr afirma que as tripulações de vários submarinos alemães relataram ter visto o barco, porém, vendo que não era de guerra e que não valia o preço de um torpedo, não o afundaram.

Impetuoso

Nem todos os contemporâneos de Camargo falam bem dele. O homem que o substituiu na direção do IAN se considera suspeito por conta de um episódio que produziu rancor e representou o rompimento definitivo com o biografado.

O professor Rubens Lima⁶ guarda profunda mágoa de Felisberto Camargo. Quando estava no exercício do cargo de diretor do IAN, Lima foi acometido de tuberculose pulmonar. A conselho médico, fez tratamento num sanatório na região serrana do Rio de Janeiro, na cidade de Corrêas, a 800 metros do nível do mar. Seu chefe imediato era Camargo, que já morava no Rio e foi visitá-lo no sanatório, onde teve acesso até mesmo à radiografia que mostrava a lesão no pulmão.

Dias depois, Rubens Lima recebia a notícia de sua demissão do cargo de diretor do IAN. Aquilo causou profunda dor, porque naquela condição perdia também o direito de permanecer no sanatório. Mas, pouco tempo depois, ele foi visitado pelo senador Álvaro Adolfo⁷, líder do governo no Senado, que lhe prometeu ir dali direto para a vizinha cidade de Petrópolis, onde o presidente da República, Getúlio Vargas, passava férias com a família. O senador teria pedido a reintegração de Lima ao cargo.

⁶ Rubens Rodrigues Lima se formou em Agronomia, no Ceará, em 1944 e ingressou no IAN em 1945. Foi chefe da Seção de Melhoramentos de Plantas, da Estação Experimental de Belém e diretor da instituição durante 9 anos.

⁷ Álvaro Adolfo era candidato ao senado em 1954 e concorria ao cargo com Magalhães Barata e Zacarias de Assunção. Após a morte de Vargas, ele começou a utilizar o slogan: "Vote em Álvaro Adolfo, o líder de Vargas no Senado". Foi eleito com 1.200 votos a mais que o segundo colocado, Magalhães Barata. Seus inimigos atribuem o resultado ao "curral eleitoral do IAN".

Um emissário do ministro da Agricultura, João Cleophas de Oliveira, foi ao sanatório e, após confirmar o estado de saúde de Lima, comunicou que o ministro o aguardava para uma conversa reservada, o que aconteceu dias depois. O ministro então lhe pediu desculpas e declarou que fora induzido a erro por Felisberto Camargo, que tramara a sua demissão, e havia assinado a portaria de exoneração no meio de uma série de outros documentos.

Rubens Lima foi reintegrado até completar o tratamento. A licença durou 2 anos e, depois de deixar o Rio de Janeiro, Lima foi para a Serra de Maranguape, CE, passando uma temporada numa região de altitude intermediária até voltar para Belém totalmente curado.

Por conta desse episódio, Lima se considera suspeito para falar de Felisberto Camargo e declarou que se tivesse que chegar até a presença de São Pedro, na porta do Céu, e fosse obrigado a perdoar Camargo, preferia passar direto ao purgatório⁸.

Maria Angelina, filha de Camargo, tem outra versão que mostra o jogo e o interesse partidário por trás dos acontecimentos. O ministro da Agricultura fez jogo duplo. Foi o próprio senador Álvaro Adolfo quem pediu a Camargo (na época diretor do SNPA) o cargo de diretor do IAN, em favor do seu correligionário Edgar Cordeiro, cunhado do senador Aluisio Ferreira, pelo então Território Federal do Guaporé, hoje Estado de Rondônia.

Em retribuição, Cordeiro teria pressionado os funcionários do IAN no Marajó e no Baixo Amazonas a votar no seu protetor, já que Álvaro Adolfo corria sério risco de perder a segunda vaga de senador pelo Pará.

Na avaliação da filha de Camargo, o afastamento da função de diretor não implicava na perda da condição de técnico do IAN de Rubens Lima, que dessa forma poderia continuar o seu tratamento de saúde. Álvaro Adolfo teria jogado muito bem e ganhado duplamente: os votos e a gratidão de Rubens Lima.

Religiosidade

Outro traço da personalidade de Felisberto Camargo lembrado pela família, amigos e pessoas que conviveram com o pesquisador foi a sua fervorosa religiosidade. Em todas as suas viagens, quando chegava aos hotéis, pedia na portaria que providenciassem o nome e o endereço da igreja católica mais próxima e o horário das missas. Quando encontrava algum sacerdote

⁸ Declaração feita a Paulo Roberto Ferreira, em 2 de dezembro de 2003.

ou religiosa nos aeroportos e mesmo nos ônibus, sempre oferecia ajuda e, algumas vezes, o seu lugar.

Felisberto Camargo era devoto de Nossa Senhora e usou a medalhinha do escapulário⁹ da santa a vida toda. Ele acreditava que Maria viria buscar quem usasse a medalhinha, no primeiro sábado após a morte. Coincidentemente, Camargo foi sepultado no dia de Nossa Senhora do Carmo, 16 de julho.

Uma de suas filhas, Maria Thereza, relembra como Camargo se comportou momentos antes de falecer.

Foi uma emoção imensa assistir seu último gesto consciente, fazendo, calma e serenamente, de modo firme e resolutivo, o sinal da cruz, ao som das palavras do sacerdote. Mesmo em seu estado de saúde, hemiplégico de todo o lado esquerdo, cego, em estado comatoso. De olhos fechados ainda encontrou forças para fazer três vezes o sinal da cruz, na hora exata, em três momentos diferentes, quando o padre pronunciava a saudação em nome da Santíssima Trindade. Foram suas últimas forças. Depois, seu braço direito baixou para a grande cama do hospital e já não fez mais sinal algum consciente. Foi se apagando devagarinho, entrou em estado de coma profundo; ele estava apenas esperando a presença de um sacerdote para entregar-se a Deus. E Ele lhe deu forças para isto.

Felisberto Camargo faleceu no dia 15 de julho de 1977, com quase 81 anos. No dia 10 de setembro de 1996, a Embrapa Amazônia Oriental e a Faculdade de Ciências Agrárias do Pará lembraram o centenário de nascimento de Felisberto Camargo. A família, que mora no Sudeste Brasileiro, compareceu às homenagens prestadas por instituições guiadas e solidificadas por ele.

⁹ Sinal de devoção representado por dois pedaços de pano bento ligados por duas fitas, sobre os quais está escrito o nome da Virgem.

Capítulo 2

Instituto Agronômico do Norte

A maior obra de Vargas na Amazônia

Em meados da década de 1930, fica evidente uma tendência que dominava os mandatários do Velho Mundo e começava a exercer forte influência política no cenário internacional: o estado totalitário. O modelo de gestão era tentador, principalmente nos países com tímidas convicções democráticas. Assim acontecia com a Rússia, Portugal, Itália, Alemanha, Espanha, entre outros. Em épocas de turbulências econômicas e políticas, governar com “mãos de ferro” era menos arriscado, imprimia autenticidade e respaldava a autoridade do mandatário. O autoritarismo gerencial, de alguma forma, contava com respaldo popular, graças à manipulação das massas, com uso do aparelho de Estado.

Em 1937, o Brasil começa um novo período de sua história política. Getúlio Vargas decreta golpe de Estado e passa a governar com poderes ditatoriais. O chamado “Estado Novo”, que vai até 1945, foi marcado pelo avanço da industrialização e o retrocesso nas liberdades públicas, com a extinção dos partidos políticos, a censura à imprensa e a repressão aos movimentos sociais organizados.

Getúlio Vargas criou, em 1939, o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) e o programa Voz do Brasil – transmitido desde 1935 –, que funcionavam como mecanismos de dominação e controle ideológico do governo. O DIP foi o órgão de Getúlio responsável pela censura e pela propaganda governamental.

De um lado, o governo cede às pressões dos trabalhadores, concedendo benefícios importantes, como o auxílio-natalidade, salário-família, licença para gestante e descanso semanal remunerado. De outro, Getúlio passa a controlar de perto as ações dos sindicatos e acaba com o direito de greve e a autonomia das entidades.

A concepção nacionalista do Estado Novo permitiu a criação, em 1938, do Conselho Nacional do Petróleo (CNP) e passou a estimular a indústria de base, com a fundação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) de Volta Redonda, no Rio de Janeiro, em 1941. Em 1943, o governo brasileiro conseguiu financiamento dos Estados Unidos para a instalação da Fábrica Nacional de Motores (FNM), no Rio de Janeiro. Naquele mesmo ano, iniciaram as atividades de uma das maiores empresas estatais brasileiras, a Companhia do Vale do Rio Doce (CVRD).



Camargo saiu de São Paulo com a família e parte da equipe que o ajudaria a implantar o IAN.

Enquanto o governo apontava a industrialização como a saída para a crise econômica do Brasil, os amazônidas sonhavam com a criação de uma instituição de pesquisa que desenvolvesse atividades nas áreas agrícola e pecuária. Grande parte das pessoas bem informadas tinha convicção que a Ciência e a Tecnologia, desenvolvidas pelos órgãos oficiais, seriam a última esperança capaz de devolver o paraíso perdido dos áureos tempos da borracha.

Além disso, a geração de tecnologia poderia também transformar a incipiente atividade de criação de gado bovino, conduzida nas várzeas, às margens do Rio Amazonas e na Ilha de Marajó, em algo mais técnico e plenamente vantajoso economicamente.

Segundo Homma¹, uma das primeiras tentativas de se criar uma instituição de pesquisa agronômica no Estado do Pará deve-se ao senador José Ferreira Teixeira, o qual criou, em 1917, a Estação Experimental Agrícola de Tomé-Açu, no município de mesmo nome, no Pará. Por falta de recursos e técnicos com qualificação, a estação foi paralisada em 1911. Até 1939, os esforços de cientistas e políticos paraenses, amazonenses e maranhenses foram infrutíferos, visto que o estabelecimento de uma instituição para desenvolver trabalhos técnicos e científicos na área agropecuária, competindo com similares existentes em outras regiões, necessitaria de muitos recursos financeiros, investimento que até então o governo federal jamais fizera na Amazônia.

A maioria dos produtos amazônicos era oriunda do extrativismo vegetal e a região ressentia-se da pesquisa agronômica, já que não existia nenhuma instituição desenvolvendo essa atividade. Os estados amazônicos, embora interessados, não tinham condições financeiras para dar suporte a programas e projetos capazes de produzir conhecimentos adequados, visando melhorar a tecnologia da produção agrícola. Não seria difícil conseguir recursos em outros países para a empreitada, mas naquela época tal ideia representaria internacionalizar a região, o que estava fora de cogitação.

O projeto, por fim, amadureceu em 1939, por intermédio do engenheiro-agrônomo Enéas Calandrini Pinheiro. Paraense nascido no Município de Muaná, que além de engenheiro-agrônomo e bacharel em Ciências Físicas e Naturais - formado em 1899, pela antiga Escola Agrícola da Bahia, em São Bento das Lages, atual Município de Santo Amaro, Bahia - foi professor, jornalista e político. Ao regressar ao Pará, lutou pela criação da Escola de Agronomia do Pará, sendo um de seus fundadores, em 1918.

Como deputado estadual, se utilizou do prestígio que possuía junto ao ministro da Agricultura, Fernando Costa, e ao fato de ser amigo íntimo

¹ HOMMA, A. K. O. **Enéas Calandrini Pinheiro**: uma biografia. Belém, PA: Embrapa Amazônia Oriental, 2003.

de Melo Moraes, diretor-geral daquele Ministério, para pressionar o governo federal pela criação do Instituto Agrônômico do Norte (IAN), o que acabou acontecendo no dia 4 de maio daquele ano, por meio do Decreto-Lei nº 1.245.

Estrategicamente, a instituição de pesquisa teria como missão viabilizar o plantio racional da seringueira e outras essências florestais nativas nos solos pobres de terra firme. Também as áreas de várzea seriam aproveitadas para a produção de alimentos, valorizando sua elevada fertilidade natural, para atender às necessidades básicas da carente população local.

Com o IAN criado, surgiu outro problema: a localização. Disputavam a autorização para abrigar a sede da instituição, além do Pará, os estados do Amazonas, Maranhão, Ceará e Pernambuco, este último com maior poder político, embora o interventor do Pará na época, José da Gama Malcher, também tivesse boa penetração junto ao presidente Getúlio Vargas. Lima Cavalcante, interventor pernambucano, e Menezes Pimentel, do Ceará, prontificaram-se a fornecer o terreno e parte do custeio de instalações da instituição, enquanto o Pará nada oferecia.

Mesmo assim, as argumentações de Enéas Pinheiro de que Pernambuco e Ceará não faziam parte da região Norte, muito menos da Amazônia, surtiram efeito.

Ajudado por Melo Moraes, o paraense acabou levando a melhor sobre o Amazonas e conseguindo a aprovação para que o Estado do Pará fosse a sede do IAN.

O local escolhido para a construção da estrutura do órgão foi a antiga fazenda e povoação dos Carmelitas, no subúrbio de Belém. À margem do Rio Guamá, a fazenda Murutucu², possuía cerca de 3.200 hectares. O proprietário, Álvaro Adolfo da Silveira, pediu inicialmente 400 contos de réis pelo terreno e, aprovada a localização do Instituto, passou a exigir 600.

Determinado a levar o projeto adiante, Enéas obteve a verba para a aquisição da área, mesmo pelos inflacionados 600 contos de réis. As obras de construção do IAN iniciaram no final de dezembro de 1939, com o preparo da área. Em janeiro, começaram as edificações e, até novembro de 1940, foram construídos 40 prédios, alguns de vastas dimensões. Finalmente, em junho de 1941, a obra foi concluída sem interrupções.

Isto só foi possível porque, durante os 11 meses que levou para ser erguida a parte física da instituição, Enéas viajou 32 vezes à capital do País, credenciado pelo interventor Malcher, para sustar adiantamentos na construção

² Na fazenda Murutucu, um grupo de padres carmelitas chegou a fundar, anos antes da criação do IAN, uma povoação agrícola, com engenho de cana, casa de farinha, capela e algumas moradias. As ruínas dessas obras hoje são atração turística de Belém. A capela é obra do famoso arquiteto italiano Antônio Landi, que chegou a morar na fazenda.

para o ano seguinte. Ele entendia que, se parasse, a obra nunca seria retomada. Instalado o Instituto, Enéas realizou um grande sonho: ver os laboratórios, técnicos e a divulgação científica da pesquisa gerada na própria Amazônia.

A chegada

Outro grande desejo de Enéas Pinheiro era dirigir o IAN. Mas, em abril de 1941, quem recebeu o convite do ministro da Agricultura, Fernando Costa, para assumir o cargo foi o paulista Felisberto Camargo. O órgão, subordinado ao Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas (Cnepa), considerado na época a maior obra getuliana na Amazônia, surgiu em meio a uma grande polêmica, numa sociedade ainda bastante provinciana: a escolha de um homem “que não era filho da Amazônia” para determinar os rumos do tão esperado Instituto.

Em dezembro de 1940, o IAN iniciou suas atividades. Foram erguidos viveiros e foi preparado o espaço para a recepção de material botânico de seringueira e abacá – uma espécie de bananeira que produz fibra ideal para a fabricação de corda, capachos e outros objetos. Também foi erguido um barracão destinado ao beneficiamento de látex de seringueira, para obtenção de lâminas defumadas (*Smoked Sheet*).

No fim da tarde de 26 de dezembro de 1941, a maré baixa não permitiu a atracação no porto de Belém do navio D. Pedro II, que trazia Felisberto Camargo, sua família e a equipe dos primeiros técnicos oriundos do Instituto Agronômico de Campinas, responsáveis pela estruturação do órgão a partir de então.

Camargo foi acompanhado da esposa, dos quatro filhos, da desenhista do Instituto Agronômico de Campinas (IAC), Ana Nogueira Ferraz, além dos técnicos Luiz Otávio Teixeira Mendes, Flávio Beltrame, Oswaldo Bacchi e Sebastião Alves, uma equipe de agrônomos especializados em experimentação, citologia, genética, horticultura, tecnologia, entre outras formações.

Logo no início de 1942, em uma região pouco afeita às técnicas e práticas agrícolas, o diretor nomeado pelo governo federal começa a direcionar o rumo das pesquisas científicas na Amazônia e também a bater de frente com alguns poucos pesquisadores paraenses, inclusive o próprio Enéas Pinheiro.

Segundo o escritor Ricardo Borges, no livro *Vultos Notáveis do Pará*, Enéas sentia-se atormentado por Felisberto Camargo, que o acusou de cometer irregularidades na construção dos prédios do IAN. O paraense teria entrado em depressão por ter sido preterido, depois de tanto esforço para tornar o

³ BORGES, R. **Vultos notáveis do Pará**. 2. ed. Belém, PA: CEJUP, 1986. Edição comemorativa ao centenário de nascimento do autor.



Casa na avenida Alcindo Cacela, em Belém, onde a família Camargo morou até que as instalações do IAN estivessem concluídas.

projeto de criação do Instituto realidade, e pelos questionamentos feitos pela equipe técnica recém-chegada de Campinas. Ainda segundo o escritor, esta teria sido uma das causas da morte prematura de Enéas Pinheiro, em outubro de 1945, aos 65 anos de idade.

Logo ao chegar, Camargo implicou com a estrutura das casas residenciais construídas para os técnicos. Achava-as “acanhadas”, apesar de aparentarem, externamente, uma relativa imponência, eram mal distribuídas em termos de cômodos. Com uma família numerosa e muitos móveis, a família do recém-chegado diretor do IAN foi residir na cidade de Belém, na rua 22 de junho (hoje Alcindo Cacela), nº 670, próximo à Avenida Independência, hoje Avenida Magalhães Barata.

Após a morte de seu terceiro filho, Jorge Augusto, em 1944, e com a partida da esposa e dos outros filhos, em 1945, Camargo foi morar no Instituto Agrônomo, na casa destinada ao diretor, com a filha mais velha, Maria Angelina, que se casara com o pesquisador George Addison, em agosto de 1946.

Mesmo com a chegada tumultuada, Camargo e a equipe continuaram à frente do órgão. Foram criadas sete seções de trabalho: Horticultura; Citologia; Introdução de Plantas; Botânica; Tecnologia da Borracha; Química e



Camargo e parte da equipe em visita do Sr. Sorensem.

Coordenação dos Trabalhos Experimentais. Também foram instaladas seções experimentais do IAN no Acre, AC, Tracuateua, PA, Turiaçu, MA, e Porto Velho, RO, na época capital do Território Federal do Guaporé, hoje Estado de Rondônia.

Em 1943, foi criada a Seção de Expansão Econômica, ligada ao Serviço de Extensão da Seringueira. Nesse período, o País realizava uma cruzada para salvar o mercado brasileiro da borracha, que de um modo geral ainda era um negócio lucrativo. A cultura recebeu destaque entre as ações de pesquisa do IAN, que iniciou, naquele mesmo ano, a instalação do Laboratório de Tecnologia da Borracha. Em 1944, surgiu a Seção de Melhoramento de Plantas e foi concluída a construção do Laboratório de Borracha. Assim, o órgão foi crescendo em estrutura e importância.

A gestão de Camargo à frente do Instituto Agronômico do Norte pode ser chamada de qualquer coisa, menos de imobilista. Alguns dos maiores projetos realizados durante toda a existência da instituição foram iniciados ou idealizados por ele. Alguns provocaram muita polêmica, por conta do forte traço de personalidade do pesquisador.

A experiência da criação do IAN foi de tal maneira coberta de êxito que o Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas do Ministério da Agricultura, criado posteriormente, decidiu formar uma rede de institutos de pesquisa nas principais regiões do País. Desse modo, foram criados, em dezembro de 1943,

os Institutos Agronômicos do Nordeste, em Recife, Pernambuco; do Oeste, em Sete Lagoas, Minas Gerais; e do Sul, em Pelotas, Rio Grande do Sul. Em setembro de 1946, foi criado o Instituto Agronômico do Leste, em Cruz das Almas, Bahia.

Capítulo 3

Seringueira, o primeiro desafio

Belterra, Fordlândia e os conflitos com os seringalistas

Em dezembro de 1945, o Instituto Agrônomo do Norte (IAN) se envolveu em seu primeiro grande projeto e comandou a compra do acervo da Companhia Ford Industrial do Brasil, com uma área de 1 milhão de hectares, no Tapajós, na região oeste do Pará. Camargo queria transformar em realidade o sonho fracassado do industrial americano Henry Ford. A história da extração da borracha e as tentativas para cultivar a espécie florestal no Brasil estão intimamente ligadas aos primeiros anos de vida do IAN e ao período mais polêmico da gestão de Camargo à frente da instituição, que teve seu ápice no ano de 1948.

Em 1839, um século antes da criação do IAN, quando o mundo descobriu as propriedades elásticas da borracha, intensificou-se a exploração das várias espécies fornecedoras do produto. As atenções voltaram-se, então, para o Brasil, onde estavam concentradas as árvores que produziam a borracha mais pura e elástica, oriunda da *Hevea brasiliensis*.

A partir de então, o comércio da borracha se tornaria um sustentáculo da economia regional e brasileira, chegando, nos melhores anos, a representar 40% das receitas de exportação, próximo do que alcançou, por exemplo, o café. O trabalho também demandava muita mão de obra, chegou a reunir 25 mil pessoas coletando borracha, somente nos arredores de Belém, e atraiu levas consideráveis de nordestinos tangidos pelo flagelo das secas e que aqui chegavam com o sonho de enriquecimento. Diversos países se lançaram no projeto de domesticar a seringueira, especialmente Inglaterra e Estados Unidos.

Enquanto a coleta da goma nas árvores de seringa, que formavam uma “estrada” com aproximadamente 150–200 plantas, foi a única forma de se conseguir o látex, o Brasil reinou absoluto no comércio da borracha extrativa. Mas no início do século 20, a Inglaterra conseguiu iniciar plantações em suas colônias no Sudeste Asiático, como Malásia, Ceilão, Sumatra e Java, entre outros. Por trás desses acontecimentos, apareceu um inglês, por volta de 1876, que viveu no Brasil e até hoje é conhecido como o responsável pelo desastre que o País viveu com a introdução da espécie em outras terras.



Clone de seringueira, primeira planta a ser estudada no IAN.



Camargo com o ministro da Agricultura, Daniel de Carvalho.

O “ladroão de sementes”, como ficou conhecido Henry Wickham¹, mais tarde condecorado por Sua Majestade a Rainha da Inglaterra, levou para o Jardim Botânico de Kew, na Inglaterra, 74 mil sementes de seringueira coletadas em diversas regiões do Pará e que originaram os campos de produção do Oriente². No entanto, já está provado que Wickham não agiu ilegalmente. Ele foi autorizado pelo governo brasileiro a levar as sementes. Enquanto isso, os seringalistas se contentavam com o extrativismo.

A área plantada de seringueira fora da região nativa cresceu rapidamente. Entre 1907 e 1910, chegou a alcançar, na Malásia, 400 mil hectares. Em 1912, foi decretada pela “mão invisível” do mercado a morte do rico filão do “ouro elástico”, doado à Amazônia pela Natureza e que a insensatez e a percepção enviesada dos dominadores do comércio da borracha brasileira permitiram que escapasse das mãos amazônicas.

Em 1913, foram vendidas no mercado mundial 47.613 toneladas de borracha proveniente daquelas plantações, mais que toda a borracha obtida no Brasil naquele ano³.

¹ Por esse trabalho, a Inglaterra concedeu a Wickham, anos mais tarde, o título de Cavaleiro.

² DEAN, W. **A luta pela borracha no Brasil**: um estudo de história ecológica. São Paulo: Nobel, 1989. 286 p. Segundo o autor, nesses campos foi introduzida a espécie de melhor qualidade e produção: a *Havea brasiliensis*, que antes era encontrada somente na margem direita do Rio Amazonas.

³ Idem.

O cultivo na Malásia também necessitava de menor quantidade de mão de obra e era mais barato, se comparado ao sistema de coleta brasileiro. Começaram então os remendos, em forma de decretos federais, editados por força da pressão dos donatários da borracha, como tentativa localizada de engessar a fratura exposta da efêmera história do ciclo econômico da borracha, com forte saque ao erário nacional, que privilegiava e enriquecia a elite que comandava a economia e a política da região.

Fordlândia

Com a supremacia das colônias inglesas e a formação de um cartel envolvendo os principais produtores e consumidores da borracha, o governo brasileiro e os empresários da indústria automobilística americana vislumbraram como única alternativa a produção racional de borracha no Brasil. E foi assim que, em 21 de julho de 1927, o magnata Henry Ford criou na Amazônia, primeiro no Município de Itaituba e mais tarde em Belterra, no Pará, um projeto audacioso, com o objetivo de acabar com o controle que as colônias inglesas do Sudeste Asiático tinham sobre o mercado da borracha.

O industrial tinha a meta de produzir 300 mil toneladas de borracha por ano, o equivalente a metade do consumo mundial na década de 1920. Para isso, Ford comprou por US\$ 125 mil uma área de 1 milhão de hectares, onde pretendia plantar 70 milhões de pés de seringueiras. A grandiosidade da empreitada, que ergueu uma cidade no coração da Floresta Amazônica, parecia apontar um futuro promissor para a economia amazônica e brasileira, mas as coisas não saíram como o planejado.

Vários entraves fizeram o projeto se arrastar: a falta de sementes para o plantio; o solo, depois considerado inadequado para o bom desenvolvimento das árvores; o alto custo de manutenção da cidade; os frequentes problemas de relacionamento entre os administradores americanos e os empregados brasileiros, além do confronto de interesses entre os empresários do setor extrativo – incluindo os políticos que os representavam – e os defensores do cultivo racional da seringueira.

Mas talvez o pior inimigo de todos tenha sido de caráter ecológico, um fungo que apareceu pela primeira vez nas árvores cultivadas em 1907. Inicialmente, os botânicos não imaginaram o estrago que a doença causaria décadas depois. O problema, batizado de mal-sul-americano-das-folhas (*South American Leaf Blight*)⁴, foi um dos principais inimigos das plantações em solo brasileiro.

⁴ O mal-das-folhas é causado pelo fungo na época conhecido como *Dothidellaullei*, hoje, *Microciclusullei* e até hoje ataca a espécie, sem que os pesquisadores tenham descoberto um tratamento totalmente eficaz para a doença.



Políticos e pesquisadores do IAN visitam uma das primeiras áreas de plantio racional da seringueira, em Belterra.

O fungo ocorria em forma endêmica na floresta. A grande diversidade de espécies misturadas na mata impedia a proliferação da doença. Quando plantadas em monocultivo, o clima uniformemente quente e excessivamente úmido da Amazônia possibilitou a disseminação da doença em forma epidêmica. No Oriente, onde a doença não existia, as condições de clima eram, de alguma forma, inadequadas ao desenvolvimento do fungo.

A mudança de cenário na economia internacional, com o advento da Segunda Guerra Mundial, fez com que aumentasse sobremaneira a demanda pelo produto, induzindo um “esforço de guerra” com forte contingente de seringueiros sendo recrutados e reacendendo a economia da borracha extrativa regional. A descoberta da borracha sintética e o término da guerra apressaram o fim da supremacia brasileira na produção do látex.

Quando os empresários norte-americanos jogaram a toalha, em 1945, o governo brasileiro não tinha outra opção, senão tentar levar adiante o projeto de seringueira do Planalto do Tapajós. Então, colocou nos ombros do IAN a difícil tarefa de incorporar e administrar de forma eficiente o acervo da Companhia Ford, que já vinha, há muito, apresentando sinais de fadiga, principalmente por questões trabalhistas. Nesse mesmo ano, foi criada a Seção de Fitopatologia do Instituto.

O interesse do governo brasileiro pela borracha havia voltado a crescer desde 1942, quando foi criado o Banco de Crédito da Borracha⁵ e outras organizações com o objetivo de estimular a expansão da cultura. A aquisição de Fordlândia e Belterra possibilitou o planejamento dos trabalhos de hibridação intra e interespecíficas com as espécies de seringueira que vinham sendo trabalhadas em Belterra. O objetivo era criar clones de alta produtividade e resistentes ao mal-das-folhas.

Tecnologia versus extrativismo

OIAN buscava desenvolver uma tecnologia da borracha que permitisse ao País voltar a assumir a supremacia no mercado. Foi graças a essa tarefa, delegada pelo governo federal, que Felisberto Camargo conseguiu, em 1943, aumentar a autonomia do instituto em relação ao Ministério da Agricultura. Um decreto subordinou o órgão diretamente ao gabinete do ministro, com o qual trataria diretamente do desenvolvimento da seringueira em todo o País.



Camargo mostra a Novaes Filho o processo de coagulação do látex.

⁵ O banco deveria exercer um monopólio financeiro e na operação do comércio do produto. Outros organismos foram criados para expandir a coleta, recrutando mão de obra e dando infraestrutura para que o extrativismo tivesse êxito, até o início da produção dos seringais cultivados.

A empresa de Forlândia já desenvolvia pesquisas visando ao controle do mal-das-folhas, envolvendo o melhoramento genético, por meio do cruzamento das espécies do gênero *Hevea*. Centenas de clones foram testados quanto à resistência ou tolerância ao fungo causador do mal-das-folhas.

Desde a chegada de Camargo, o IAN iniciou os trabalhos com seringueira, os quais já vinham sendo, de alguma forma, conduzidos por pesquisadores norte-americanos que desenvolviam atividades no próprio centro de pesquisa recém-instalado em Belém. No final do primeiro ano de trabalho do IAN, o pesquisador Luís Otávio Teixeira Mendes, que chefiava a Secção de Coordenação do Trabalho Experimental e coordenava os trabalhos com seringueira, fez referência à carência de pessoal e ressaltou em seu relatório anual que, em razão de sua importância, a maior soma de trabalhos desenvolvidos pela Secção era dedicada ao estudo do problema da seringueira.

Basicamente, tratavam de experiências sobre a enxertia em seus mais diferentes processos. Foram conduzidos cinco ensaios e realizados 30 mil enxertos. O melhoramento genético deu continuidade ao que vinha sendo conduzido, como é descrito no relatório:

Os primeiros trabalhos de seleção da seringueira, efetuados no Instituto Agrônomico do Norte, estiveram a cargo de vários técnicos norte-americanos, destacados para trabalhar em colaboração. Assim, quando aqui chegamos, nos últimos dias de dezembro de 1941, encontramos trabalhando, em Belém, os srs. Hans G. Sorensen e Dr. Karl Butler, ambos do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos da América do Norte. A maior parte dos trabalhos relativos à seringueira estava a cargo desses elementos. Anteriormente já havia estado em Belém, neste mesmo trabalho de colaboração, os srs. Polhamus e Manifold, também daquele Departamento.

Quando recebemos a incumbência dos trabalhos de melhoramento e seleção da seringueira, procuramos obter os dados do que já havia sido feito anteriormente, mas pouca coisa pudemos conseguir. Havia no viveiro um certo número de plantas marcadas, tidas como resistentes à moléstia das folhas, porém não havia, ou não nos foi mostrado protocolo algum do que havia sido realizado até então.

(...) Em maio de 1942 recebemos o sr. Wallace Manis, sucessor do Dr. Karl Butler (...)⁶.

⁶ INSTITUTO AGRONÔMICO DO NORTE. **Relatório técnico da Secção de Coordenação do Trabalho Experimental do IAN.** Belém, PA, 1942.

Também naquela época, um dos trabalhos de pesquisa interessante foi a tentativa de induzir a poliploidia em plantas de seringueira, proposta por Teixeira Mendes. Essa técnica, que consiste na duplicação do número de cromossomos das células da planta, tinha como apoio teórico o fato de que, ao duplicar o número básico de cromossomos, o tamanho da célula também aumentaria, bem como os tecidos e órgãos.

Aumentando o calibre dos vasos laticíferos, obviamente a produção de látex seria aumentada. A técnica a ser utilizada era amplamente conhecida. O alcaloide Colchicina aplicado sobre o tecido jovem da planta (meristema) causava essa mutação. Teixeira Mendes fez dessa ideia e do projeto um objetivo quase obsessivo e dedicou grande parte de seu tempo para tentar atingir esse intento, mesmo depois de seu retorno ao Instituto Agrônomo de Campinas (IAC), em 1945. Infelizmente, o resultado não foi como o pesquisador esperava.

Camargo acreditava que somente o plantio racional da seringueira, utilizando material selecionado, técnicas de cultivo com fertilizantes e defensivos e práticas de corte das árvores nos moldes dos malaios, seria possível retornar aos bons tempos da era da borracha ou pelo menos sonhar com autossuficiência para conter uma apavorante tendência de um dia o País necessitar importar borracha.

Os custos desse trabalho, o período de imaturidade entre o plantio e o início da produção, a falta de experiência de pessoal de campo em todos



O IAN assumiu o controle do empreendimento em Fordlândia.

os níveis e, principalmente, a formação cultural extrativista arraigada que fazia a cabeça e a fortuna dos comandantes da borracha, representados por “coronéis” que comandavam a política regional, conspiravam contra as intenções do agrônomo visionário.

O IAN mostrava serviço nesse segmento. O jornal científico indiano *India Rubber World*, em sua edição de fevereiro de 1944, publicou uma contribuição tecnológica desenvolvida por Camargo e Norman Bekkedahl. Trata-se de uma inovação para substituir a primitiva e insalubre técnica de coagulação de látex de seringueira, usando a fumaça para fabricação das bolas de borracha defumadas, que tanto prejuízo acarreta à saúde dos seringueiros, incluindo a perda da visão após alguns anos de utilização do processo. A nova técnica chamada Pá-agronômico consiste de um bloco retangular de madeira dura (macacaúba), no qual é despejado o látex, que, após a coagulação da superfície superior de 1 ou 2 centímetros de espessura, torna-se um processo mais salubre.

Mesmo com a inegável importância do acervo Ford para o trabalho do Instituto, a transferência acabou complicando a administração do órgão e, com o tempo, causando problemas para o diretor. O relatório anual de 1948 do IAN demonstra que a contabilidade foi uma das áreas afetadas. O governo federal incentivou o negócio com os americanos, mas não assumiu diretamente os custos com a empreitada, o que quase levou o Instituto à falência.

No documento, Camargo relata que o financiamento das Plantações Ford de Belterra resultaram em uma despesa mensal de mais de 1 milhão de cruzeiros. Sobre o problema, ele afirma:

Belterra, apesar do vulto da obra de “fomento”, não pode prescindir de um serviço de pesquisa e de experimentação, para acompanhar e dar assistência técnica ao seu grande seringal de dois milhões de plantas enxertadas e reenxertadas, numa luta desordenada e desesperada para sua salvação.

Sem rodeios

Felisberto Camargo costumava utilizar os relatórios sobre os trabalhos do IAN, enviados ao governo central, para analisar e opinar sobre a política governamental em relação à Amazônia. Algumas vezes utilizava palavras duras para demonstrar que o caminho, em sua opinião, estava errado e para sinalizar sobre o que considerava correto. Já naquela época, Camargo estava preocupado com projetos de sustentabilidade da Amazônia:

Através de estudos realizados pelo IAN, chegou-se ao conhecimento de que a grande maioria das populações do interior da Amazônia não recebe, sequer, mil calorias de alimento por dia, quando a necessidade mínima de um homem de trabalho deve ser superior a 2.000. O homem do interior sofre de anorexia crônica, e só é possível mudar esse regime alimentar orientando convenientemente a nova geração. (...) Não é mais possível abandonar o pobre caboclo sofrendo a miséria de séculos passados, nem tampouco poderá ser permitido, sob qualquer pretexto, mantê-lo acorrentado, manietado à desgraça da produção extrativa. (...) É urgente não só proclamar a independência econômica do País, por meio de uma política de subsistência bem orientada, como também dar exemplos concretos dessa obra, preparando a região amazônica com método e ordem, para que se baste a si mesma. (...) ⁷.

A posição crítica de Camargo sobre a política desenvolvimentista para a Amazônia levada a cabo pelas autoridades regionais e a coragem com que costumava expor seu ponto de vista levou o pesquisador, principalmente a partir de 1947, a sofrer uma série de ataques da imprensa e dos políticos, que, interessados nos milhares de votos dos trabalhadores de Fordlândia e Belterra, passaram a bombardear a direção do IAN.

Algumas dessas críticas contaram com munição fornecida pelos próprios funcionários das concessões de Fordlândia e Belterra, como aconteceu no dia 4 de janeiro de 1947, quando o jornal *O Liberal* (na época vinculado ao PSD, partido de Magalhães Barata) teve acesso a circulares internas assinadas pelo administrador e produziu a seguinte nota:

As plantações Ford de Belterra e Fordlândia acham-se agora sob a administração do Instituto Agrônomo do Norte. A direção daquelas vastas áreas está sob o controle do dr. Felisberto Camargo que ali, segundo informações que nos merecem fé, está se transformando num ditador, em consequência do que vai desaparecendo por completo o estímulo entre os trabalhadores da decantada região. Os avisos baixados pela administração são nitidamente autoritários e se revestem de cunho pessoal. Há avisos em que existem trechos como este: Toda e qualquer reclamação contra a administração geral ou contra qualquer chefe de serviço deverá ser encaminhada por intermédio dos chefes respectivos, por escrito, à administração. As reclamações encaminhadas por outras vias serão consideradas atos de indisciplina e serão passíveis de punição.

⁷ INSTITUTO AGRÔNOMICO DO NORTE. **Relatório do IAN**. Belém, PA, 1948.

No dia 13 de abril de 1947, o jornal A Província do Pará publicou um relatório elaborado pela Associação Comercial do Pará (ACP) sobre as atividades do IAN e sobre a produção de borracha na Amazônia. No terceiro capítulo, os representantes da ACP faziam a seguinte afirmação:

Um assunto demasiado discutido, objeto de controvérsias acirradas, que tem servido para afirmações violentas e altamente graves, envolvendo a responsabilidade e a capacidade funcional daqueles que dele se deveriam ocupar – o plantio intensivo da *Hevea* na Amazônia – aliás incluso nas obrigações do Banco de Crédito da Borracha, requer um inquérito amplo e um completo reexame, a fim de se colocar num plano de julgamento sereno a autoridade e a razão da atitude, assumida pelo diretor do Instituto Agrônômico do Norte no que toca a sua tenaz oposição a esse plantio, considerado vital e indispensável à ecologia e à economia regionais, pela quase unanimidade de seus opositores, onde se agrupam personalidades de valor incontestável (...). Somos de opinião de que o Dr. Felisberto Camargo, digno diretor daquele instituto agrônômico, já malsinado, não se escusará a essa prova de absoluta insuspeitabilidade a cuja conclusiva decisão se deverá conformar, dando, assim, um cabal testemunho do seu não deliberado propósito de criar dificuldades a esta região, uma vez lhe seja desfavorável o veredicto final.

A resposta de Camargo veio por meio de um ofício tão duro quanto o relatório da Associação Comercial, e de uma proposta:

Não compete à Associação Comercial ditar normas para realização de um inquérito dentro do Instituto Agrônômico do Norte, nem lhe assiste o direito de impugnar os nomes de meus auxiliares, nem mesmo de pretender indicar, para servir num inquérito, os técnicos que participam dos mesmos sentimentos pessoais do presidente da associação. (...) Atingido em cheio e tão rudemente pela Associação que reúne os homens do trabalho, homens de honra e dignidade, venho aceitar o inquérito para apurar o que considero insulto à minha pessoa. Aceito as decisões de um tribunal de honra constituído de sete homens escolhidos entre as elevadas autoridades locais, e os juriconsultos mais dignos do respeito e da consideração do público. Peço permissão para indicar três nomes, deixando quatro para serem escolhidos pelo presidente da Associação Comercial (...). Após a decisão do tribunal, um de nós, o presidente da Associação Comercial do Pará, ou eu, teremos, a bem da dignidade, de solicitar incondicionalmente e irrevogavelmente, demissão dos cargos que ocupamos.

É inegável que o governo brasileiro fez um bom negócio ao adquirir o acervo de Fordlândia, avaliado em mais de 100 milhões de cruzeiros, por apenas 5 milhões, mas Camargo deixou claro ao diretor do Serviço Nacional de Pesquisas Agrônomicas, ao qual o IAN era vinculado, os problemas que deveriam ser corrigidos no empreendimento.

A falta de ordem e de método nos trabalhos agrônômicos levados pela Concessão Ford, obrigam o governo a corrigir as falhas da organização privada norte-americana e zelar por ela, a fim de transformá-la em centro geral de experimentação para orientação dos futuros trabalhos no Vale.

No mesmo relatório de 1948, ele reclama de uma “campanha política e da imprensa” contra seu trabalho como administrador do órgão.

Sob o ponto de vista político não houve exceção, suportamos uma campanha integral, movida por todos os partidos reunidos, desde os elementos filiados ao Partido Comunista até os mais velhos troncos das agremiações políticas consideradas democráticas e conservadoras.

A campanha a que Camargo se referia, por exemplo, contou até com uma convocação da Assembleia Legislativa, no dia 23 de agosto de 1948, para



O pesquisador posa ao lado de uma árvore de 29 anos, em plantação de seringueira com o sistema de dupla enxertia.

que o diretor do IAN prestasse esclarecimentos sobre o que estava sendo feito com o acervo de Fordlândia.

Os deputados da época, segundo Camargo, criticavam tudo na transação entre o governo brasileiro e os americanos, até a biblioteca foi citada. Os políticos afirmaram que ela só possuía revistas científicas e, em sua maioria, em língua estrangeira, portanto pequena seria sua serventia ao estado.

Embora em 1948 os deputados estaduais fossem uma pedra no sapato do IAN, o que mais aborrecia Camargo eram as matérias e artigos negativos veiculados pelos jornais da época, embora também recebesse um bom espaço para defesa e muitas páginas positivas. Seu principal opositor foi o advogado, jornalista e militante do Partido Socialista Brasileiro Cléo Bernardo de Macambira Braga, que durante todo o ano de 1948, principalmente, dedicou sua coluna semanal no jornal Folha do Norte para comentários contra a administração de Felisberto Camargo.

Camargo dizia que as opiniões do jornalista e de todos os outros que criticavam sua atuação eram movidas por motivos políticos e classificava seus opositores de comunistas. Especificamente sobre Cléo Bernardo, referiu-se uma vez da seguinte forma:

(...) quinta coluna que acompanhou os expedicionários brasileiros na campanha da Europa e que, em Belém, vem servindo a um país estrangeiro que procura introduzir, no Brasil, a desordem e a desmoralização, para, sobre esse alicerce, bem conhecido, lançar os seus tentáculos.

Mexendo no vespeiro

O ano de 1948 foi o ano em que se iniciaram os piores e mais frequentes ataques da mídia e de políticos a Camargo, visto que o projeto de cultivo da borracha não havia logrado ainda êxito.

Mesmo sob fogo cerrado, com uma oposição articulada pelos “senhores da borracha” – empresários que formavam os setores ligados à extração do produto – ele resistiu e continuou à frente do órgão. Os patrões da borracha, que ainda tinham muito poder político e agiam como chefes de oligarquias locais, seriam os principais prejudicados caso o cultivo se expandisse. Eles perderiam todas as facilidades concedidas pelo governo federal para continuar com a atividade extrativa caso o projeto de Felisberto Camargo desse certo.

Na época, a borracha brasileira passou a custar no País o dobro do preço praticado no mercado internacional, demonstrando que a opção pela

manutenção da coleta era de certo modo suicida economicamente. Mas o setor tinha muito poder, além disso, o cultivo ainda estava engatinhando.

Camargo, no entanto, acreditava no potencial da seringueira e recomendava a cultura no “Vale do Amazonas”, com o sistema de dupla-enxertia. Ele também sugeria solução para outro problema da região na época, a falta de mão de obra. Para isso, montou um projeto em que as plantações fossem organizadas sob a forma de núcleos coloniais de pequenos produtores, o que fixaria os antigos coletores à terra, impedindo que migrassem de volta para suas regiões e inviabilizassem o desenvolvimento da Amazônia, um dos argumentos dos patrões da borracha para continuar com o sistema de coleta.

Além dos seringais, os colonos seriam estimulados a produzir outras culturas, não só para subsistência, mas também para comercialização. A instalação dos núcleos seria financiada, segundo a proposta de Camargo, por meio da criação do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia, formado por 3% das verbas federais. O fundo – que em 1948 era equivalente a mais de 300 milhões de cruzeiros – foi aprovado mais tarde, porém nunca utilizado para o projeto.

O plano foi sugerido à Presidência da República por meio do Ofício nº 820, do Ministério da Agricultura, em 4 de agosto de 1945⁸, e apontava como locais ideais para início do projeto as regiões de Tefé e Fonte Boa, no Estado do Amazonas; e a região Bragantina, no Pará.

Apresentado durante a Conferência Nacional da Borracha, realizada em junho de 1946, no Rio de Janeiro, a ideia ficou em segundo plano, visto que nesse momento a audiência foi toda direcionada para o embate entre os representantes do comércio extrativo – que conseguiram que o governo brasileiro continuasse a garantir um preço mínimo para a borracha brasileira, praticamente subsidiando a coleta – e os industriais – que pagariam mais caro pelo produto com a medida.

Dois anos depois, em 15 de fevereiro de 1948, o jornal A Província do Pará publicou matéria sobre os problemas da formação de seringais de cultura na Amazônia e as sugestões do IAN e reclamou da falta de execução do projeto.

Esse dinheiro é uma riqueza sagrada, coletada do pobre e do rico, de todos os brasileiros, para ser empregada em benefício dos filhos da Amazônia. Cabe, portanto, aos governos regionais reclamarem a aplicação dessa enorme soma de recursos na

⁸ De acordo com o projeto, os núcleos seriam formados de pequenos lotes de oito hectares, cada um, sendo 5 plantados com seringueiras, 2 com espécies florestais diversas e 1 reservado para culturas de subsistência e criação de pequenos animais. A previsão inicial sugeria a formação de 6 mil núcleos em cada um dos estados e solicitava a verba anual de Cr\$ 50 milhões para cada um.

plantação de seringueira, para que a borracha não seja mais um 'mito econômico' e constitua, realmente, um dos verdadeiros e legítimos sustentáculos da nova vida econômica do Vale do Amazonas.

Na defesa de seu projeto, nessa mesma edição, Felisberto Camargo bateu pesado nos representantes das oligarquias do extrativismo da borracha e revelou a condição pré-capitalista da região:

Não se formam seringais de cultura na Amazônia pela simples razão de não existir, nessa região, a classe denominada 'agricultores' ou 'fazendeiros'. Em outras palavras: não há, aqui, quem possa e queira basear sua economia em qualquer atividade agrícola de caráter perene (...). O homem que cultiva a terra geralmente passa fome, razão pela qual a população do interior em vez de aumentar, diminui e vai se tornando cada vez mais fraca e mais pobre. Essa é a população de heróis, de heróis abandonados!

O colapso na produção de borracha brasileira se instalou, em parte, pelos problemas enfrentados pela principal instituição financeira voltada para o setor: o Banco de Crédito da Borracha (BCB), que começou a enfrentar uma grave crise financeira. Outro problema foi o fim do Acordo de Washington, firmado durante a Segunda Guerra Mundial e que garantiu as vendas brasileiras pelo dobro do preço de mercado até junho de 1947.

Em dezembro de 1947, encerrou também a validade do decreto-lei que obrigava o BCB a custear as despesas com a manutenção das plantações de Fordlândia e Belterra, o que afetou diretamente os dois projetos, que ainda não possuíam condições de caminhar sozinhos. Começaram, então, a atrasar os pagamentos da produção dos projetos e os 6 mil trabalhadores das concessões começaram a ficar insatisfeitos com a mudança nas condições de trabalho, depois que o governo brasileiro assumiu a administração das plantações.

Notando, nesse momento, uma boa oportunidade para atacar Felisberto Camargo, Cléo Bernardo assumiu o posto de defensor dos trabalhadores de Fordlândia e Belterra e iniciou uma verdadeira cruzada contra o cientista no jornal Folha do Norte.

Um de seus artigos, publicado no dia 16 de maio de 1948, dizia o seguinte:

Que tem feito esse sr. Felisberto Camargo, como administrador das Plantações Ford de Belterra e Fordlândia? Que tem feito? É mais um desses enviados salvadores da Amazônia, que se desmascara por si mesmo, demonstrando incapacidade e nada mais. Incapacidade. (...) O diretor do Instituto Agrônomo do

Norte ainda não conseguiu se libertar dos planos sonhadores, dos palpites e das promessas entusiasmadas. Do diletantismo científico, enfim (...). Já fazem mais de dois anos que Felisberto Camargo vem dirigindo esse novo patrimônio da União, sem nos dar uma amostra, sequer, de claras e positivas atividades e realizações. Os empregados de Fordlândia e Belterra esperam a prometida transformação em entidade autárquica do acervo adquirido pelo Banco de Crédito da Borracha, da Companhia Ford Industrial do Brasil, a fim de que possam trabalhar sob proteção legal (...).

Como Felisberto Camargo não respondeu as acusações, na semana seguinte ele voltou à carga:

Sinceramente lastimamos que o sr. Felisberto Camargo, até agora, ainda não tenha RESPONDIDO ao nosso artigo de domingo passado. Por quê? Medo de enfrentar tantas e tantas afirmativas e acusações? Terror de ficar nu, sozinho, confundido diante da evidência dos fatos e da própria verdade? O senhor Felisberto C. Camargo, como administrador das Plantações Ford, GANHA 10 mil cruzeiros por mês, afora duzentos cruzeiros diários ao estar ausente das mesmas. Ó mamata!... Durante todo o ano de 1946, somente trinta e seis dias ele passou nas respectivas localidades. Imaginemos: 36 DIAS! E em 1947 quantos dias, imponente administrador? Quantos? Mande contá-los, rigorosamente, que desejamos tomar conhecimento, sr. Diretor, também, do Instituto Agrônomo do Norte.



Missa em frente ao prédio principal do IAN, onde atualmente funciona a administração central da Embrapa Amazônia Oriental.

Cléo Bernardo produziu outros artigos, cada vez mais violentos, nos dias 30 de maio, 6 de junho, 13 de junho, 27 de junho e 4 de julho. Em todas as publicações ele anunciou uma série de denúncias contra o administrador, sugerindo até mesmo a abertura de inquérito administrativo para apurar as irregularidades. Ele questionava todos os projetos levados por Felisberto Camargo nas plantações.

No dia 1º de junho, a situação começou a tomar forma de crise. O deputado federal Epílogo de Campos anunciou que cerca de 3 mil funcionários de Fordlândia e Belterra estariam prestes a iniciar uma rebelião, ameaçando até mesmo depredar prédios e cortar árvores por não estarem recebendo os salários. Ele também atacou a proposta da formação dos núcleos de cultivo da borracha idealizados por Camargo e pediu informações ao Ministério da Agricultura sobre a situação da concessão e o futuro dos trabalhadores do setor administrativo, caso o plano de Camargo fosse levado adiante. O assunto ganhou as páginas dos jornais não só de Belém, mas de toda a região e do Rio de Janeiro também.

A resposta de Felisberto Camargo veio por meio do jornal A Província do Pará, do dia 4 de julho. O jornal publicou, na íntegra, correspondência enviada pelo pesquisador ao ministro da Agricultura e aos deputados. Camargo negou que os salários dos trabalhadores estivessem atrasados. Segundo ele, o que estava para ser pago, ainda em dia, era a segunda quinzena de maio. Para isso aguardava que o Banco de Crédito da Borracha quitasse uma dívida de 1 milhão de cruzeiros.

Camargo também atribuiu as denúncias às atividades “subversivas” do prefeito de Itaituba, Julião Galúcio Pereira, eleito pelo PSD e que já havia sido funcionário de Fordlândia. Julião foi afastado do cargo por Camargo, acusado de exercer atividades “comunistas” no trabalho. Logo que soube da denúncia, o pesquisador tomou outra atitude que provocou uma grande polêmica: procurou o general Dimas de Siqueira Menezes, comandante da Oitava Região Militar e sugeriu uma intervenção federal em Fordlândia.

Dias depois, o Banco de Crédito da Borracha depositou parte do dinheiro devido ao IAN e o pagamento dos empregados foi feito, mas a medida não encerrou o assunto. O clima em Fordlândia e Belterra esquentou quando o general Dimas Menezes interrogou Hito Braga, antigo chefe da farmácia do projeto, agora comerciante do ramo em Belém. Hito foi quem escreveu ao deputado e fez as denúncias contra Camargo.

Jornalistas e políticos saíram em “defesa” dos trabalhadores e Camargo recebeu nova saraivada de acusações, como reflete trecho de matéria publicada no jornal Folha do Norte, de 12 de junho de 1948.

Procuramos ouvir o deputado Silvio Macambira Braga, que nos disse: custa crer que o sr. Camargo necessite criar pretensos planos subversivos da ordem pública, valendo-se, para isso, do já bastante desmoralizado estratagema das agitações comunistas, assacando infamantes acusações contra pessoas dignas, a fim de procurar uma saída e fugir à responsabilidade dos maus serviços que vem prestando às Plantações Ford. (...) Saibam todos, para crédito dos seus acusadores, que o sr. Felisberto de Camargo pagou com vales; que esses vales eram trocados pelo comércio com abatimento de dez por cento; que pretendeu cortar a luz e a água, por motivo de economia; que comprou búfalos da Arca de Noé, para reprodutores e vacas destetadas; que fretou navios americanos para transportes de adubos etc. no afã de gastar o mais depressa possível a verba destinada à manutenção dos serviços a seu cargo.⁹

A partir daí, travou-se nas páginas dos jornais Folha do Norte e A Província do Pará uma guerra de informações e acusações. Primeiro, Hito Braga rebateu as acusações de Camargo e lhe fez outras, no dia 23 de junho, na Folha. No dia seguinte, A Província publicou réplica de Camargo. No dia 25, outro jornal, Folha Vespertina (do mesmo dono da Folha do Norte, Paulo Maranhão), trazia informações de que 114 funcionários das Plantações Ford haviam produzido um memorial enviado ao ministro da Agricultura, no qual acusavam as falhas na administração do pesquisador. Em 26 de junho, Hito Braga novamente publica carta aberta a Camargo, no jornal Folha do Norte, seguida, no dia 27, por mais um dos artigos de Cléo Bernardo.

Percebendo que estava em desvantagem nessa batalha ideológica pela imprensa, Felisberto Camargo aceitou o convite feito por um dos deputados federais em visita à capital paraense, para debater com Cléo Bernardo todas as acusações feitas contra sua administração. Camargo aceitou de imediato, mas Cléo Bernardo recusou, alegando que não ficaria frente a frente com o homem que o chamou de comunista. Suas argumentações, afirmou, seriam divulgadas somente pela imprensa.

No dia 10 de julho, a Comissão de Finanças da Câmara dos Deputados finalmente aprovou um crédito especial de 7 milhões de cruzeiros para a regularização da situação financeira de Fordlândia e Belterra. Mesmo assim, o clima continuou negativo para Camargo. O deputado federal pela Bahia, Aliomar Baleeiro, afirmou que os trabalhadores não recebiam dinheiro vivo como pagamento, mas vales com o seguinte texto: “O portador pode fazer

⁹ A manchete da matéria dizia: Fordlândia e Belterra sob o regime da destruição de Camargo. No dia 20, o jornal A Província do Pará publicou na íntegra carta de Felisberto Camargo respondendo a todas as acusações, sob o título “Não passou de revolução nas páginas dos jornais o caso de Belterra”.

compras até dez cruzeiros nas plantações de Fordlândia e Belterra”.

Esse período tumultuado na vida de Camargo culminou com a visita ao estado do ministro da Agricultura, Daniel Serapião de Carvalho, no dia 25 de julho. No dia 29, depois de passar por diversos órgãos federais, o ministro, acompanhado do governador Moura Carvalho, do presidente do Banco da Borracha, Otávio Meira, e do próprio Felisberto Camargo, visitou Belterra.

Ao chegar ao local, duas comissões de trabalhadores enumeraram todas as queixas dos empregados das concessões, entre elas o restabelecimento dos direitos trabalhistas retirados por um decreto presidencial. Os funcionários queriam de volta direitos como férias e estabilidade no emprego, e também a volta do fornecimento de uniformes, além de aumento salarial, entre outras coisas.

Representantes da categoria se queixaram também de que não existia em Belterra um administrador que residisse no local para resolver rapidamente os problemas e encaminhar os pedidos dos funcionários. Embora nenhum dos pedidos dependesse diretamente da vontade do administrador, os trabalhadores depositaram sobre ele todas as responsabilidades.

A visita do ministro, à primeira vista, parecia negativa para o administrador de Fordlândia e Belterra, mas acabou acontecendo o contrário. Nas entrevistas que deu, o ministro referendou o trabalho do cientista e até anunciou medidas que haviam sido pedidas pelo pesquisador há algum tempo, mas não tinham sido viabilizadas, sendo uma delas, a nomeação do administrador residente.

A celeuma levantada em torno de Belterra e habilmente explorada em favor de interesses individuais ou de paixões de grupos deriva de fenômenos marginais, que em nada afetam a grandeza da obra que aqui se constrói. Em última análise, como salientou o ministro da Agricultura ao se dirigir a uma das comissões de trabalhadores, coincide com os atrasos de remessa de numerário pelo governo e com as dificuldades de abastecimento, dessa crise decorrentes. Enquanto a administração de Belterra pôde ser suprida convenientemente de dinheiro, tudo era um mar de rosas. Compreendendo isso, e diante do que observou com a sua equipe, é que o sr. Daniel de Carvalho se empenhou em prestigiar de todos os modos o trabalho dos técnicos para cá destacados pelo Ministério da Agricultura, à frente dos quais se encontra o sr. Felisberto Camargo. Em mãos do diretor do IAN, ao que deduzo das impressões de quantos mais intimamente convivem com o ministro, permanecerão as responsabilidades da orientação técnica e o destino de Belterra. Isso foi aliás, implicitamente declarado pelo próprio sr. Daniel de Carvalho,

quando se recusou formalmente a admitir, como pedia uma das comissões de empregados, que fosse nomeado um administrador residente com absoluta autonomia, dizendo-lhes que nomearia um, para morar nas plantações, mas com autonomia apenas relativa, subordinado às diretrizes da administração geral que é do sr. Camargo.¹⁰

O administrador foi logo nomeado, ainda durante a estada do ministro no Pará, enquanto visitava Fordlândia. Foi escolhido Manoel Garcia de Paiva, um mineiro que foi para a região do Tapajós como alto funcionário da administração da Concessão, especializado em problemas de pessoal. Sua primeira missão foi presidir uma comissão para reorganizar a tabela de trabalhos e salários.

Mesmo assim, não cessaram as acusações pela imprensa e a polêmica em torno da administração de Felisberto Camargo frente às concessões Ford, dessa vez lideradas pelo deputado Santana Marques e que continuaram recebendo amplo espaço nos jornais paraenses. No dia 28 de agosto, a Assembleia Legislativa do Estado aprovou a proposta de enviar um pedido ao Ministério da Agricultura para a abertura de inquérito administrativo contra Camargo, agora acusado de perseguir os funcionários.



Camargo em seu gabinete com Novaes Filho, em 1950.

¹⁰ CONTINUARÃO as responsabilidades de orientação técnica e do destino de Belterra em mãos do diretor do IAN. **A Província do Pará**, 30 jul. 1948.

Essas medidas de fato não resultavam em sanções concretas contra Camargo, mas aos poucos foram minando sua força para defender os projetos idealizados pelo IAN. Além disso, ele acabava perdendo um tempo precioso para se defender das acusações.

O episódio da ameaça de revolta nas plantações, por exemplo, rendeu até o ano de 1949, quando Camargo descobriu que as reivindicações haviam sido organizadas por um grupo de funcionários articulados na “Comissão de Defesa do Patrimônio Nacional em Belterra e Fordlândia”. A história foi confessada por um dos membros do grupo que, temendo perder o emprego, acabou entregando os outros. Foram indiciados em um inquérito policial 11 funcionários, dos quais 6 foram imediatamente afastados do trabalho. Camargo acusou de mentores intelectuais do “complô” Cléo Bernardo, Silvio Braga e Hito Braga.

Em nome dos seringueiros

Em setembro de 1949, Belém sediou a 3ª Conferência Econômica da Borracha, cuja intenção anunciada mais uma vez era a salvação do mercado brasileiro do látex. No entanto, durante os debates, nenhuma medida concreta foi aprovada, além de questões paliativas.

Apesar da redução da produção dos seringais nativos, o Banco de Crédito da Borracha, que monopolizava a compra do produto dos seringueiros brasileiros, possuía um estoque de 13 mil toneladas de borracha paralisado, sem consumo. Um prejuízo de 300 milhões de cruzeiros.

Durante a conferência, novas propostas para reduzir o poder do IAN frente às plantações foram apresentadas. O deputado Silvio Meira sugeriu um projeto de lei que desse autonomia para Fordlândia e Belterra por meio de uma organização jurídica e que os trabalhadores tivessem os salários equiparados aos dos funcionários públicos federais. A tese de Silvio Meira foi rechaçada pelo representante do IAN, Alfonso Wisniewsky, que também protestou pela organização da conferência não ter permitido direito de voto à representação do instituto.

Wisniewsky foi direto ao ponto e disse:

O que entendo é que não cabe a esta III Conferência Nacional da Borracha aprovar sugestões no sentido do estabelecimento de regime de exclusividade para os trabalhadores de Belterra e Fordlândia, uma vez que, considerados rurais, estão englobados na legislação trabalhista vigente em todo o Território Nacional. (...) Uma pergunta se me impõe e eu não encontro resposta por mais que me esforce por compreender a razão deste desvelado carinho pelos dois mil trabalhadores de Belterra e Fordlândia.



A extração do látex da seringueira exige cortes precisos na árvore.

(...) Eu pergunto qual foi a Delegação que se lembrou de fazer sugestões concretas no sentido de dar amparo ao seringueiro, este verdadeiro herói mudo, cujos gritos de angústia não são ouvidos porque incapazes de vencer a selva. Eu pergunto: onde está a delegação dos seringueiros neste conclave que pretende transformar o Vale Amazônico numa nova Terra de Canaã? O seringueiro não podia estar aqui presente, para não estragar os planos adrede combinados e preparados.

No mesmo período, o Brasil começa a admitir a necessidade de importar borracha, pois a produção da época não era mais suficiente para abastecer as indústrias. Felisberto Camargo avisou que se nada de concreto fosse feito, até o final da década, o Brasil importaria 72 mil toneladas de borracha a um custo de mais de 60 milhões de dólares, mas foi ignorado.

A produção brasileira caiu de 32.930 toneladas em 1947 para 18.619 toneladas em 1950. Em 1951, quando veio o primeiro carregamento do produto de fora – 400 toneladas de borracha da Malásia –, o País ficou escandalizado. O Brasil, que antes pensava na exportação, agora mal conseguia produzir o suficiente para abastecer o seu próprio mercado interno. Essa mudança de cenário fez com que a proposta de cultivo ganhasse mais atenção, embora o Banco de Crédito da Borracha continuasse a defender o interesse dos empresários do comércio extrativo.

Fluência e encanto

Felisberto Camargo era considerado um excelente pesquisador, mas como cidadão tinha pouca habilidade política. Sua opção anticomunista o levava a ver inimigo em quem era apenas crítico. E pior, nivelava conservadores e comunistas como defensores das mesmas ideias. Essa postura talvez tenha sido a grande responsável por todos os seus sucessos e fracassos. A sua grande vantagem era o prestígio científico e admiração que desfrutava junto ao presidente Getúlio Vargas e algumas autoridades da época.

Não fosse sua grande capacidade de argumentação e seu alto poder de convencimento, ele jamais teria suportado a oposição que sofreu como administrador de Fordlândia e Belterra. Seus próprios inimigos reconheciam o seu fascínio e sua personalidade polêmica:

Está novamente na berlinda o dr. Felisberto Camargo. Homem inquieto, tendo nos gestos, no olhar, na fala atrevida de conquistador e nas experiências ousadas a mesma irrequietude das borboletas, ele traz consigo estranho signo: consegue impressionar pela fluência e pelo encanto das palavras, consegue

quase convencer e depois, não se sabe como, num sopro, numa volta mais apressada dos seus bailados, num momento, ele pôe tudo a perder e se despenca das alturas em que se colocara, auxiliado pela nossa admiração e pela nossa complacência. Ele nos apareceu aqui como o Mágico de Oz. Milagreiro, descobrira e trazia consigo a varinha mágica que haveria de transformar a Amazônia no El Dourado anunciado.¹¹

O sonho de revitalizar a produção da borracha brasileira continuou ainda forte até os anos 1970, mas o mal-das-folhas e os diversos embates políticos entre os que defendiam a continuação da extração e os que buscavam o plantio racional impediram que os sucessivos planos de desenvolvimento e da cadeia produtiva fossem duradouros o suficiente para surtir algum efeito.

Com o tempo, o sonho da borracha foi sendo substituído por novos projetos, visto que o Brasil, e particularmente o Pará, nunca voltaria a lucrar como antes com o produto. Fordlândia ainda vive na memória da população da região. Aliás, o próprio nome de Belterra, localizada às margens do Rio Tapajós, nasceu de uma referência do industrial, que chamou o lugar de 'Bela Terra'.

No entanto, Camargo defendeu o cultivo de seringueiras na Amazônia até deixar a direção do IAN, em 1952. Essa experiência permitiu que o IAN se lançasse ao estudo da doença que ainda hoje ataca a seringueira. Foi a primeira espécie estudada e já consumiu muitos trabalhos científicos. Embora o mal-das-folhas ainda permaneça um desafio para os novos pesquisadores, Belterra e Fordlândia serviram de campo para muitas outras experiências em outras áreas do conhecimento. Uma delas, por exemplo, a necessidade de produzir alimento em larga escala para alimentar os operários que trabalhavam nas plantações.

¹¹ Um bom exemplo do fascínio que sua personalidade exercia sobre as pessoas foi o artigo "O homem do Dia", produzido pelo jornal Folha Vespertina, no dia 7 de junho de 1948.

Capítulo 4

Romper com o extrativismo arcaico

Missão atribuída por Camargo à Escola de
Agronomia da Amazônia

Só recentemente o homem da Amazônia começou a despertar para a grande potencialidade da biodiversidade e do agronegócio na região. Felisberto Camargo percebeu isso há mais de 60 anos, quando apostou num centro de pesquisas agropecuárias e numa escola de agronomia na Amazônia. O ensino de ciências agrárias teve início em 1918, em Belém, com a criação da Escola de Agronomia do Pará.

Camargo queria transplantar para a Amazônia o modelo conhecido e vivenciado por ele em São Paulo. O grande avanço da economia agropecuária do Estado de São Paulo foi sustentado a partir da criação do Instituto Agrônomo de Campinas (IAC), por Sua Majestade o Imperador D. Pedro II, em novembro de 1889, e pela criação da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq), 12 anos depois, em 1901, em Piracicaba, onde viria a se formar 14 anos mais tarde.

A primeira escola de agronomia fundada no Pará, por um grupo de estudiosos das ciências agrárias capitaneados por Enéas Pinheiro, era uma instituição privada que oferecia ensino profissionalizante nas áreas de Agricultura, Zootecnia, Veterinária e as chamadas Indústrias Rurais. Depois de mudar de nome e passar a chamar-se Escola de Agronomia e Medicina Veterinária do Pará, foi absorvida pelo governo do estado, em 1927. Os primeiros cursos oferecidos pela educação pública foram: Agronomia, Medicina Veterinária, Capatazes e Trabalhadores Agrícolas.

Daí em diante, a instituição passou por sucessivas mudanças administrativas. No início da década de 1930, o interventor federal no estado, Magalhães Barata, publicou um decreto transformando a Escola em estabelecimento oficial de ensino superior do estado. Em 1935, a instituição foi desmembrada na Escola de Agronomia do Pará e Escola de Medicina Veterinária do Pará. A segunda, porém, teve vida curta. O trabalho na instituição começou a enfrentar dificuldades em 1937, quando a Constituição Federal estabeleceu novas normas para o regime de acumulação de cargos, fazendo com que muitos servidores que trabalhavam na instituição optassem por outros cargos na administração pública em que os salários eram maiores. A Escola de Agronomia do Pará ficou praticamente sem professores.

O ensino superior no Pará, que já definhava, ficou mais comprometido ainda em 1938, quando a Interventoria Federal no estado, por meio do Decreto nº 3.018, repassou a responsabilidade da instituição para a iniciativa privada. A Escola de Medicina Veterinária foi extinta e a Sociedade Civil Escola de Agronomia e Veterinária do Pará assumiu a Escola de Agronomia do Pará.

Por conta dessas mudanças, a instituição acabou perdendo o reconhecimento como estabelecimento de ensino superior do estado pelo governo federal em 31 de dezembro de 1941, com a transferência dos alunos para a Escola de Agronomia do Ceará. Aqueles que haviam sido diplomados nos anos de 1939, 1949 e 1941 tiveram que passar por uma prova de validação do diploma em outras instituições.

A medida atingiu não só o Pará, mas também o Amazonas e o Rio de Janeiro. Mesmo sem o reconhecimento da União, essas escolas continuaram funcionando e tentaram renovar o reconhecimento até 31 de julho de 1943. Nesse período, dada a precariedade do ensino e das condições do estabelecimento, a pedido do MEC, Felisberto Camargo já havia dado parecer favorável para o encerramento das atividades docentes da Escola de Agronomia do Pará e iniciou as negociações, junto ao governo federal, para criar uma Escola de Agronomia anexa ao Instituto Agrônomo do Norte (IAN). Desse modo, concretizava-se o exitoso modelo paulista de desenvolvimento agropecuário. Nas primeiras folhas em que era escrita a história das Ciências Agrárias na Amazônia, na ânsia de construir com a máxima brevidade o futuro promissor que vislumbrava para a região, o intempestivo Camargo jogava mais uma gota de vinagre na sua já azeda relação com Enéas Pinheiro.



Camargo tinha pouca afinidade com o governador Magalhães Barata.

Na verdade, desde que assumiu a direção do Instituto, o cientista planejava a criação de uma outra estrutura, uma instituição que teria a missão de formar os profissionais da própria região e que seriam responsáveis pela condução dos trabalhos no IAN. Nos primeiros 10 anos do órgão, os técnicos que atuaram nas pesquisas e administraram as Plantações de Fordlândia e Belterra, por exemplo, vieram de outros centros de pesquisas, principalmente do Sudeste do País ou dos Estados Unidos. Ele próprio havia tido problemas para a fixação de técnicos oriundos de outros locais. Do primeiro grupo de pesquisadores que com ele vieram em 1941, grande parte mal completou um ano, principalmente os casados. Como estratégia, a partir daí, Camargo apenas contratava técnicos novos, solteiros e oriundos de locais mais próximos, como o Nordeste. Grande parte desses técnicos formou suas famílias com as moças da terra e reside no Pará até hoje.

Em 1945, quando terminou a Segunda Guerra Mundial, os pesquisadores americanos cedidos ao Brasil por meio do Acordo de Washington começaram a ser enviados de volta a seus países. A diminuição da cooperação entre as duas nações aconteceu justamente no período em que o governo brasileiro, pressionado pelas lideranças regionais, começou a dar corpo à Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), o que pressupunha o aumento e não a diminuição da mão de obra qualificada na região.

Para resolver o problema, Felisberto Camargo viu como única alternativa a concretização do projeto de fundação da Escola de Agronomia da Amazônia, vinculada ao IAN. A equipe do instituto elaborou o projeto estrutural da escola, que também tinha como objetivo preencher a lacuna deixada pelo fechamento das escolas do Pará, Amazonas e Maranhão. A iniciativa foi aprovada e a instituição foi criada oficialmente pelo Decreto nº 8.290, de 5 de dezembro de 1945, assinada pelo então presidente da República, José Linhares, que assumira a Presidência da República como presidente do Supremo Tribunal Federal, no mesmo ano em que Getúlio Vargas foi deposto. No decreto, ficou estabelecido que a escola seria implantada aos poucos, de acordo com a disponibilidade de verba pelo Ministério.

Na verdade, as despesas de instalação e funcionamento da nova escola deveriam correr por conta da “verba especial” do governo federal depositada no Banco de Crédito da Borracha. O problema é que, com a eleição e posse de Eurico Gaspar Dutra, em fevereiro de 1946, e até o fim de seu governo em 1950, os recursos não apareceram. Camargo não contava mais com o mesmo prestígio que gozava no governo Vargas. Com seu inferno astral iniciado com a transferência da Companhia Ford para as costas do IAN, os recursos foram mingando e os ataques de cunho eminentemente políticos, a partir de 1948, começaram a minar o administrador, que perdera o amparo de seu

protetor mor. Com a falta de pessoal qualificado, ficava cada vez mais crítica a posição do diretor do IAN, que começou a pressionar o governo federal para a instalação da Escola.

Ele enviou diversos ofícios ao ministério, explicando a necessidade de que o governo enviasse a verba prometida para a instituição. Em um desses ofícios, em 1950, Camargo afirma:

A diretoria do Instituto Agrônomo do Norte sempre se interessou pela criação de uma Escola de Agronomia na Amazônia, desde que a Superintendência do Ensino Agrônomo julgou por bem suspender as subvenções que mantinham as escolas particulares de agronomia de Belém, Manaus e São Luís. Tendo assumido a presidência do Banco de Crédito da Borracha, Firmo Dutra resolveu fundar um Patronato Agrícola em Belterra, em substituição à Escola de Agronomia, para a qual negou o cumprimento da determinação do governo anterior. Com o desenvolvimento dos trabalhos do IAN e das Plantações Ford de Belterra, o problema da falta de agrônomos e de químicos vem se agravando de tal modo, que se tornou indispensável abrir a matrícula da Escola de Agronomia em 1951, apesar da falta de verba e de todas as dificuldades existentes.

Não era só o pesquisador que pressionava pela criação da Escola, a sociedade paraense também se ressentia da falta de uma instituição que promovesse a formação dos jovens. Durante muitos anos, foram sucessivos os pronunciamentos de deputados federais e senadores e os pedidos para que o governo federal cumprisse o decreto publicado em 1945.

Os protestos se multiplicaram em 1948, durante a visita que o ministro da Agricultura Daniel de Carvalho fez ao estado. O deputado Epílogo de Campos, da tribuna da Câmara Federal, aproveitou a oportunidade e pediu providências ao ministro sobre o assunto.

A Amazônia não tem uma Escola de Agronomia, pois a única existente em Belém do Pará há muitos anos encerrou suas atividades por negligência, maldade do governante de então. Parece incrível, senhor presidente, que necessitando a Amazônia de estruturar a sua economia em base técnica, não possua um centro de formação de agrônomos. E como esta é a grande aspiração da mocidade da Amazônia, do Maranhão ao Acre, estou certo de que o eminente ministro Daniel de Carvalho terá o seu nome eternamente ligado à região, se reabrir a Escola de Agronomia do Pará.¹

¹ Pronunciamento realizado por Epílogo de Campos no jornal Folha do Norte, do dia 21 de julho de 1948.

Durante a visita ao Pará, o ministro chegou a afirmar que cumpriria a promessa e reabriria a Escola, o que acabou não acontecendo naquele ano. Felisberto Camargo continuou a insistir e, para levar sua decisão de abrir a escola a qualquer custo, ele pediu autorização ao governo – e obteve – para utilizar recursos liberados para as plantações de Belterra. Era a volta de Vargas ao poder, agora pela força do voto popular e a recuperação do prestígio de Camargo.

A instalação

Para que a Escola começasse a funcionar, a fórmula encontrada foi recrutar, dentre os pesquisadores do IAN, os professores do primeiro ano de funcionamento da instituição. No orçamento de 1951, a Escola utilizou a verba de Cr\$ 1,5 milhão para pagamento dos professores e dos funcionários do setor administrativo e compra de algum material de campo.

E assim, no período de 20 de fevereiro a 21 de março de 1951, ocorreram as inscrições para o primeiro processo seletivo da Escola de Agronomia da Amazônia. Inscreveram-se 44 pessoas e 38 foram aprovadas². Depois de realizadas as provas e formada a primeira turma, foi realizada a cerimônia oficial de instalação da Escola, no dia 17 de abril, na sede da Associação Comercial do Pará.

Os professores que formaram o corpo docente da primeira turma da Escola de Agronomia da Amazônia foram admitidos por Portaria do Diretor, datada de 7 de abril de 1951:

Professores	Disciplinas
Alfonso Wisniewski	Química Analítica
Antônio Gomes Moreira Júnior	Física Agrícola
Derson de Almeida	Matemática
Harald Sioli	Zoologia Agrícola
Omir Corrêa Alves	Desenho
Paul Ledoux	Botânica Agrícola
Rubens Rodrigues Lima	Trabalhos Práticos de Agricultura

Em seu discurso, Felisberto Camargo resumiu a história passada da região, as dificuldades do presente e as preocupações que afligiam parte

² No relatório do ano letivo de 1951, aparece apenas uma mulher entre os inscritos e aprovados para ingresso na Escola de Agronomia da Amazônia: Ieda Coelho Ribeiro.



Pavilhão central da EAA, atual Universidade Federal Rural da Amazônia.

da população. Passada a era de esplendor da borracha, qual o futuro da Amazônia? Questionava ele.

Os Estados do Pará e do Amazonas foram, em outras eras, as unidades da federação que mais contribuíram para o governo da União. Foram os estados mais ricos do país. O delírio da riqueza, a confiança excessiva na produção extrativista, a falta de previdência, a falta de uma escola de agronomia que naquela época tivesse estudado o meio de cultivar a seringueira, de produzir arroz e outras espécies vegetais em larga escala, trouxeram como consequência as dificuldades que a Amazônia vem enfrentando há cerca de 20 anos, numa crise crescente que parece incontrolável.

Há trechos da história que dispensam recordações. Por que o Brasil está hoje importando borracha do Oriente? Porque nunca se formou na massa do povo desta terra a mentalidade do agricultor. O café, que fez a riqueza de São Paulo, entrou no Brasil pelo Pará. O cacau, que era e é uma planta paraense, foi construir a riqueza de Ilhéus, na Bahia. A própria cana de açúcar, que Pedro Teixeira encontrou nas margens do Amazonas quando subiu o rio para garantir a nossa soberania nestes quatro milhões de quilômetros quadrados, só criou riquezas em Pernambuco, no Estado do Rio e São Paulo. A desgraça econômica que caiu sobre esta terra foi única e exclusivamente resultado do menosprezo à agricultura e à pecuária. (...)

A Amazônia não é o inferno verde e não é também uma terra sem valor agrícola. O que é necessário é conhecê-la, para saber aproveitá-la devidamente. Faltavam todavia, na Amazônia, duas escolas, uma que tratasse de aprender, de estudar os problemas; e outra para divulgação dos ensinamentos colhidos na primeira. Instalada foi a primeira há cerca de 10 anos, com a criação do Instituto Agrônomo do Norte. Hoje, abrimos as portas da segunda. Hoje abrimos as portas da Escola de Agronomia da Amazônia, anexa ao Instituto Agrônomo do Norte, para formação de uma elite agrônoma que em breve partirá, leva por leva, para recuperar as riquezas do tempo passado.

Todo o futuro da região está nas mãos dos estudantes que passarem por esta Escola, simplesmente porque o futuro da Amazônia depende, mais do que tudo, do desenvolvimento de riquezas agrícolas (...).³

³ Trechos do discurso proferido por Felisberto Camargo na solenidade de instalação oficial da Escola de Agronomia da Amazônia, realizada em 17 de abril de 1951, na sede da Associação Comercial do Pará.

No primeiro ano letivo, as aulas teóricas foram ministradas nas instalações das Plantações Ford em Belém, na Rua Gaspar Viana, e as práticas nos laboratórios e no campo experimental do IAN. Depois, todas as aulas foram transferidas para as instalações do IAN. No final de 1952, Felisberto se afastou da direção do Instituto e da Escola e assumiu o acreano, pesquisador do IAN e também agrônomo Rubens Rodrigues Lima.

Em dezembro daquele ano, ocorreu o lançamento da pedra fundamental da futura sede da Escola de Agronomia da Amazônia, que seria instalada em uma área de 9 mil metros quadrados, próximo à sede do IAN e de propriedade do mesmo, às margens do Rio Guamá, na atual Avenida Tancredo Neves. Felisberto foi convidado a proferir uma palestra durante a solenidade.

Depois de fazer uma retrospectiva de todas as ações desenvolvidas pelo IAN até aquele ano, Felisberto Camargo aproveitou a oportunidade para, mais uma vez, chamar a atenção da sociedade e principalmente dos dirigentes do estado para a necessidade de formação de cientistas na região, para a importância do desenvolvimento da agricultura na Amazônia e para o valor dos solos de várzeas para a produção de alimentos como forma de enfrentar as precárias condições da maioria da população nativa.

Hoje, no governo do sr.dr. Getúlio Vargas, ao novo diretor do I. A. N. o sr. engenheiro-agrônomo Rubens Rodrigues Lima, filho da região amazônica, está sendo dado o prazer de receber as autoridades locais e os amigos do Instituto, para a cerimônia do lançamento do primeiro tijolo do prédio que será o berço da futura geração de agrônomos, biólogos, zootecnistas e tecnólogos, aos quais assistirá a missão de realizar a obra de recuperação econômica do Vale.

A Escola de Agronomia da Amazônia está localizada com a sua frente voltada para a várzea. E a nova geração de agrônomos será formada com mentalidade moldada na obra de agricultura de várzea, de uma agricultura semelhante à dos holandeses, com a diferença de que, na Holanda, a terra foi conquistada ao mar e na Amazônia será conquistada aos igapós e pântanos marginais do rio Amazonas e de seus afluentes.

A Escola de Agronomia da Amazônia nasce com os seus alicerces assentados na borda da terra firme, com a fachada voltada para o problema da alimentação, que encontrará solução dentro das várzeas, e com a espinha dorsal sobre a terra firme, onde promoverá o desenvolvimento da agricultura florestal. (...)

Caberá às turmas de técnicos que saírem da Escola, a missão de quebrar a política extrativista arcaica. Sobre a Escola de

Agronomia da Amazônia, nascida no seio deste centro de pesquisas e experimentação, criado para o Vale, que é o Instituto Agronômico do Norte, pesará a grande responsabilidade do futuro da região. (...)

Encerrando estas palavras, desejo à Escola o maior sucesso, pois da cultura e da boa formação moral dos técnicos que aqui se diplomarem, dependerá a sorte do Vale do Amazonas e do Instituto Agronômico do Norte. Nada adiantará para a Amazônia a verba de 3% da renda da União, durante 20 anos, se faltar caráter e cultura por parte dos executores da obra (...).

A primeira turma de engenheiros-agrônomo formados pela Escola - 23 alunos - foi diplomada no dia 18 de dezembro de 1954, tendo como ambiente da solenidade o palco do Theatro da Paz. Em 1958, o edifício-sede foi inaugurado. A instituição permaneceu ligada ao IAN até abril de 1960, quando a Escola ganhou autonomia e ficou administrativamente vinculada, como suas demais congêneres, ao Departamento de Ensino Agrícola do Ministério da Agricultura. Finalmente, em 1967, a instituição foi transferida para o âmbito do Ministério da Educação e Cultura (MEC).



Busto de Camargo na entrada do campus da Embrapa Amazônia Oriental, em Belém.

A Escola foi, até o final da década de 1960, a única instituição do gênero na região amazônica, principalmente com a descentralização do concurso de habilitação, o vestibular, que passou a ser realizado também em São Luis, no Maranhão, e em Manaus, no Amazonas. Além disso, até 1966, estudantes de outros países da América Latina, principalmente da Venezuela, passaram a estudar na instituição.

As ações voltadas para a pesquisa, como desejava Felisberto Camargo, iniciaram em 1970 e, em 1971, foi aprovado o funcionamento do curso de Engenharia Florestal, que foi o sexto curso a ser instalado no Brasil, sendo todos os anteriores do Centro-Sul do País. Assim, com o crescimento da produção científica na Escola e a crescente demanda pela ampliação da formação profissional nas áreas de Zootecnia, Engenharia de Pesca, Economia Rural, entre outras, a Escola foi transformada na Faculdade de Ciências Agrárias do Pará (Fcap), no dia 8 de março de 1972. O primeiro diretor da Fcap foi Elias Sefer e o vice, Virgílio Libonati.

Em 1973, foi criado o curso de Medicina Veterinária, que teve seu primeiro processo seletivo no ano seguinte, abrindo 30 vagas. No mesmo ano, foi instalado o Hospital Universitário, a primeira unidade veterinária do Norte do País.

Em 1974, o trabalho desenvolvido por Felisberto Camargo à frente do IAN e da Fcap, mesmo por pouco tempo, foi lembrado. Em setembro daquele ano, foi instalada a Unidade de Pesquisa de Bubalinos da instituição, que recebeu o nome do pesquisador. No mesmo período, ele foi citado em uma publicação da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO)⁴.

As duas maiores homenagens recebidas pelo pesquisador depois de sua morte foram prestadas pelas instituições que ajudou a erguer. O IAN, já transformado em Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), ergueu um busto na entrada da sede da instituição em Belém, em abril de 1999, durante as comemorações dos 60 anos de sua fundação.

A Fcap, durante as comemorações dos 50 anos de fundação, em 2001, construiu um mausoléu dentro do edifício principal do campus universitário, onde estão abrigados os restos mortais de Felisberto Camargo. A homenagem atendeu a uma vontade do pesquisador, que sempre manifestou o desejo de ser sepultado na Amazônia. Os restos mortais de Felisberto Camargo foram trasladados do Cemitério de São Francisco Xavier, no Rio de Janeiro.

Um ano depois, no final de 2002, a Fcap foi transformada em Universidade Federal Rural da Amazônia (Ufra). Além de oferecer os cursos

⁴ COCKRILL, R. **The husbandry and health of the domestic buffalo**. Roma: FAO, 1974. A citação a Camargo foi feita nas últimas cinco linhas do epílogo, p. 841.

de graduação em Agronomia, Engenharia Florestal, Medicina Veterinária, Engenharia de Pesca e Zootecnia, a universidade contabiliza mais de 4 mil alunos brasileiros e estrangeiros formados pela instituição.

Além dos cursos de graduação, a Ufra oferece hoje os cursos de pós-graduação em Ciências Florestais, Solos e Nutrição de Plantas, mestrado em Biologia Vegetal Tropical e doutorado em Sistemas Agroflorestais. Os cursos são ministrados não só em Belém, mas também em outras quatro bases no interior do Estado do Pará. A cooperação internacional também está fortalecida na instituição, que fechou com o órgão de cooperação do governo inglês, o Department for International Development (DFID), um projeto de 2 milhões de libras para o fortalecimento institucional da Ufra.

Capítulo 5

A tentativa de domar o Amazonas

A abertura dos canais de colmatagem

Felisberto Camargo era um homem inquieto. Estava sempre atento a tudo que o rodeava. Sua paixão pela Amazônia não era a de um simples contemplador. Seu olhar aguçado e penetrante de pesquisador estava sempre querendo descobrir alguma forma de transformar as imensas áreas cortadas pelos rios em fonte de produção de alimentos.

Um bom exemplo dessa agitação é que, nem quando Camargo viajava de avião, ele relaxava. Estava sempre trabalhando. Foi nas suas inúmeras viagens entre Belém e Santarém, nos voos da Panair ou em aviões Catalina da Força Aérea Brasileira, a uma altura de 200 m a 300 m sobre a região do Baixo Amazonas, entre os meses de maio a julho, que observou a grande concentração de sedimentos transportados pelo Rio Amazonas para dentro das águas límpidas do Lago Maicuru.

Essa imagem fantástica da passagem das águas turvas do rio para o lago, através de “furos” ou canais naturais, no meio da mata ciliar, despertou



Fenômeno “Terra Caida”, em Maicuru, em 1952.

no cientista a ideia de investigar a possibilidade de se abrir canais artificiais com a finalidade de melhor aproveitar os ricos sedimentos do Amazonas na própria região.

Isso porque Camargo endossava a tese levantada pelo jornalista e escritor Euclides da Cunha, que considera o grande rio como um “ladrão”, que furta e transporta da Bacia Amazônica para o Oceano Atlântico cerca de 3 milhões de metros cúbicos de sedimentos por dia.¹

Porque, na realidade, esta se reconstitui mui longe das nossas plagas. Neste ponto, o rio, que sobre todos desafia o nosso lirismo patriótico, é o menos brasileiro dos rios. É um estranho adversário, entregue dia e noite à faina de solapar a sua própria terra. Herbert Smith, iludido ante a poderosa massa de águas barrentas, que o viajante vê em pleno Oceano antes de ver o Brasil, imaginou-lhe uma tarefa portentosa: a construção de um continente. Explicou: depondo-se aqueles sedimentos do fundo tranqüilo do Atlântico, novas terras aflorariam nas vagas e ao cabo de um esforço milenário encher-se-ia o golfo aberto, que se arqueia do Cabo Orange à Ponta do Gurupi, dilatando-se desta sorte, consideravelmente, para nordeste, as terras paraenses.²

Como engenheiro-agrônomo, conhecedor das necessidades dos vegetais e primeiro diretor do Instituto Agronômico do Norte (IAN), acreditava que as áreas de terra firme da Amazônia não se prestavam para a agricultura em razão de sua baixa fertilidade natural.³

Seu intento era tirar o melhor proveito das áreas de várzeas para a produção de alimentos. Como essas áreas inundáveis eram estreitas e localizadas às margens dos rios, apresentando dificuldades de mecanização que somente as áreas de grandes dimensões admitem, sua ideia era criar essas amplas áreas por meio do “aterramento” dos grandes lagos que se formavam às margens do Rio Amazonas, utilizando os sedimentos suspensos nas águas do grande rio, os quais ao precipitarem, anualmente, depositavam no fundo desses lagos milhões de toneladas de resíduos férteis.

¹ PINTO, A. O. **Hydrografia do Amazonas**. [São Paulo: Atlas, 1930].

² CUNHA, E. da. **À margem da história**. São Paulo: Martins fontes, 1999. 209 p.

³ Em uma de suas inúmeras anotações, Camargo afirma que “após o saneamento da área da antiga fazenda Murutucu, o maior foco de malária dos arredores de Belém do Pará, comprada pelo gabinete do ministro da Agricultura para instalação do IAN, realizadas as primeiras pesquisas de solo em volta da sede, ficou demonstrada a incapacidade das ‘terras firmes’ para o cultivo de plantas de ciclo anual, tais como arroz, feijão, milho, mandioca e outras”. Ele relata também a pesquisa feita pelo IAN, em parceria com o Instituto Agronômico de Campinas (IAC), em 1943, sobre o solo da região da Estrada de Ferro Belém-Bragança, que reforçou a avaliação que as terras de terra firme da região eram impróprias para a agricultura.

A imagem aérea da fuga dos sedimentos pelos pequenos furos do rio despertou-lhe o desejo de iniciar uma intervenção capaz de alterar o papel do Rio Amazonas na região, garantindo a fertilização de grandes áreas destinadas à produção de culturas alimentares.

É o próprio Camargo que nos revela, por meio de seus manuscritos, os antecedentes do empreendimento conhecido como “canais de colmatagem”⁴:

Com o brotar da idéia, da observação feita a bordo do avião, passamos ao exame do fenômeno em ‘canoas’ que transportávamos nas embarcações das Plantações Ford de Belterra. Estendemos as nossas observações à região do Lago Grande de Curuay, acima de Santarém (...). Estudado o plano (...), concluímos pela preferência da região do Lago Grande de Maicuru⁵, por suas melhores condições técnico-científicas para a construção dos canais de colmatagem.

Um dos grandes incentivadores dessa idéia e municionador de subsídios técnicos-científicos foi o emérito pesquisador limnologista Harald Sioli.

Em dezembro de 1949 foi adquirida a área chamada “Cacaual Grande”, que pertencia a uma viúva conhecida por Guilhermina. Em janeiro de 1950 teve início a ocupação e as obras de construção do primeiro canal, com a utilização de 100 operários, que ficaram instalados em duas embarcações, atracadas próximo da antiga sede da fazenda e do moinho de vento.

Camargo encarregou H. Sioli de fazer o estudo dos “furos” e das águas de invasão. As pesquisas de Sioli foram publicadas no Boletim do IAN, em junho de 1951, com informações levantadas até setembro de 1950 e com uma documentação fotográfica sobre os primeiros depósitos de sedimentos, localizados a 400 m da margem do Amazonas.

O primeiro canal foi rasgado com apenas 4 m de largura e depois ampliado para 20 m, com uma profundidade de 2 m. Foram utilizados equipamentos importados dos Estados Unidos por ordem do ministro da Agricultura, que naquela época (1951) era o pernambucano Antônio de Novaes Filho:

⁴ Colmatagem é a operação de conduzir as águas do rio ricas de material em suspensão para um local onde a sedimentação desses elementos suspensos permitam a formação de solo mais fértil. No caso de um lago, este deverá desaparecer.

⁵ Maicuru é o nome do rio e do grande lago localizado na margem esquerda do Rio Amazonas, entre Santarém e Monte Alegre, no Estado do Pará.



Canal Novaes Filho.



Camargo registrava cada passo dos canais de colmatagem.



Máquinas foram importadas dos Estados Unidos.



Enquanto Camargo conseguiu tocar o projeto, vários canais foram abertos.



Com esse primeiro canal, com esse primeiro passo dado pelo Ministério da Agricultura, estamos construindo terra agrícola para o dia de amanhã e poupamos 3 milhões de toneladas métricas que o Rio Amazonas rouba desta terra por dia, uma média de 1.600 toneladas.⁶

O segundo canal ganhou o nome do interventor do Pará, Maroja Neto, pelo seu apoio ao governo federal em adquirir as plantações Ford, em Belterra.

O terceiro foi chamado de Fernando Costa, em homenagem ao ministro da Agricultura responsável pela criação do IAN. No total, foram construídos cinco canais. Mas o plano de Camargo era rasgar dez canais até dezembro de 1952, com uma capacidade global para vazão diária de 100 milhões de metros cúbicos de água e lama do Amazonas para dentro do Lago Maicuru. Depois de Camargo deixar o IAN, a construção dos demais canais não prosseguiu.

1948 - Início do primeiro trabalho de drenagem das várzeas do rio Guamá entre os igarapés Murutucu e Catu, com uma escavadeira Bacyrus Erie, de 40 t, transportada de Belterra, pertencente às antigas plantações da Ford Motor Company do

⁶ Trecho do discurso proferido por Camargo na solenidade de instalação oficial da Escola de Agronomia da Amazônia, em 17 de abril de 1951.

Brasil. Em 1949 o IAN importava uma escavadeira Moderna e, em 1951, outra, diretamente dos Estados Unidos. Isso mostrava a importância que Felisberto Cardoso Camargo dava à drenagem das áreas de várzeas.⁷

O empreendimento provocou reações. Políticos como o senador Álvaro Adolfo e o tabelião do cartório do Município de Monte Alegre fizeram ácidas críticas ao projeto. Em carta dirigida ao então diretor da Faculdade de Ciências Agrárias do Pará (Fcap), Elias Seffer⁸, Camargo faz um desabafo quando diz que nenhum substituto dele “teve condições e fibra para lutar em favor da idéia da construção dos Canais de Colmatagem”.

Uma imensa baía

Depois de 24 anos da abertura do primeiro canal, o cientista foi responsabilizado pelo desaparecimento da pastagem natural da região de várzea, para onde o gado é transportado pelos pecuaristas logo após a redução do nível das águas do Amazonas, no período de setembro a março. O mesmo tabelião de Monte Alegre, Acylino de Almeida Lins, que já havia se insurgido contra Camargo, em 1951, voltou à carga em longa carta. Referindo-se a uma viagem que o ex-diretor do IAN fizera à região, em junho de 1975, diz o tabelião:

V.S. deve ter visto o que nós todos vemos, isto é, ao invés da exuberância de pastagens, canaranais, pomongais e outros, enormes, que existiram antes da abertura dos canais, água, somente água, uma baía imensa, porque aquelas, as pastagens, foram total e definitivamente arrancadas pela violência da correnteza estabelecida pela água que o Amazonas passou a jogar continuamente para o interior do Lago, cujo nível é inferior ao dele.

Esse fato, incontestável para quem conheceu a região ontem e hoje, causou, como continuará causando, um prejuízo incalculável à pecuária do Município que poderá chegar a extinção e principalmente a fazenda de bubalinos que V.S. estabeleceu em Cacoal Grande, por falta de pastagens de várzea que eram seu suporte na época do verão quando as terras altas, por falta de chuvas, se tornam incapazes de alimentar grande quantidade de animais.⁹

⁷ HOMMA, A. K. O. **História da Agricultura na Amazônia**: da era pré-colombiana ao terceiro milênio. Belém, PA: Embrapa Amazônia Oriental, 2003.

⁸ A carta foi escrita em 3 de setembro de 1975.

⁹ Carta escrita por Acylino Lins, em 5 de agosto de 1975.



As obras movimentaram dezenas de homens e máquinas.



Barcos navegando por um dos canais de Colmatagem.



Muita gente reagiu contra as obras de Camargo, por causa do desaparecimento da pastagem natural.



O mapa com a localização da Subestação Experimental de Maicuru.

Lins encerra a carta com pedido de fechamento dos canais. Camargo protestou imediatamente e explicou que a obra não tem relação direta com as alterações ambientais que a região sofre a partir das enchentes do Rio Amazonas:

Saiba V.S. que os “Canais de Colmatagem” não tem a mínima responsabilidade pelos possíveis danos a que V. S. se refere, mas que nada menos de 500 (quinhentos) milhões de metros cúbicos, por dia, de água invadiram o lago Maicuru, através da zona atingida pelo fenômeno das “terras caídas”, na região da divisa, entre Monte Alegre e Santarém e, que alguma providência séria deverá ser tomada por autoridade técnica idônea.¹⁰

Depois disso, Camargo, na condição de aposentado do Ministério da Agricultura, fez inúmeras tentativas para que o ministro da Agricultura do governo Geisel, Alysso Paulinelli, determinasse a realização de uma pesquisa para avaliar os efeitos das enchentes do Amazonas, em 1975, e indicava Harald Sioli, na época diretor do Max-Planck-Institut Für Limnologie, da Alemanha. Também encaminhou carta ao senador paraense Cattete Pinheiro, solicitando o seu empenho junto ao ministro, a quem ele lamentava ter o

¹⁰ A resposta de Camargo foi redigida no dia 24 de agosto de 1975.



Camargo retornou a Cacaual Grande em 1975.

governo federal priorizado uma solução para as enchentes de Pernambuco e ignorado totalmente o que acontecia na Amazônia.

Em outra carta enviada ao senador Pinheiro, Camargo aponta as causas do fenômeno que afeta as várzeas do Amazonas:

Barranca quebrada ou melhor “terra caída” é fenômeno comum conhecido por qualquer caboclo, filho da região das “Várzeas do Amazonas”. As correntes fluviais do Rio Amazonas, orientadas contra os barrancos das matas ciliares, que as próprias correntes construíram no passado, abrem passagem para dentro do lago, nascendo assim o que o caboclo da Amazônia chama de FURO quando é estreito e PARANÁ quando é mais largo, é BRAÇO quando atinge a largura de algumas BRAÇADAS.¹¹

De posse de um mapa fotográfico do Radam, cujas imagens foram captadas entre 1971 e 1972, Camargo identificou dentro do Lago Maicuru os restos de um furo que se estendia por mais de 20 km, passando pelo extremo norte dos canais de colmatagem. Ele calculou que esse furo fora obstruído há mais de 200 anos.

¹¹ Correspondência ao senador Cattete Pinheiro, em 6 de outubro de 1975.

Obra maravilhosa

Passada a frustração de não ter convencido nenhuma autoridade federal a se interessar pelas enchentes do Amazonas, o velho cientista escreveu ao pesquisador Ítalo Falesi, que foi seu aluno na Escola de Agronomia da Amazônia e era diretor do Instituto de Pesquisa Agropecuária do Norte (Ipean) nova denominação do IAN, em Belém. Camargo aproveitou para completar suas observações a respeito da ação da natureza:

Hoje, passados dois meses da minha última e triste inspeção à triste e velha Estação Experimental do Baixo-Amazonas, venho afirmar a você, que foi, depois de Harald Sioli, o primeiro observador dos solos de colmatagem, que a recente ruptura, conseqüência natural, naturalíssima, dos efeitos dos desbarrancamentos, provocados pela natural erosão do sub-solo das matas ciliares da região de Dores, foi uma obra maravilhosa da natureza.

Obra maravilhosa porque virá, inevitavelmente, a partir da formação de um PARANÁ, ou seja, de um novo BRAÇO, do Amazonas, transformando as terras da Estação Experimental do



“A Amazônia não é o inferno verde e não é também uma terra sem valor agrícola”.

Baixo-Amazonas, em “Ilha Grande de Maicuru”, completamente desligada da parte norte das terras firmes da Bacia Hidrográfica de Maicuru.¹²

Não é o inferno verde

Depois de trocar correspondência com Sioli, Camargo concluiu que dentro de 10 anos o “novo Paraná de Maicuru estará formado, paralelo ao leito principal do rio Amazonas”. Mas fez uma ressalva: “desde que a ruptura na Costa de Dores não venha a ser muito larga, de modo a reduzir (...) a diferença de nível entre o braço principal do Amazonas e o restante do lago Maicuru”. Sioli também concordou que o Amazonas estava deslocando o seu curso:

(...) Reina ainda muita ignorância sobre as peculiaridades da Amazônia, da ecologia da mesma com a fragilidade do ecossistema e da dinâmica do grande rio o qual constantemente altera e remodela, cria, destrói e novamente cria a paisagem ao redor.

É este último o caso justamente com o Maicuru que causa tanto aborrecimento ao caro amigo. Quando eu estive em Cacaual Grande, em 1949, para estudar a sedimentação no prolongamento do seu canal recém-construído para dentro do lago, já havia no Piapó, o famoso fenômeno das “terras caídas”; a erosão lateral do Amazonas comeu naquele lugar, na enchente daquele ano, uma faixa de alguns decâmetros! Estou plenamente de acordo com as idéias de V.S. que o Amazonas está atualmente trabalhando por ali – onde o fio da correnteza, refletido da costa sul, vem tocando na costa norte – num deslocamento do seu curso. Com ou sem os canais, quando depois de alguns séculos e provavelmente nem mil anos, a erosão lateral inevitável terá comido o dique marginal natural, a massa d’água então lançar-se-á para dentro do Lago Maicuru, formando ali o novo leito principal e transformando o atual talvez num Paraná (...). Pode talvez ser, e é até imaginável que a colmatagem intensificada dentro do lago, pela ação dos canais, exerça uma espécie de “tampão” protraindo o rompimento total do Amazonas para dentro do lago, e/ou determinando a direção do futuro curso num sentido que ele não alcance a terra firme por detrás do lago! Os mapas Radam que o amigo me presenteou e os quais interpretou tão elucidamente testemunham impressionantemente a tremenda atividade transformadora do Amazonas justamente naquele lugar.¹³

¹² Carta enviada a Ítalo Falesi, em 5 de outubro de 1975.

¹³ Correspondência de Harald Sioli, postada na Alemanha, em 20 de setembro de 1975.

A construção dos canais de colmatagem e as enchentes do Amazonas, em 1975, revelam bem a forma centralizada com que a elite política brasileira sempre viu a Amazônia. Enquanto Camargo tinha poder e influência junto ao Ministério da Agricultura, foi possível implantar a Estação Experimental do Baixo Amazonas, importar máquinas para rasgar os canais, mobilizar pessoas, etc. Quando perdeu prestígio, as máquinas foram sucateadas e retiradas da região, enquanto os canais desmoronavam e muitos animais foram entregues à própria sorte. Ninguém respondia suas cartas. Camargo aguardava, solitário do poder, como o personagem de Garcia Marques¹⁴. Ninguém se preocupa com enchentes que não causam calamidades. Investir em pesquisa sobre as alterações que o Rio Amazonas faz em seu curso soa como assunto de pouca importância, ou uma fantasia. O próprio Camargo já advertia sobre isso em 1951:

Essas várzeas do Baixo-Amazonas representam uma riqueza incalculável, cuja conquista para a agricultura é uma operação fácil e até empolgante (...). Tudo isto pode parecer fantasia aos cegos que não querem ver; mas a verdade, vos digo, a Amazônia não é o inferno verde e não é também uma terra sem valor agrícola.

O que é necessário é conhecê-la, para saber aproveitá-la devidamente.¹⁵

¹⁴ MARQUEZ, G. G. **Ninguém escreve ao coronel**. Rio de Janeiro: Record, 1957.

¹⁵ Trecho do discurso de Camargo na instalação da Escola de Agronomia da Amazônia, em abril de 1951.

Capítulo 6

O investimento em genética animal

A polêmica importação do zebu vermelho

Homem “teimoso”, “incorrigível cabeçudo”, “terrível”. Estes foram alguns dos adjetivos utilizados pelo diretor do Departamento Nacional de Produção Animal (DNPA) do Ministério da Agricultura, João Ferreira Barreto¹, o homem que mandou queimar as roupas de Felisberto Camargo e o manteve confinado dentro de um avião inglês, só de short, durante 48 horas, na Ilha de Fernando de Noronha, em 1952, quando Camargo foi o principal personagem de uma verdadeira epopeia para trazer do Paquistão o gado zebu red sindhi.

Barreto também admitia que o homem de cabeleira grisalha revolta e olhos azuis tinha uma capacidade de argumentar e uma rapidez de raciocínio que parecia um salto de cachoeira. E por isso mesmo não era fácil fazê-lo desistir de uma ideia. A decisão de ir buscar no Oriente uma raça de animal capaz de produzir leite surgiu após a implantação da Estação Experimental do Baixo Amazonas, onde ele desenvolveu um programa que incluía o nelore e o búfalo.

Entretanto, além de carne para os operários de Belterra e Fordlândia, Camargo estava interessado em disseminar um gado leiteiro de boa linhagem adaptado às condições da Amazônia.

Por isso, pesquisou bastante nos Estados Unidos, onde esteve várias vezes, e concluiu que a raça asiática Sindhi era a mais adequada, por sua rusticidade e melhor produção leiteira. Sua ideia inicial era usar exemplares da raça pura para fazer cruzamento industrial com a raça europeia Jersey, cujos experimentos norte-americanos estavam dando excelentes resultados.

A justificativa para a importação do sindhi era que não havia na Amazônia um único rebanho, oficial ou particular, produzindo leite sob regime de controle da produção, para julgamento do mérito dos animais. É o próprio Camargo que explica a situação da época em texto produzido em 1957:

¹ Em entrevista à revista *Cruzeiro*, de dezembro de 1952, Barreto declarou ao repórter Neiva Moreira que Camargo era um “incorrigível cabeçudo que não deixa tempo aos outros de expor suas próprias idéias, tal a catadupa de argumentos para cada caso”.



Camargo foi ao Paquistão buscar o red sindhi.

Na realidade, não se encontrava, nos Estados do Pará e Amazonas e em toda a região, um único plantel de gado leiteiro, bovino ou bubalino devidamente organizado e sob regime de controle da produção.

A produção de leite, em Belém e em todo o Estado do Pará, foi e continua sendo extremamente precária e sem significado algum para abastecimento da população, que utiliza, de preferência, leite industrializado, importado da América do Norte, da Europa e do Sul do país.²

Em 1953, a importação paraense de leite em pó do Sul do Brasil estava assim distribuída:

Produto	Quilos	Cr\$
Leite em pó	518.771	19.651.543
Leite condensado	662.400	8.650.520
Manteiga	857.224	29.487.272
Queijo	270.334	8.103.750
Creme de leite	5.460	101.660 ³

Em Belterra e Fordlândia, onde viviam entre 2.500 e 3.500 pessoas, nem carne nem leite eram produzidos. Tudo se comprava de fora. O leite em pó era fornecido gratuitamente, por indicação do corpo médico, a todas as crianças filhas de servidores da organização, cujas mães não tivessem leite suficiente para alimentá-las. Mantinha-se assim o mesmo padrão do tempo em que os norte-americanos da Companhia Ford administravam a cidade.

Entretanto, como a administração pública padece de frequentes faltas de verbas, Belterra também ficou desprovida de dotação orçamentária por mais de 6 meses, durante a administração de Camargo. A solução apontada pelo ministro da Agricultura da época, Daniel de Carvalho, foi que a instituição deveria produzir, em suas terras, tudo quanto pudesse para reduzir as despesas de compra de alimentos.

Como o próprio governo federal não possui rebanhos na Amazônia, salvo os poucos animais comprados para revenda, formamos rapidamente os seguintes plantéis:

² CAMARGO, F. **Importação de Gado RedSindhi para o Brasil**: razões da importação. [S.l.], 1957.

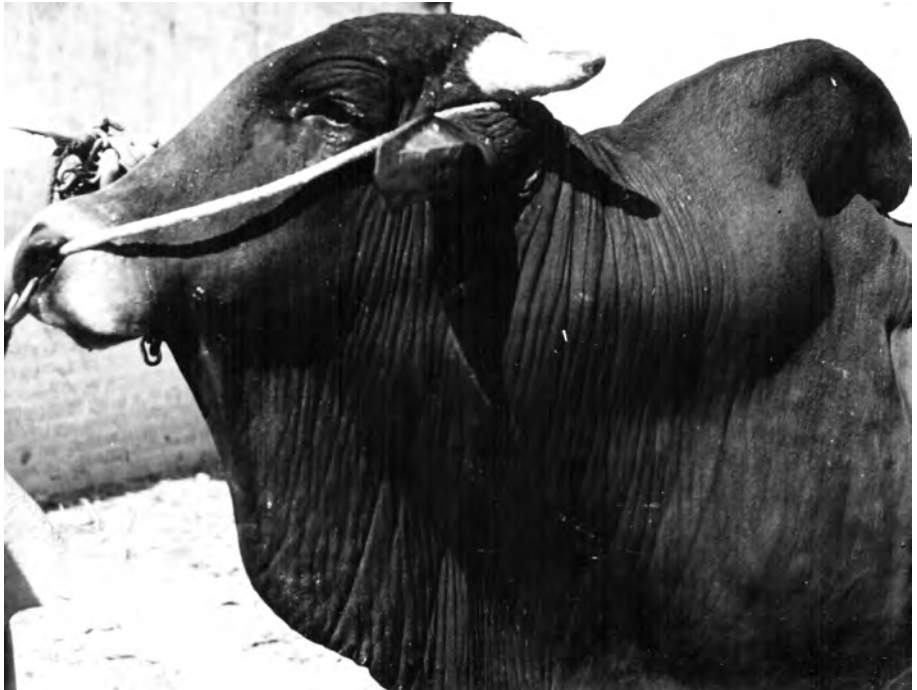
³ Idem.



Camargo escolheu os animais e comprou a maior briga para transportá-los.

- 1 - Um plantel de gado Nelore, para a criação de reprodutores de alta categoria, visando a formação de um rebanho com 1.000 fêmeas.
- 2 - Um plantel de vacas crioulas pé duro, com touros Nelore puros, para corte. Programa para 3.000 cabeças.
- 3 - Plantel de gado Jersey, de alta categoria, visando a formar um rebanho com 50 fêmeas.
- 4 - Diversos plantéis de búfalos aquáticos, visando um programa mínimo de 2.000 cabeças.

O ministro Carvalho aprovou também, em 1948, a sugestão de Camargo para importação de um plantel de gado zebu leiteiro e de um lote de búfalos leiteiros. A licença para importação demandou um longo tempo. O processo foi acompanhado pelas maiores autoridades do DNPA. Os técnicos Blanc de Freitas e Aluizio Lobato Vale foram a Belterra e Fordlândia, em épocas diferentes, para conhecer a região e fazer um relatório sobre o assunto.



O gado ficaria isolado e em observação, tudo foi feito dentro dos padrões sanitários e sob a supervisão do DNPA.

Depois de 3 anos, foi dado parecer favorável ao programa. A licença para importação foi assinada pelo médico-veterinário João Cláudio de Lima, diretor do DNPA, já na época do ministro Antônio de Novaes Filho, que era senador da República. Posteriormente, ele foi substituído por João Cleophas, que ratificou a decisão, em 4 de abril de 1952. Para cobrir as despesas, foram transferidos para Londres Cr\$ 1,6 milhão de verba do IAN.

Camargo mostrou os antecedentes da importação para deixar claro que nada foi realizado ao arrepio da lei:

A importação jamais foi ilegal ou arbitrária, como se propalou pela imprensa do País e especialmente por uma revista que se publica em Uberaba. Somente partimos do Rio de Janeiro para o exterior após ter concluído todas as providências oficiais que o caso requeria.

Antes de viajar, mandou construir um quarentenário em Belterra onde o gado ficaria isolado e em observação. Tudo foi feito dentro dos padrões sanitários e sob a supervisão do DNPA.

Além do governo brasileiro, a viagem de Camargo ao Oriente foi parcialmente financiada pela Fundação Rockefeller, que acompanhava o trabalho de formação de plantéis de gado de corte para a Amazônia



Tripulantes do avião inglês e Camargo, que foi o tratador dos animais.

desenvolvido pelo IAN. Com uma bolsa de estudos no valor de US\$ 2 mil, Camargo deixou Nova Iorque e rumou para Washington, onde foi conhecer o plantel de red sindhi que o governo norte-americano conseguiu obter da Índia.

No dia 26 de junho de 1952, teve contato com o assistente-chefe do Bureau of Animal Industry, o Doutor S. D. Fladness. O técnico americano já sabia dos planos de Camargo e estava “alarmadíssimo”, sob a justificativa que temia a introdução da peste bovina no continente americano.

Aí começou a odisseia de Camargo. A Pan American Air Ways Company, cujo escritório no Brasil havia se interessado pelo transporte dos animais, subitamente desistiu do negócio. Segundo o jornalista Nilson Viana, do jornal Diário Carioca, a empresa deixou entrever que houve interferência das autoridades do Departamento de Agricultura do governo norte-americano (USDA).

O jornalista narrou que, quando Camargo passou por Washington, Flandness havia manifestado dúvidas sobre a capacidade técnica das autoridades brasileiras para controlar o ingresso da peste bovina.

Comigo é diferente!

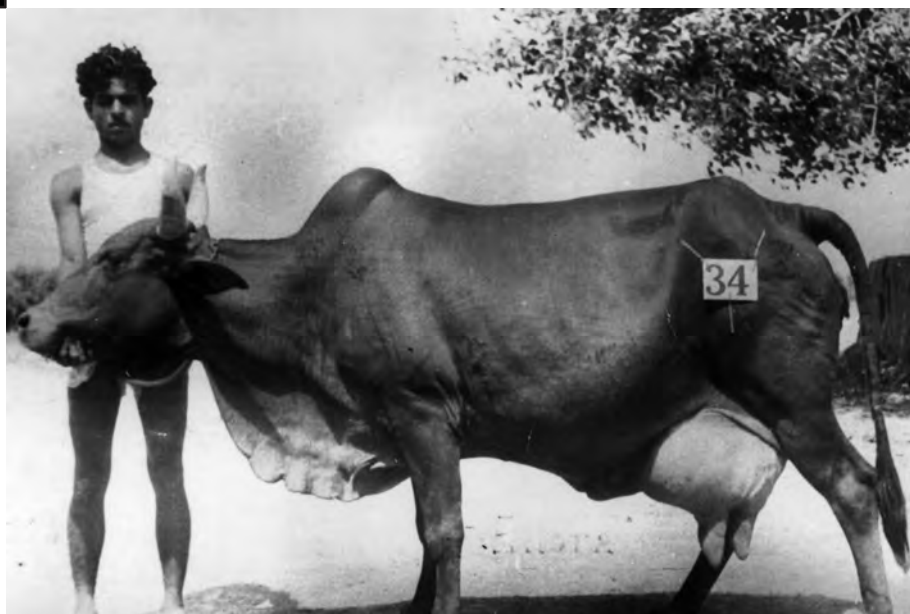
Como tivesse descoberto nos Estados Unidos quatro exemplares da raça que pretendia trazer para o Brasil, Camargo argumentou com aquelas autoridades que o governo de Washington não se lembrava sequer de avisar os países amigos da chegada de tais animais ao continente americano.

Responderam-lhe que o caso era diferente. Os zebus haviam sido levados aos Estados Unidos pelo exército americano, depois de tomadas todas as precauções aconselhadas pelos zootecnistas, inclusive um longo período de internamento, para observações, na ilha de Guan. Graças a essas medidas acautelatórias, a consulta prévia aos governos amigos tinha resultado supérflua, uma vez que nenhum risco haviam corrido os rebanhos do continente.

Se outros episódios não tivessem acontecido depois, esse já teria bastado para desmascarar o verdadeiro motivo dos temores do governo americano.⁴

Camargo rumou para Londres, onde conseguiu fechar contrato com a empresa inglesa Eagle Aviation Co, que cobrou 16 mil libras esterlinas para transportar os animais em duas viagens com carga útil de quatro toneladas, incluindo além do gado, forragem, lonas para forrar o piso e as

⁴ DIÁRIO CARIOCA, Rio de Janeiro, 20 jan. 1953.



A vaca Emmy, também importada do Paquistão.

paredes do avião, passadeiras de fibra de coco, latões para água, vasilhas para acondicionar o alimento do gado, pá e vassoura para limpeza da aeronave.

Como se já estivesse prevendo alguma tempestade burocrática, Camargo pagou a metade do frete antecipada. Enquanto negociava o contrato, o técnico brasileiro aproveitou sua estadia em Londres e foi conhecer o Museu de Numismática e mais quatro lojas especializadas em moedas antigas. Foi ali que descobriu uma preciosa coleção que trazia estampada a imagem de um zebu, cunhada, possivelmente há mais de 2 mil anos, do tempo da dinastia Maurya, da Índia.

Camargo não discutiu preço: comprou (de seu próprio bolso) quantas encontrou, com um detalhe qualquer do boi entressonhado, nas lojas da capital inglesa.

E, com seiscentas moedas de zebu no bolso, partiu para o Cairo, para estudar os processos egípcios de imunização dos rebanhos bovinos, nos campos de criação do Estado e no Serum Institute, a maior organização do mundo em produção de vacinas contra a peste.⁵

⁵ VIANA, N. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 20 jan. 1953.

Quando chegou em Karachi, capital do Paquistão, no dia 12 de agosto, o barulho provocado por Flandness já causava repercussão ali. Camargo não se deixou abater e se concentrou no seu propósito de levar o plantel de red sindhi. Isso significou deixar de lado o plano inicial de comprar também um lote de búfalos.

No Paquistão, visitamos as duas grandes Granjas Militares, uma em Karachi e outra em Queta. Visitamos os plantéis de seleção de “Red Sindhi” de Malir, de propriedade do governo federal, o plantel de seleção do “Red Sindhi” de Mirpurkhas, do Estado de Sind, e os plantéis particulares, destacando-se dentre estes o da firma “Patel”.⁶

Depois de 2 meses no Paquistão, Camargo estava pronto para fazer o negócio, mas não contava com outro obstáculo. O governo daquele país não estava disposto a vender seus animais, principalmente os que o técnico brasileiro queria, considerados de elevada estirpe.

Como nunca aceitou um “não”, Camargo dobrou a resistência do governo paquistanês utilizando as moedas compradas em Londres.

“O homem das moedas de Zebu”

Onde quer que chegasse, Felisberto fazia questão de oferecer uma delas (de ouro, de prata, de bronze), a quem quer que o recebesse, para tratar do zebu.

Mas o certo é que, a magia diplomática e comercial das pequeninas moedas de variada forma, distribuídas nas antessalas governamentais do Paquistão, como cartão de visita do brasileiro vivo e tenaz – deu o resultado esperado.⁷

Antes de exprimir o seu interesse pelo zebu, Camargo, que era tipo bastante falante, conduzia a conversa para o campo da história do homem, seus símbolos, suas moedas. E deitava o verbo sobre tudo que já conhecia do zebu. Resultado: causava boa impressão ao interlocutor.

Quem poderia resistir ao cerco de Felisberto, em torno dos reprodutores estatais? O ministro da Agricultura (o de lá) não agüentou mais: enfiou no bolso o “recuerdo” numismático e mandou atender ao desejo do homem – não sem antes receber em troca, também de presente, dois touros da raça Nelore, comprados por Camargo, ali perto, no Baluquistão.⁸

⁶ CAMARGO, F. **Importação de Gado Red Sindhi para o Brasil**: razões da importação. [S.l.], 1957.

⁷ VIANA, N. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 22 jan. 1953.

⁸ Idem.

Depois de adquirir os 6 primeiros animais, 3 reprodutores e 3 novilhas, que representavam a fina flor da raça e as melhores linhagens leiteiras selecionadas a partir de 1926, Camargo mandou vacinar e se preparou para a primeira viagem. Mas aí começava uma sequência de pressões que se tornaram um pesadelo para o técnico brasileiro.

O embaixador do Brasil no Paquistão, Moacyr Briggs, o informou que recebera ordens do Itamarati determinando a suspensão da importação do gado. No mesmo dia, ele teve oportunidade de ler os telegramas do Ministério da Agricultura ordenando que ele desfizesse o negócio e transferisse o dinheiro para Londres. O primeiro telegrama, de 12 de setembro, assinado pelo diretor do DNPA dizia:

Autorizado pelo ministro comunico-vos que opinei contrariamente à importação de reprodutores asiáticos.

O outro telegrama, expedido pelo chefe do gabinete do Ministério da Agricultura, com data de 1º de outubro, determinava:

De ordem do ministro comunico que não deveis adquirir e embarcar qualquer gado.

A terceira mensagem, assinada pelo próprio ministro João Cleophas, enviado no dia 18 de outubro, era para deixar qualquer um desolado, já que no país da burocracia funcionário público não deve discutir ordens, mas sim cumpri-las:

Tendo em vista parecer do Departamento Nacional de Produção Animal, contrário à aquisição de reprodutores asiáticos, determino suspensão da compra de animais dessa origem. O crédito disponível será transferido para a importação de reprodutores europeus, de acordo com plano que for traçado para a Amazônia.⁹

Camargo não poderia bater de frente com o ministro, mas era evidente que não aceitava a ordem. Como ele mesmo declarou, a manobra vinha de duas frentes. Combinava a pressão dos norte-americanos com a reação da Sociedade Rural do Triângulo Mineiro, que tinha como porta voz a revista Zebu.

(...) em consequência do receio de uns, da falta de compreensão de outros e da fraqueza de terceiros, nem mesmo o transporte dos animais já adquiridos e pagos me era permitido realizar.¹⁰

⁹ SANTIAGO, A. A. **Epopéia do Zebu**. [S.l.], 1960.

¹⁰ Idem.



Da direita para a esquerda: Kanir, Issabela e Editha.

No entanto, o gado adquirido no Paquistão já havia sido pago e o frete também. Em seu relatório, Camargo não revelou detalhes da luta titânica travada para demover seus superiores. Mas, a julgar pelas matérias publicadas na imprensa, ele não se limitou apenas a um recurso ao ministro da Agricultura, João Cleophas. Ele cita, além do embaixador brasileiro no Paquistão, a interferência de Osvaldo Aranha, Alberto de Andrade Queiroz e o senador Álvaro Adolfo da Silveira, que era líder do governo Vargas no Senado Federal e representante do Pará no Congresso Nacional.

Camargo primeiro mostrou que o prejuízo para o governo brasileiro seria de 26 mil libras esterlinas, mas como não conseguia convencer seus superiores decidiu seguir a orientação do embaixador Briggs para sumir do hotel, o mesmo em que estava hospedado o representante diplomático do Brasil.

Daí por diante, quando os telegramas do sr. João Cleophas chegavam ao hotel em que Felisberto estava hospedado, este mandava alguém dizer que tinha sumido, de puro desespero nos desertos do Paquistão – e, mesmo, se aprobevesse a esse alguém, que havia simplesmente morrido.¹¹

¹¹ VIANA, N. **Felisberto no País do Zebu** (5). **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 23 jan. 1953.

A versão publicada no jornal *Diário Carioca* não foi desmentida por Camargo, que fez restrições apenas às críticas mordazes feitas ao ministro da Agricultura. Como o jornal publicou uma série de oito reportagens sobre o assunto, tudo indica que realmente foi Nilson Viana quem tratou com mais detalhes da viagem do então diretor do IAN.

Quem resolveu o impasse foi o embaixador dos Estados Unidos no Paquistão. Seguindo instrução de seu governo, pediu a instauração de um inquérito em Karachi, a fim de apurar as condições sanitárias do rebanho que Felisberto acabara de comprar. O resultado desse inquérito, realizado pelos técnicos da execução do Ponto Quatro do Programa do ex-Presidente Truman (ajuda aos países sub-desenvolvidos), foi o mais lisonjeiro possível para Felisberto. Os zebus estavam OK.¹²

O atestado declarava que o rebanho adquirido pelo técnico brasileiro tinha origem nos criatórios onde há dez anos não se registrava um só caso de peste. Além do que, foram vacinados pelo próprio chefe do Departamento da Indústria Animal do Estado de Sind.

A ressurreição de Felisberto

Felisberto tirou dez cópias autenticadas do atestado e, imediatamente ressuscitou para o governo brasileiro, remetendo uma delas ao ministro Cleophas, através do Itamarati.

Não restava ao ministro Cleophas se não dar a permissão para Felisberto embarcar o rebanho, ao mesmo tempo em que (segundo consta) eram expedidas instruções à repartição do DNPA em Belém, no sentido de sacrificar os zebus, caso descessem ali, sob o cajado de Felisberto.¹³

Felisberto não menciona essa versão sobre o sacrifício dos animais em Belém. Porém, chegou a circular a informação que, mesmo tendo divergência com o governador do Pará, Joaquim Cardoso de Magalhães Barata, Camargo teria entrado em contato com ele para pedir o seu apoio; e quando informou que os inimigos da Amazônia haviam tramado para que os animais fossem sacrificados no aeroporto de Belém, Barata teria reagido e enviado um telegrama ao ministro da Agricultura afirmando que, se alguém ousasse tocar nos animais, os funcionários federais seriam sacrificados antes. Verdadeiro ou

¹² VIANA, N. **Felisberto no País do Zebu** (5). *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 23 jan. 1953.

¹³ Idem

não esse fato, a revista O Cruzeiro publicou ampla matéria sobre o assunto.

Outra derrota, a da burocracia

A batalha de Camargo, que fora até então cabográfica e diplomática, ia ser agora pessoal. Em Belém, os funcionários da proteção sanitária dos rebanhos receberam ordens fulminantes de não permitir o desembarque dos zebus. Se insistissem em desembarca-los, deveriam ser mortos, ali mesmo no aeroporto, situação muito grave, pois como tudo neste país provoca logo opositores, os zebus já tinham, no Pará, os seus amigos e até os seus guerrilheiros. Poderia haver bala, no duro, começando pelos bois e com as maiores chances de sobrar alguma para os circunstantes.¹⁴

Mas o avião inglês não aportou em Belém. Barreto reservou outra surpresa a Camargo que, na condição de tratador dos animais (além de não ter mais dinheiro para outra despesa, não existia acordo de imigração do Brasil com o Paquistão, o que impedia qualquer paquistanês de acompanhar a carga), teve de limpar cerca de 620 kg de esterco e ainda teve que ter estômago para suportar uma nova manobra do Ministério da Agricultura. Quando já se aproximava da cidade de Natal, RN, para reabastecer o avião, chegou a ordem do ministro João Cleophas, determinando que o gado fosse desembarcado na Ilha de Fernando de Noronha, PE.

Um lazareto foi improvisado por João Barreto para assegurar a quarentena dos zebus voadores, mas Camargo sequer pôde botar os pés no território federal:

Quando finalmente, se dispôs a saltar, sua saída foi barrada pelo diretor do DNPA. O gado - este explicou - poderia descer, porque o quarentenário já estava pronto para recebe-lo. Mas Felisberto, não - porque não havia nenhuma acomodação na ilha onde ele pudesse ser internado, também para observações.¹⁵

Camargo foi obrigado a permanecer no avião, entregar toda a roupa e as botas que, junto com o tapete e a lona que forrara a aeronave, foi transformada numa imensa fogueira. O diretor do IAN assistiu à queima dos seus pertences da janelinha do avião, vestido apenas com um short de banho. O avião ficou retido durante um dia e uma noite em Fernando de Noronha, por falta de combustível suficiente para o retorno ao Paquistão.

¹⁴ MOREIRA, N. Um homem cabeçudo, com boi na linha - zebus "sagrados" para as crianças da Amazônia. **O Cruzeiro**, Rio de Janeiro, dez. 1952.

¹⁵ CAMARGO, F. **Importação de Gado Red Sindhi para o Brasil**: razões da importação. [S.l.], 1957.



Vaca adquirida com recursos de Camargo e doada à Esalq.

Quando Camargo pediu autorização para seguir até Natal, Barreto negou, alegando que, assim como poderia contaminar a população da ilha, maior estrago causaria a sua presença no continente. A viagem de volta ao Paquistão consumiria 9 mil litros de gasolina e só restavam 2,5 mil litros em Fernando de Noronha.

Mas, então – respondeu-lhe Felisberto – você não me deixando ir a Natal, como posso voltar ao Paquistão se a gasolina não dá nem para a metade da viagem?

O diretor do DNPA não tinha a menor idéia, mas retrucou: Isso é problema seu. Volte daqui mesmo.

Assim foi sugerida a sentença de morte do funcionário Felisberto. Como prêmio de levar a peito sua missão oficial no estrangeiro, o governo brasileiro lhe oferecia o Oceano Atlântico, até agora considerado o túmulo digno somente de um almirante batavo.¹⁶

Comendo de marmitta do rancho dos praças da Aeronáutica destacados em Fernando de Noronha, Camargo recorreu ao ministro da Agricultura, por meio de um radiograma, solicitando autorização para seguir até Natal. Mas,

¹⁶ CAMARGO, F. **Importação de Gado RedSindhi para o Brasil**: razões da importação. [S.l.], 1957.



Touro Sallar, um dos reprodutores adquiridos no Paquistão.

enquanto aguardava a resposta, o diretor do IAN comentou o seu drama com o sargento que respondia pelo expediente naquele dia.

Foi o suficiente para o suboficial considerar a decisão de Barreto uma intromissão em assuntos da Aeronáutica. Já estava decidido a liberar o avião, quando chegou a ordem do ministro Cleophas para Camargo partir para Natal.

Na capital do Rio Grande do Norte, ele foi recebido pelo diretor adjunto do IAN, Rubens Lima, que levou de Belém roupas e dinheiro para Camargo retornar ao Paquistão em busca do segundo lote de zebu.

É bom lembrar que quando foi decidido que o avião inglês desceria na Ilha de Fernando de Noronha, ninguém da Aeronáutica sabia falar inglês. Foi Camargo que acabou servindo de intérprete entre o comandante e a base para identificação das coordenadas.

Depois de 15 meses, Camargo, já na condição de diretor do Serviço Nacional de Pesquisas Agrônomicas do Ministério da Agricultura (SNPA), com sede no Rio de Janeiro, encaminhou ao ministro um pedido de entrega ao IAN do rebanho que ainda se encontrava em Fernando de Noronha.

Aproveitou para denunciar que Barreto continuava fazendo das suas. Os animais estavam sendo remarcados e batizados novamente sem levar em conta o *pedigree* dos reprodutores e matrizes. E já se planejava distribuir os animais por diversas fazendas da Amazônia:

Deturpadas pelo sr. Diretor do Departamento de Produção Animal as ordens de Vossa Excelência, determinada até a suspensão da importação depois de tudo comprado e pago, concluído o prazo de quarentena, de 15 meses em Fernando de Noronha, venho solicitar a devida ordem de Vossa Excelência para que o plantel adquirido para a realização de um programa autorizado por Vossa Excelência nos seja entregue definitivamente, a fim de se evitarem as tentativas de apropriação indébita que o sr. Diretor do DNPA pretendia realizar.¹⁷

Depois que o gado foi entregue para o IAN, houve muita pressão para que alguns animais fossem destinados aos plantéis de outros estados brasileiros, como Pernambuco, Minas Gerais, Bahia e Rio de Janeiro. Mesmo fora do IAN, Camargo armou a resistência e apenas quatro animais foram para São Paulo, dos quais três foram comprados com recursos próprios de Camargo – que decidiu doá-los para a Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq), de Piracicaba, SP, onde se formou – e um reprodutor solicitado pelo então governador paulista, Lucas Nogueira Garcez, ao presidente da República Getúlio Vargas.

Por não permitir a retaliação do plantel, como muitos queriam, Camargo acabou convocado pelo Senado Federal, em 1955, por meio de um requerimento do senador amazonense Vivaldo Lima. Mas, apesar de todas essas escaramuças, Camargo acabou ganhando uma citação em sua ficha funcional, em portaria assinada pelo ministro da Agricultura do curto governo de Nereu Ramos, que considerou a introdução do gado sindhi vermelho do Paquistão “um grande feito técnico e humano”.¹⁸ Também o governo do Paquistão entregou a Camargo um estojo de prata como “prova de gratidão, estima e apreço”, num ato realizado no Ministério da Agricultura, na presença do ministro, o baiano Eduardo Catalão.¹⁹

Apesar da luta travada por Camargo, o gado red sindhi não teve a expansão e nem se tornou a referência leiteira que ele esperava para a Amazônia. Os animais vermelhos, de chifres curtos e de menor porte entre os zebus tiveram um desenvolvimento muito lento enquanto rebanho puro. No final de 1987, a empresa sucessora do IAN, a Embrapa, realizou um levantamento do plantel e verificou a existência de 125 descendentes dos 27 animais comprados por Camargo. Mais de 30 anos depois, o rebanho

¹⁷ Camargo, Felisberto. Ofício nº 162/54, encaminhado ao ministro da Agricultura. Belém: IAN, 30 jan.1954.

¹⁸ Portaria nº 44, de 3 de maio de 1955. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 3 maio 1955.

¹⁹ CORREIO DA MANHÃ, 25 dez. 1955.



O red sindhi é um animal pequeno, mas de grande aptidão leiteira.

importado para Belterra estava assim distribuído: 58 no campus de Tracuateua, 54 em Capitão Poço e 13 em Soure.

No ano seguinte, a instituição de pesquisa agropecuária cedeu 30 matrizes para a Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária da Paraíba (Emepa) em regime de comodato e recebeu como permuta quatro reprodutores. Em 1991, já no governo Collor de Melo, em que a palavra de ordem era o estado mínimo, foi decidido que a Embrapa deveria transferir 41 animais para a fazenda-escola da então Faculdade de Ciências Agrária do Pará (Fcap), hoje Universidade Federal Rural da Amazônia (Ufra), e outros 38 animais para o Centro de Pesquisa do Trópico Semiárido (CPATSA) de Pernambuco. Outros 56 animais foram alienados.

O relatório elaborado pelo responsável pelo rebanho, Guilherme Calandrini de Azevedo, em janeiro de 1998, revela que os animais se encontravam em fase de descaracterização racial por conta do aumento da consanguinidade, já que os reprodutores descendiam do mesmo plantel. Um dos indicadores era a perda de peso do gado por ocasião do nascimento, variando em até 15 kg, ao mesmo tempo em que se observavam defeitos físicos e animais mochos.



Patel 68, outro animal do lote importado por Camargo.

No que diz respeito à produção de leite, não foi possível fazer um acompanhamento, mas existiam vacas com características de boas produtoras de leite. E, quanto a difusão desses animais, a Embrapa/Cpatu além de alienar fêmeas, também alienou produtores, principalmente do nordeste paraense, mais de vinte tourinhos, além de ceder mais de 70 animais para o nordeste brasileiro, onde o Sindhi tem apresentado excelente performance.²⁰

Informações e noticiários recentes atestam que os animais sindhi encaminhados às instituições de pesquisa do Nordeste, após serem submetidos a processos de melhoramento, conseguiram melhorar substancialmente seu desempenho. As explicações técnicas atuais estabelecem que a raça Sindhi é adaptada aos climas semiáridos da Índia, daí terem tido melhor adaptação ao clima nordestino que ao amazônico.²¹

Camargo, mesmo após sua saída do IAN, continuou um amante da Zootecnia e desenvolveu estudos sobre a origem de algumas raças bovinas. Após uma viagem de estudos sob os auspícios da Unesco à Indonésia, Ceilão, ilhas de Bali, Madura e África, em 1956, conseguiu estabelecer algumas

²⁰ Relatório elaborado por Guilherme Calandrini a pedido de Ítalo Falesi, em 24 de janeiro de 1998.

²¹ A PROVÍNCIA DO PARÁ, 26 fev. 1948.

relações entre diferentes tipos de raças bovinas. Em 1957, publicou no Boletim nº 10 do SNPA um trabalho sobre o banteng, uma raça típica de Bali, no qual propõe um novo nome para essa raça: *Bos gaurus javanicus* (d'Alton) nov. comb.

Na segunda parte da publicação, estabelece que as raças de gado zebu não descendem do banteng de Java, nem de outras formas bovinas. Diz ainda que as raças de gado Nelore e Guzerá não foram introduzidas na Índia, conforme afirmavam alguns autores da época. Essas raças, dizia ele, tiveram seu habitat na Bacia do Rio Hindu.

Pioneirismo com a raça Nelore

Antes da chegada do gado sindhi, Camargo fez um relatório, no final de 1951, sobre a pecuária na Amazônia, no qual informa sobre o plantel de gado nelore criado nas terras altas ou terra firme do Tapajós, mais precisamente em Fordlândia, onde ele preparou um pasto no lugar de 60 mil das 200 mil seringueiras plantadas por Henry Ford.

O rebanho era um dos melhores do País, contando na época com 800 cabeças de animais, em 3 anos de trabalho. Um dos primeiros lotes passou por Belém em fevereiro de 1948. Foi comprado no Rio de Janeiro do criador Durval Menezes.

Das 39 cabeças que chegaram ao navio Atalaia, do Loide Brasileiro, 24 eram matrizes descendentes das melhores linhagens da época. A chegada dos animais de puro sangue atraiu ao porto de Belém grande número de criadores paraenses, que foi conhecer o gado zebu branco importado por Camargo.²²

O projeto com bovinos desenvolveu-se na Fazenda Daniel de Carvalho, município de Aveiro, onde foram formados mais de mil hectares de pastagem para a criação do famoso plantel de Nelore de Fordlândia.²³

Pode-se considerar que o atual rebanho nelore — reconhecido como um dos melhores do País e que tanto envaidece a pecuária paraense, não obstante a competência técnica dos pesquisadores e criadores, seu empenho, entusiasmo, dedicação, tempo e recursos despendidos — muito deve à tenacidade e à coragem de Felisberto Camargo.

²² A PROVÍNCIA DO PARÁ, 26 fev. 1948.

²³ BATISTA, H. A. M. **Búfalo não é animal selvagem nem agride o meio ambiente.** Belém, PA: Embrapa-CPATU, 1998.

Fomento e melhoramento do búfalo

Também o rebanho de búfalos do IAN, em 1951, era de 800 fêmeas. Camargo acreditava no potencial do *Bubalus bubalis* e reagia com indignação contra os que tratavam aquele animal como “bicho bravo”. Ele acreditava que a falta de um acompanhamento mais sistemático do rebanho e a integração da pesquisa sobre pecuária e agricultura não permitiam o avanço de criatórios em bases científicas.

Os zootecnistas da época passada, imbuídos de ciência zootécnica burra, desprezaram o gado indiano, a ponto de classificarem o boi zebu como um bicho e não como um boi. E o gado zebu conquistou o País e se propagou, sem a necessária cooperação do homem de ciência: o mesmo se fazia, aqui na Amazônia, com o búfalo. O búfalo, na região amazônica era “bicho bravo”.

Toda a ciência zootécnica do passado viveu assentada nas nuvens, sem pilastras ancoradas em alicerces de economia. Foi e continua sendo o que se diz: “castelo no ar”. É preciso que os zootecnistas de nossos dias pisem no chão da realidade econômica, abandonando os castelos aéreos e iniciando uma zootecnia nova, para o nosso ambiente tropical.

(...) Tem, portanto, o IAN uma grande responsabilidade, e a Escola de Agronomia da Amazônia é, em nosso caso, o cimento científico que deverá unir o setor agrícola ao pecuário, que viveram divorciados no passado, por falta de orientação superior.²⁴

De fato, o búfalo era tratado como animal de caça, tanto que alguns fazendeiros do Marajó organizavam eventos para perseguir e abater os animais nas áreas pantanosas do arquipélago. A revista *O Cruzeiro*, de setembro de 1950, publicou uma ampla reportagem sobre o assunto. O médico-veterinário suíço e fazendeiro marajoara Luciano Biender, que hospedou a equipe da revista, fazia as seguintes recomendações:

O búfalo é mau, é atrevido, é corajoso. Na água pode concorrer com uma lancha. Na terra é agressivo. Na lama é perigosíssimo. E tem força de dez bois. Ataca de olhos abertos, certos da direção. Não foram poucos os nossos homens que perderam a vida nestas caçadas. Ainda há pouco tempo um americano danou-se todo. Ele tinha errado o tiro e o búfalo não lhe deu tempo para carregar o rifle. Foi um desastre. Tenham cuidado, por favor.²⁵

²⁴ CAMARGO, F. **Relatório do IAN**. Belém, PA, 1951.

²⁵ FERREIRA, J. Roteiro Amazônico IX : caça ao búfalo! **O Cruzeiro**, 30 set. 1950.

Segundo o jornalista que publicou a reportagem, o Marajó comportava na época 2 mil búfalos bravios que viviam livremente. No final do século 19, em 1895, o fazendeiro Vicente Chermont de Miranda, proprietário da Fazenda Dunas, havia importado os primeiros animais da Itália. Mas quando mudou de residência para o Sul do Brasil, abandonou suas propriedades e os búfalos ficaram entregues à vida livre. Segundo o entendimento da época, bastavam 2 meses para que os animais regredissem do estado doméstico à selvageria.

(...) pode-se bem aquilatar como se encontram atualmente. E foram se multiplicando, formando manadas. Hoje é o rei do Marajó, temido por homens, onças, cobras e jacarés, que fogem espavoridos à sua presença.²⁶

Mas há uma versão que aponta para 1870 a entrada dos primeiros búfalos no Marajó. Teriam sido trazidos por uma embarcação de refugiados políticos da Guiana Francesa, que transportava os animais a bordo para garantir a sua alimentação. Ao aportar na costa atlântica do Marajó, utilizaram a mercadoria como moeda para trocar por gado vacum ou outras cargas. Muitos desses animais foram criados livres e, em pouco tempo, fugiram das propriedades em busca de alimentos em áreas mais distantes.

Em contraste com esse quadro, o repórter da revista *O Cruzeiro* faz uma ressalva e cita a experiência que vinha sendo desenvolvida por Camargo no IAN.

Cumprido, neste particular, fazer justiça ao diretor do Instituto Agrônomo do Norte, Dr. Felisberto Camargo, paulista que há onze anos se dedica a estudos e experiências dentro da economia amazônica. Um briguento de notável capacidade. (...) Importou através do governo federal búfalos chineses, africanos e hindus, dos quais está apurando o melhor tipo da região. Dentro de pouco tempo, garantiu-nos, o IAN estará em condições de oferecer, a quem quiser, reprodutores que venham a calhar com os reclamos da Amazônia.

Todo mundo vai comer carne de búfalo, aqui, e beber do seu leite. Aliás - diz numa gargalhada franca - Belém já está, sem saber, comendo dessa carne, várias vezes por semana. E até agora não reclamou.²⁷

O programa de criação de búfalos para produção de carne foi instalado na Fazenda Cacaual Grande, transformada em Estação Experimental de Maicuru, a 40 quilômetros de Santarém, no Município de Monte Alegre.

²⁶ FERREIRA, J. Roteiro Amazônico IX : caça ao búfalo! *O Cruzeiro*, 30 set. 1950.

²⁷ Idem.

Ao contrário do nelore, o búfalo foi levado para as terras baixas ou áreas de várzea, situadas entre as margens do Rio Amazonas e o Lago Grande do Maicuru, onde os animais aproveitavam as gramíneas aquáticas e anfíbias.

Para este projeto, Camargo adquiriu de pecuaristas do Marajó 600 matrizes da raça Carabao, de rebanhos alongados, que eram capturados, de preferência ainda em idade de crescimento, e transportados para a Estação Experimental de Maicuru, onde eram cruzados com touros da raça Mediterrânea, de origem itálica, introduzidas ou adquiridas no Estado de São Paulo.²⁸

A experiência iniciada por Camargo e depois conduzida por outros pesquisadores, como Abnor Gurgel Gondin e Cristo Nazaré Barbosa do Nascimento, chegou a ter um plantel de 2,5 mil cabeças de bubalinos das raças Mediterrâneo, Carabao, Jafarabadi, Baio e Murrah. Heriberto Batista destaca os principais resultados do trabalho iniciado por Camargo:

- 1 - Fornecer matrizes, já selecionadas, para o trabalho de melhoramento de diversas raças que foram e são executadas na atual Fazenda Felisberto Camargo, em Belém;
- 2 - Desenvolver as primeiras seleções de animais dentro das raças para produção de carne e leite;
- 3 - Distribuir animais bubalinos de elevado desempenho por todos os Estados da Federação, situados na Região Amazônica, todas as unidades da Embrapa que possuem rebanho bubalino no Nordeste e de outras regiões brasileiras;
- 4 - Contribuir para que o homem amazônida descobrisse que o búfalo não é um animal selvagem, mas que, domesticado há séculos, poderia ter ajudado na sua melhoria de vida, contribuindo no seu desenvolvimento, com a produção de carne, leite e trabalho.

O trabalho de Camargo foi reconhecido pela Associação Brasileira de Criadores de Búfalos (ABCB) que, em 1965, lhe outorgou o diploma de sócio honorário pelo pioneirismo no desenvolvimento da bubalinocultura nacional.

A semente lançada por V. Senhora ao desenvolver no Brasil os primeiros trabalhos de fomento e melhoramento zootécnico do "*Bubalus bubalis*", apesar de todas as adversidades, germinou bem e cresceu, engrandecendo a pecuária brasileira. Parabéns a Vossa Senhora.²⁹

²⁸ BATISTA, H. A. M. **O Búfalo não é um animal selvagem nem agride o meio ambiente**. Belém, PA: Embrapa-CPATU, 1998.

²⁹ Ofício do presidente da Associação Brasileira de Criadores de Búfalos, Paulo Joaquim Monteiro da Silva, enviado a Felisberto Camargo em 9 de abril de 1975.

Hoje, o rebanho bubalino na região Norte está estimado em 1,5 milhão de animais, dos quais 1,2 milhão só no Pará. Já existem muitos criatórios no continente e a cada dia se comprova que o búfalo pode ser perfeitamente criado em terra firme, com manejo adequado, com pastejo rotacionado e cerca elétrica. É um animal de tripla aptidão, tanto produz carne como leite, e funciona como um verdadeiro trator no interior amazônico. Ele chega onde o caminhão e a carreta não vão. Por isso mesmo o Exército brasileiro adotou o búfalo como animal de tração para transportar suas cargas nas operações de treinamento na selva amazônica.

Capítulo 7

Ciência x Tecnologia

Do insucesso do Instituto da Hiléia à criação do Inpa

A preocupação com a pesquisa levou Camargo a se empenhar pela criação do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica (IIHA) logo após a Segunda Guerra Mundial, embora a ideia não tenha partido dele, mas do químico industrial brasileiro Paulo Estevão de Berredo Carneiro, que inicialmente concebeu um centro de pesquisas franco-brasileiro.

A hegemonia norte-americana incomodava as outras potências aliadas que haviam vencido a guerra. França e Inglaterra, que tinham forte influência sobre a ONU, não viam com bons olhos a política externa dos Estados Unidos em relação à América do Sul. Por isso, Carneiro e o etnólogo brasileiro Paulo Duarte trabalhavam em articulação com o etnólogo Paul Rivet, diretor do Museu do Homem, em Paris, para manter a ascendência francesa no plano da ciência e da cultura sobre a sociedade brasileira.



A determinação era um traço do caráter de Felisberto Camargo.

Ao concluir seu curso no Rio de Janeiro, em 1927, Carneiro ganhou um prêmio e foi para Paris fazer seu doutorado na Sorbonne. Ele permaneceu na França até 1931 e trabalhou no Laboratório de Química Biológica do Instituto Pasteur. Passou 5 anos no Brasil e regressou à França em 1936, onde foi concluir sua pesquisa sobre o princípio ativo do curare.¹

Trajetória diferente teve Camargo, como já vimos anteriormente. Ele se formou em Piracicaba e fez pós-graduação nos Estados Unidos. Por esse motivo, nutria uma admiração irrestrita e declarada pela nação americana do norte. Trabalhou no Instituto Agrônomo de Campinas (IAC) de 1935 a 1941 e mantinha uma notória proximidade nas suas relações com Getúlio Vargas.

Ao longo da Segunda Guerra Mundial, o IAN havia sido beneficiado pelo interesse comercial despertado pela borracha amazônica, que representava um dos pontos centrais da aliança estratégica Brasil-Estados Unidos. O término do conflito mundial reduziu a importância que o IAN tivera até então.²

Quando o projeto de criação do Instituto Internacional da Hileia Amazônica caiu nas mãos de Camargo, enviado pelo Ministério da Agricultura, o parecer do diretor do Instituto Agrônomo do Norte (IAN) foi contrário à proposta, sob a argumentação de que a instituição que dirigia já cumpria as funções previstas para o IIHA, uma vez que dispunha de moderna infraestrutura de pesquisa, como laboratórios (borracha, fitopatologia, entomologia, genética, química), biblioteca atualizada e uma equipe de excelência.

O ilustre sr. Dr. Paulo E. de Berredo Carneiro, ao elaborar o seu plano, revela não ter acompanhado a evolução técnica dos serviços nacionais de experimentação e de pesquisas agrônomicas. Ignora o ilustre químico e organizador do projeto referido, que o Ministério da Agricultura vem, há cinco anos, empreendendo esforços titânicos para organizar, dentro da Amazônia, uma rede de estações experimentais, sob a chefia de um centro regional de pesquisas científicas e em subordinação ao Serviço Nacional de Pesquisas Agrônomicas e ao CNEPA.³

¹ Veneno violento de ação paralisante, extraído pelos índios de alguns cipós e utilizado na ponta das flechas.

² MAIO, M. C.; SÁ, M. R. **Ciência na periferia**: a Unesco, a proposta de criação do Instituto Internacional da Hileia Amazônica e as origens do Inpa. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000.

³ Parecer de Felisberto Camargo, enviado ao Departamento Administrativo do Serviço Público, vinculado à Presidência da República, em 1946.

Ao concluir seu parecer, Camargo revela as suas preferências de alinhamento político para combater a proposta de Carneiro.

Somente não compreendo porque o sr. Paulo Berredo Carneiro, lembrando-se de fundir os nossos interesses com os da França, da Inglaterra, da Holanda, não se lembrou que os Estados Unidos são o país do mundo com maiores afinidades políticas e comerciais para com o Brasil.

Não são os Estados Unidos os nossos aliados por natureza geográfica? A América do Norte e o Brasil não são países que possuem uma economia complementar harmoniosíssima, sem choques?⁴

Como a proposta de criação do IIHA fracassou junto ao governo brasileiro, Carneiro direcionou e ampliou a concepção do projeto e conseguiu, em 1946, a aprovação do plano pela Unesco. Mas o IIHA nasceu sob forte polêmica por conta da visão do bioquímico inglês Josep Needham, da Universidade de Cambridge, chefe do Departamento de Ciências Naturais da Unesco, que se contrapunha ao princípio do *laissez-faire* com outros princípios das *bright zones* (zonas iluminadas), região composta pelos países hegemônicos (eixo anglo-americano) e o *periphery principle*, que deveria promover o desenvolvimento científico dos países não industrializados.

Isso exigia a formação de uma ampla rede de escritórios de cooperação científica. A proposta do IIHA surgiu nesse momento para funcionar no Norte do Brasil. A divisão do mundo em “zonas iluminadas” e “zonas escuras” (*dark zones*) provoca desconfiança nos cientistas brasileiros, que viam desenharem-se uma espécie de “imperialismo científico” praticado por países que só valorizavam o que era realizado dentro de seus próprios limites.⁵

Com o apoio da Unesco, Camargo viu a possibilidade de conseguir financiamento internacional para a pesquisa na Amazônia. Então, de inimigo, passou a aliado do IIHA.

O Instituto Agrônomo do Norte (IAN), até então ausente das perspectivas do projeto do IIHA, teria condições melhores para abarcar parte das pesquisas planejadas. Ora, Felisberto Camargo, diretor do IAN, que se opusera à criação do Instituto da Hiléia Amazônica, a proposta franco-brasileira submetida ao governo

⁴ Parecer de Felisberto Camargo, enviado ao Departamento Administrativo do Serviço Público, vinculado à Presidência da República, em 1946.

⁵ MAIO, M. C.; SÁ, M. R. **Ciência na periferia**: a Unesco, a proposta de criação do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica e as origens do Inpa. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000.

Vargas, em agosto de 1945, agora acreditava que a Unesco seria um excelente parceiro em tempos de recursos escassos, não medindo esforços para deslocar o Museu Goeldi do centro das atenções.⁶

Inicialmente, o IIHA ficou subordinado a um departamento da Unesco voltado para a América Latina, o Latin American Scientific Cooperation Office (Lasco), que era dirigido por Edred John Henry Corner, jovem botânico inglês, com grande experiência em flora tropical, já que foi pesquisador no Jardim Botânico de Singapura, entre 1929 e 1946. Seu assistente era o médico parasitologista grego Basile C. Malamos.

Em abril de 1947, o conselho executivo da Unesco passou a considerar o IIHA um dos quatro principais projetos a ser implantados naquele ano. Carneiro questionou a falta de conhecimento de Corner e Malamos sobre a Amazônia, sua cultura e sua vida política. Ele sugeria que fosse incluído na equipe um “consultor especial”, com o perfil de ser um homem sul-americano ligado a área da ciência.

Carneiro foi incorporado à equipe junto com o antropólogo suíço-americano, especialista em etnologia sul-americana, Alfredo Métraux, que ajudou a organizar a conferência científica de Belém. Quando Corner e Métraux chegaram a Belém, em junho de 1947, constataram a precariedade de funcionamento do Museu Emílio Goeldi, que deveria ser a base do futuro IIHA.

Enquanto isso, crescia entre os países latino-americanos com território na Floresta Amazônica o desejo de aproveitar a atuação da Unesco para traçar políticas de desenvolvimento para a região. Aí os conflitos se ampliaram. A direção da Unesco queria que o IIHA fosse apenas uma instituição de caráter científico e alertou que a agência internacional não teria recursos suficientes para patrocinar o IIHA e que não fazia parte da sua missão organizacional assumir aquele tipo de função.

Camargo foi designado pelo Ministério da Agricultura a participar da Conferência de Belém, realizada entre 12 e 18 de agosto de 1947. O evento reuniu representantes da Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Estados Unidos, França, Grã-Bretanha, Peru, Venezuela, além de delegados da Organização Mundial de Saúde, da União Pan-Americana, do Bureau Sanitário Panamericano e da Organização para Alimentação e Agricultura da ONU.

A subcomissão de Agricultura, Silvicultura e Piscicultura contou com a presença de Camargo, que aproveitou para sugerir – e conseguiu ver incluída

⁶ MAIO, M. C.; SÁ, M. R. **Ciência na periferia**: a Unesco, a proposta de criação do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica e as origens do Inpa. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000

no relatório final – a sua oferta de utilização da infraestrutura do IAN como base do IIHA. Antes, ele escreveu um documento ao chefe da delegação brasileira, Paulo Carneiro, listando os laboratórios, a biblioteca e a equipe técnica da instituição.

A delegação brasileira, movida pelo vivo desejo de assegurar imediatas condições de existência do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica, oferece a colaboração de centros de trabalho e o concurso técnico de vários especialistas empenhados em pesquisas na região amazônica. Merece especial destaque, pela importância que tem, a contribuição do Instituto Agrônomo do Norte, do Museu Goeldi e do Conselho Nacional de Geografia e Estatística. O primeiro, com sede em Belém, poderá ser o órgão consultivo e executivo dos planos de pesquisas agrícolas elaborados de comum acordo com o Instituto da Hiléia Amazônica.⁷

As comissões técnicas da Conferência de Belém levantaram as principais demandas da região, que ainda hoje, mais de 50 anos depois, permanecem na ordem do dia.

(...) a necessidade de amplo inventário faunístico e florístico, a criação de reservas naturais na Amazônia, a descoberta e exploração de plantas de valor econômico, a cultura em terras inundáveis, a pesquisa dos conhecimentos etnobotânicos dos povos indígenas, o fortalecimento de instituições científicas locais e a realização de pesquisas antropológicas sobre as comunidades da região.⁸

Os delegados estimaram em US\$ 100 mil o valor do investimento para que o IIHA começasse a operar em 1948. Imediatamente após a Conferência de Belém, teve início uma articulação para pressionar o parlamento brasileiro a garantir recursos para o instituto. Camargo relatou os resultados do fórum de Belém à Comissão Especial do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (Cepvea).

Esse pragmatismo de Camargo, ligado a uma visão de ocupação e de desenvolvimento da Amazônia, como também de boa parte dos representantes

⁷ Documento encaminhado por Fred L. Soper, representante da União Pan-Americana e presidente da Comissão Científica Internacional, a Julian Huxley, diretor-geral da Unesco, em 18 de agosto de 1947.

⁸ MAIO, M. C.; SÁ, M. R. **Ciência na periferia**: a Unesco, a proposta de criação do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica e as origens do Inpa. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000.

dos países latino-americanos, aprofundava o abismo com os cientistas que viam o IIHA como um espaço universal da ciência.

Camargo considerava a colonização do território amazônico como o problema-chave para o desenvolvimento econômico da região.

Faltam braços por toda parte. Faltam os alimentos principais, que são importados de outras regiões do País e do exterior. Basta lembrar que 98% do leite consumido na Amazônia é importado e o que se produz não merece a mínima confiança.

Entretanto, o problema da colonização foi desprezado totalmente a bem da harmonia do Congresso, atendendo, assim, ao espírito da maioria, que via nesse problema um perigo ou um fantasma.⁹

Já Edred Corner não estava interessado em desenvolvimento regional, mas tão somente num laboratório científico internacional.

O "s" em Unesco é o que todos desejamos. Se a Unesco abdicar da sua liderança, temo que prejudique o apoio regional não ao Instituto da Hiléia mas à Unesco. No entanto, este é um assunto para ser decidido na (segunda sessão da) Conferência Geral da Unesco (...) S representa a ciência, quer sejam abstrações sobre prótons, genética ou sistemática, e não (...) tecnologia. Assim que o projeto científico for iniciado não se deve permitir sua degradação com o fim de conseguir apoio. Considero lamentável que a agricultura (que é uma política) e a educação (que é um fetiche histórico) ganhem precedência sobre a sede de conhecimentos sobre a região amazônica, a qual é uma atração interminável para cientistas¹⁰

Durante a segunda sessão da Conferência Geral da Unesco, os Estados Unidos fizeram forte oposição ao IIHA. Os norte-americanos se recusaram a financiar uma instituição que ainda não passava de uma promessa. Entendiam que os países latino-americanos deveriam arcar com parte substantiva dos recursos para o IIHA.

Em Chicago, na terceira sessão, em setembro de 1947, os Estados Unidos assumiram uma posição de hostilidade ao IIHA. Em carta de Josep Needham para Corner fica clara a posição dos cientistas norte-americanos.

(...) a hostilidade dos americanos ao IIHA devia-se ao fato de quererem reduzir o orçamento de todos os projetos que não servissem diretamente aos objetivos da Guerra Fria; baseados

⁹ Correspondência de Felisberto Camargo, enviada ao Diretor do SNPA, Ministério da Agricultura, em 25 de agosto de 1947.

¹⁰ Carta de E. J. H. Cômer, enviada à Purnell em 1947.

na doutrina Monroe, eles não queriam que outros países intervissem na América Latina, mesmo que fosse através da Unesco.¹¹

Mais dois encontros foram realizados na Amazônia: um em Iquitos e outro em Manaus, este já em maio de 1948. Camargo continuou ignorando o apelo para que o papel do IIHA fosse apenas de laboratório da ciência pura.

Em Manaus, o diretor do IAN apresentou um detalhado conjunto de projetos “de ordem prática e imediata: produção de carnes, leite, cereais, leguminosas, gorduras e óleos vegetais, cacau e outras plantas alimentícias, produção de juta, exploração florestal e cultura de essências florestais, tendo em vista a produção de madeira de lei; colaboração científica”.¹²

Camargo parecia jogar uma de suas últimas cartadas em tempo de escassez de recursos. Deixava clara sua perspectiva de transformar o IIHA num instrumento de desenvolvimento econômico regional, que livrasse a Amazônia das peias das elites regionais e dos entraves da burocracia federal.¹³

Depois de várias tentativas para fazer funcionar o instituto em Manaus, Corner pediu demissão do cargo e acusou a Unesco de falta de apoio. Mas o crescente nacionalismo que tomava conta das elites, a partir do final da Segunda Guerra Mundial, provocou também fortes reações internas ao IIHA. Quando o presidente Eurico Gaspar Dutra enviou ao Congresso Nacional uma mensagem solicitando a ratificação da Convenção de Iquitos, houve grande impacto na opinião pública brasileira.

Radicalizaram-se as posições: de um lado, os que defendiam a importância da cooperação internacional para a Amazônia, de outro, os que concebiam o projeto do IIHA como a expressão dos interesses imperialistas, não apenas sobre a região, mas também sobre o país. Artigos e dispositivos da Convenção de Iquitos eram vistos como ameaça à soberania nacional, seja em função do grau de autonomia do IIHA em relação aos estados-membros, seja porque minimizavam o peso político do Brasil no projeto (...).¹⁴

¹¹ PETITJEAN, P.; DOMINGUES, H. M. B. A Redescoberta da Amazônia num projeto da Unesco: o Instituto Internacional da Hiléia Amazônica.

¹² MAIO, M. C.; SÁ, M. R. **Ciência na periferia**: a Unesco, a proposta de criação do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica e as origens do Inpa. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000.

¹³ Idem.

¹⁴ Idem.

Em 1951, a proposta foi arquivada pelo parlamento brasileiro. Mas o amplo debate em torno do IIHA trouxe à tona o destino da Amazônia. Logo após a criação do Conselho Nacional de Pesquisa, ainda em 1951, foi colocada em pauta a criação do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa).

Embora tivesse preocupação com a soberania nacional, o Inpa, criado em 1952 pelo decreto nº 31.672, se espelhou, em grande parte, na proposta do IIHA e contou em sua gestação com a participação de diversos personagens envolvidos no projeto anterior: Paulo Carneiro, Heloisa Alberto Torres, Felisberto Camargo, Carlos Chagas Filho e Olympio da Fonseca.¹⁵

Portanto, o Inpa surge também como resultado do movimento de organização política da comunidade científica nacional no período do pós-guerra. “Fruto da combinação da ciência com a política, em contexto nacionalista, buscava firmar um projeto de ciência local”.¹⁶

¹⁵ MAIO, M. C.; SÁ, M. R. **Ciência na periferia**: a Unesco, a proposta de criação do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica e as origens do Inpa. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000.

¹⁶ Idem.

Capítulo 8

Os futuríveis e os grandes lagos

“Cavalo de Troia” exposto ao ridículo mundial

Com o mesmo entusiasmo e espírito polêmico com que se lançou à empreitada dos canais de colmatagem no final dos anos 1940 e início da década de 1950, Camargo se atirou, quase 20 anos depois, com todas as suas forças, na luta pela reconstrução do grande lago amazônico. Mesmo sem peso político dentro da esfera governamental, o polêmico pesquisador continuou se movimentando e se expondo na defesa de suas ideias ou das ideias com as quais se identificava.

Embora a proposta dos grandes lagos tenha partido do geólogo paraense Eudes Prado Lopes, o assunto ganhou grande repercussão na mídia brasileira por conta de um estudo apresentado pela instituição norte-americana Hudson Institute (HI).

Mas foi Camargo quem assumiu o patrocínio da ideia e se expôs publicamente, defendendo com ardor a construção de uma barragem no Rio Amazonas, às proximidades do município paraense de Monte Alegre. A proposta não só fortalecia sua tese de fertilizar as terras de várzea da região para produção de alimentos, como abria amplas possibilidades de geração de energia para extração de minério, implantação de empreendimentos siderúrgicos e, conseqüentemente, a ocupação da Amazônia, já que atrairia força de trabalho ao imenso vazio demográfico regional.

Antes de tomar conhecimento do estudo de Prado Lopes, a imprensa e a elite cultural brasileira tomou conhecimento da proposta do Hudson Institute de forma bastante fragmentada. Foi tratada de maneira muito passional e quase com repúdio por se tratar de uma instituição norte-americana. De certo modo, a conjuntura política da época justificava essa reação, já que o documento da criação de um mar interior na Amazônia fora divulgado em 1967, durante o governo Castelo Branco, general que comandou o golpe militar de 1964 com apoio dos Estados Unidos.

O estudo sobre um sistema sul-americano de Grandes Lagos, do sr. Roberto Panero, editado pela primeira vez no dia 10 de janeiro de 1967, resultou de uma idéia apresentada na primeira Conferência Latino-Americana de Desenvolvimento, patrocinada pelo Hudson Institute, em 1964. Tal estudo - que tanta polêmica vem provocando - é muito semelhante ao trabalho realizado pelo sr. Eudes Prado Lopes, geólogo e geofísico da Petrobrás,

publicado pelo Jornal do Brasil no dia 21 de agosto de 1966, e que previa a construção de uma barragem que inundaria uma região de 180 mil quilômetros quadrados.¹

A apresentação oficial da ideia do HI foi feita diretamente pelo engenheiro norte-americano de origem italiana Robert Panero ao então ministro do Planejamento brasileiro, Roberto Campos, no dia 8 de fevereiro de 1967, em Washington. Naquela ocasião, foi acertado um encontro técnico de Panero com técnicos brasileiros, no dia 10 de março do mesmo ano. Na véspera, Panero procurou Felisberto Camargo, expôs a ideia e o convidou a ser consultor do HI. Em abril, Camargo participou de uma conferência do HI em Nova York.

Dias depois, a imprensa divulgava uma “denúncia” do ex-governador do Amazonas, Artur César Ferreira Reis, de que informes confidenciais da embaixada brasileira em Washington revelavam a troca de documentos secretos entre o governo de Brasília e o Hudson Institute. Reis chegou a comparar a proposta de reconstrução do “Mar Amazônico” com um “Cavalo de Troia” para a conquista da Amazônia por ordem do Pentágono, o departamento de defesa norte-americano. Camargo tomou partido da proposta e se engajou na luta em defesa dos grandes lagos.

Essa alucinação rapidamente se transformou em instrumento político eleitoral e prato do dia de diversos jornais.

No meio desse caos, criado deliberadamente pelo ex-governador do Estado do Amazonas, a ideia de reconstrução do Mar Amazônico foi atirada ao público, e, hoje, as camadas inteligentes e cultas do povo brasileiro, de norte a sul do País, reclamam esclarecimentos sobre o assunto.²

Em artigo publicado na imprensa, Roberto Campos reagiu com muita ironia à denúncia de Ferreira Reis.

A recente exploração demagógica do problema expõe-nos a um ridículo mundial. O subdesenvolvimento é triste demais para ser agravado com ares de palhaçada.

(...) a primeira e “exótica” preocupação do Hudson Institute foi comunicar sua “grande conspiração para ocupação da Amazônia” diretamente ao Governo Brasileiro.

¹ JORNAL DO BRASIL, 21 jan. 1968.

² CAMARGO, F. **Apresentação da idéia da reconstrução do mar amazônico ao Governo Brasileiro**. [1968?]. Mimeografado.

Pois bem, os **futuríveis** entraram na ordem do dia graças ao cômico debate sobre o “Lago do Amazonas”, também chamado de “represa da vergonha” por um dos cérebros nativos que, infelizmente, não pode ser exportado por falta de mercado.³

A questão do lago amazônico surgiu carimbada como uma intromissão estrangeira nos assuntos brasileiros. O nacionalismo dos anos 1950, incorporado pelos intelectuais e pelos políticos que se opunham ao regime militar, facilitou a campanha para estigmatizar a proposta do Hudson Institute, dirigido pelo matemático e físico Herman Kahn (1922-1983), cujos estudos polêmicos contavam com a simpatia de Roberto Campos, a quem a esquerda brasileira chamava de “Bob Fields”.

O Hudson Institute era considerado uma das “usinas de pensamento” que tanto nos Estados Unidos como na Europa se dedicavam a estudos de prospectiva. Um dos focos dos especialistas da instituição se voltava para as grandes áreas subdesenvolvidas que pudessem sofrer alterações em busca de novas soluções tecnológicas.

O plano dos grandes lagos para integrar a América do Sul previa a construção de uma via navegável do Vale do Choco, na Colômbia, unindo o Caribe ao Pacífico, constituindo-se numa alternativa ao Canal do Panamá.

Porém, o maior desafio era a construção de uma barragem no Rio Amazonas, o maior do mundo em volume d’água, o que permitiria a interligação entre os rios Orenoco, Amazonas e Paraguai-Paraná e a navegação de navios de grandes calados desde a Argentina até a Venezuela, passando pelo Paraguai, Bolívia, Brasil, Equador e Peru. O modelo traçado foi inspirado no sistema dos Grandes Lagos entre os Estados Unidos e o Canadá. Um dos grandes sonhos do continente sul-americano tem sido ligar os rios principais por meio de canais.

A Bacia Amazônica tem 6.475.000 quilômetros quadrados. As zonas das bacias dos rios são planas e estes têm cursos tortuosos. Grandes quantidades de sedimentos são transportadas pelos rios. Variações nas correntes e sedimentos resultam em alterações contínuas na profundidade e largura dos leitos. As velocidades das correntes variam conforme a estação, de 4 a 15 km/h, causando grandes diferenças nos tempos de navegação entre viagens rio acima e rio abaixo. Árvores, detritos e outros perigos para a navegação tornam extremamente perigosas as viagens noturnas, que só são possíveis com grandes cuidados e velocidades reduzidas.⁴

³ CAMPOS, R. de O. Os futuríveis ou o Incêndio na Caixa D’Água. **O Globo**, Rio de Janeiro, 2 jan. 1968.

⁴ PANERO, R. [artigo publicado]. **Jornal do Brasil**, 21 jan. 1968.

Panero, que era casado com uma colombiana, ao sobrevoar a Bacia Amazônica, percebeu que aparentemente a topografia plana onde se encontra a vegetação assemelha-se a um mar verde, como uma mesa de bilhar. Mas quando ele mandou o piloto descer, próximo da copa das árvores, notou que a paisagem é diferente, a planície desaparece e em algumas áreas “surge uma cadeia de colinas ondulantes que se elevam acima dos vales que as circundam”. Isso despertou nele o desejo de construir barragens baixas para formar grandes lagos.

Antigamente, toda essa região era um mar interior, que cortava formações rochosas para encontrar passagens para o oceano. Entre todos os rios do mundo, o único cuja parte estreita está localizada perto da foz é o Amazonas. Entre Óbidos e Santarém, o rio atinge a sua menor largura, e altas formações de rochas duras são visíveis de cada lado.⁵

Desde a época de abertura dos canais de colmatagem, Camargo havia identificado uma antiga passagem do Rio Amazonas, resquício de um período geológico onde, na sua opinião, existiu um “mar amazônico”. Ele justifica que entre 200 mil e 300 mil anos atrás, o Amazonas rasgou a última barreira para se lançar no Atlântico. Acreditava que as águas do grande rio deveriam se situar em torno de 40 metros acima do nível do mar.

As teses de Panero e de Prado Lopes revitalizaram Camargo, que imediatamente mergulhou na pesquisa de novas fontes e voltou à região para ter certeza do melhor local onde a barreira deveria ser erguida.

Num vôo de minutos sobre a margem esquerda do Amazonas, nos arredores do Curuá, pude constatar a existência de uma vasta erosão fluvial, com cerca de 25 quilômetros de largura, que deve corresponder a uma velha calha do grande rio, abandonada muito antes do aparecimento do homem nestas terras do Novo Mundo. Essa velha calha pertence a um período geológico em que a formação do Rio Amazonas passou por uma das suas fases finais mais violentas, de que foi teatro a região de Monte Alegre. Abaixo da garganta de Óbidos, a barreira de Monte Alegre, situada entre a Serra do Ererê e o Planalto Curuá-Belterra, foi a última resistência que as águas do Amazonas romperam para regularizar a sua saída para o Atlântico. Em uma de suas primeiras fases dessa ruptura, o nível das águas do mar interno certamente esteve, ao oeste de Monte Alegre a cerca de 20 a 25 metros acima do atual trapiche da referida cidade.

⁵ PANERO, R. [artigo publicado]. **Jornal do Brasil**, 21 jan. 1968.

Trata-se, portanto, de refazer a barragem natural que existia nesta região. Essa erosão provocada pelo Amazonas foi muito vasta, pois cobriu uma extensão de cerca de 80 quilômetros. Em face destas observações, conclui-se que o local mais favorável para construção da grande represa de Monte Alegre, deve ser o indicado por mim na reunião de New York: a barragem partindo do Sudoeste da Serra do Ererê em direção à Taperinha. Temos, apenas, que levar a represa mais uns 30 a 35 quilômetros para dentro da margem direita do Rio Amazonas, em linha reta, até atingir o braço esquerdo do Curuá do Sul, nas proximidades do local em que o governo federal está dando início à construção da “Barragem do Curuá” (Hidrelétrica de Curuá-Una), com potencial previsto para 40.000 kW.⁶

Além de permitir a navegação de grandes navios e de estabilizar o nível das águas, a barragem iria gerar 32 milhões de quilowatts ou o equivalente a um quarto da capacidade instalada nos Estados Unidos. Isso era considerado um exagero pelos críticos do projeto, já que não havia demanda para tão abundante oferta. Além disso, a barragem provocaria a inundação de uma área de 2,5 milhões de hectares de várzeas. Incluiria todo o serviço de colmatagem feito pelo Instituto Agrônômico do Norte (IAN), bem como todos os pântanos de Monte Alegre até o Rio Purus.

As reações da época se prendiam mais ao caráter alienígena da ideia que aos impactos ambientais que tal empreendimento poderia causar. Uma das poucas vozes qualificadas que entrou no mérito da proposta foi a do engenheiro Stélio Silva Élleres de Sousa, do Departamento Nacional de Águas e Energia.

Ele advertia que a área alagada poderia tragar o rebanho bovino de parte do Médio Amazonas, além dos castanhais, seringais, balatais e jutais, que representavam uma fonte significativa da economia da região.

Simplemente o “Lago do Amazonas” viria submergir tudo isso e, cerca de meio milhão de criaturas humanas teriam que ser transladadas para novos centros populacionais, sem incluir os aborígenes não recenseados e os “teréns” dessa brava gente (...)⁷

O engenheiro Sousa faz uma especulação sobre os efeitos climáticos que a obra poderia causar.

⁶ CAMARGO, F. **Relatório de Viagem à Amazônia**. [S.l.], 1967.

⁷ SOUSA, S. **Uma análise sobre a construção do lago do Amazonas**. Rio de Janeiro: Ministério das Minas e Energia, 1968.

Como estamos no campo das idéias, é de se presumir que um espelho d'água da ordem do "Lago do Amazonas", fatalmente modificaria as condições climáticas da região, com possíveis alterações no ciclo das estações, exposta que ficaria uma considerável superfície em evaporação, passível de concorrer para um desequilíbrio do binômio umidade-calor do globo.⁸

O próprio Camargo admitia que o projeto deveria contemplar o custo de indenização para pagar as desapropriações necessárias a fim de se proceder a uma "reforma radical" da cidade de Manaus. Propunha também fazer um estudo para calcular as despesas com a transferência das populações rurais e urbanas a serem atingidas pelo afogamento das terras marginais.

Previa a construção de uma nova cidade de Santarém, bem como mais cinco núcleos urbanos em pontos estratégicos em torno do Mar Amazônico. Além de indenização aos pecuaristas que perdessem as pastagens tragadas pelas águas da projetada barragem.

O ex-diretor do IAN vislumbrava que a barragem permitiria a fertilização das terras de várzeas para produção de alimentos, com emprego de máquinas e equipamentos agrícolas.

Estas novas várzeas virão, no futuro, compensar vantajosamente as áreas afogadas, porque permitirão a utilização racional, intensiva e moto-mecanizada, como se pratica nos "poulders" da Holanda.⁹

O lago, acreditava Camargo, traria um potencial pesqueiro de 10 milhões de toneladas/ano numa área de 120 mil quilômetros quadrados. Pastagens irrigadas e adubadas na terra firme, entre Monte Alegre e Almeirim, dariam novo impulso à pecuária da região, que também passaria a experimentar um novo ciclo econômico a partir da extração de ouro, cassiterita, diamante, cristal de rocha e outros.

A disponibilidade de energia elétrica de baixo custo ainda possibilitaria a instalação da indústria de nitrogênio, de adubo fosfatado e a exploração dos recursos florestais com indústrias de celulose e de madeira para atender às necessidades dos grandes centros de consumo mundiais.

Camargo previu ainda a indústria do alumínio, do óleo de dendê refinado, a instalação de uma indústria de álcalis para aproveitamento da

⁸ SOUSA, S. **Uma análise sobre a construção do lago do Amazonas**. Rio de Janeiro: Ministério das Minas e Energia, 1968.

⁹ CAMARGO, F. **Ciclo de Conferência sobre o Lago Amazônico**: aspectos agropecuários. Rio de Janeiro: Clube de Engenharia, 1968.

jazida de Sal Gema, de Nova Olinda, calculada em 20 milhões de toneladas e o estímulo ao turismo, baseado numa “nova mística amazônica”.

Entretanto, ao mesmo tempo em que trazia para o debate nacional os grandes desafios para a Amazônia, Camargo enfrentava a fúria de quem via a proposta como uma ação do imperialismo e de internacionalização da região. O deputado Gastone Righi fez um pronunciamento na Câmara Federal para atacar a proposta da hidrelétrica de Monte Alegre e do lago artificial.

O projeto estaria orçado em aproximadamente 1 bilhão e quinhentos milhões de dólares (...). O tal projeto não foi feito por uma Nação que visa resolver o problema de integração de uma região. Este planejamento tem a marca irretorquível do projeto que intenta a ocupação e internacionalização de toda a Amazônia.¹⁰

Já o deputado Leopoldo Peres, secretário-geral do partido que dava sustentação ao governo militar, a Arena, taxou a proposta de construção da barragem de Monte Alegre como “represa da vergonha”.

Os grupos americanos não iriam investir dois bilhões de dólares se não fossem explorar em proveito próprio as nossas riquezas minerais. Nenhum brasileiro digno pode concordar com essa destruição de gigantesco patrimônio nacional – cidades e centros de produção criados pelo esforço secular dos nossos maiores – para atender aos apetites de grupos econômicos esfaimados aliados a brasileiros desalmados, aliciados com o quinta-coluna nacional e que não se pejam de advogar causas espúrias de estrangeiros.¹¹

O único partido de oposição consentido pelo regime militar, o MDB, também navegou contra o mar amazônico. O deputado amazonense Bernardo Cabral requereu em nome de sua bancada uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para “apurar as reais implicações da construção do chamado grande lago amazônico”.

A criação do Lago Amazônico sob a concepção ora forjada pelo Hudson Institute é uma intromissão tão aberrantemente escandalosa na nossa condição de país independente, ultrapassando de longe os limites da tolerância, que outro caminho não resta a este poder senão a utilização do instituto da Comissão Parlamentar de Inquérito”.¹²

¹⁰ RIGHI, G. **O desafio da Amazônia**: integração, soberania, desenvolvimento. Rio de Janeiro: Câmara Federal, 1968.

¹¹ DIÁRIO DE NOTÍCIAS, Rio de Janeiro, 19 dez. 1967.

¹² TRIBUNA DA IMPRENSA, Rio de Janeiro, 13 fev. 1968.

O ministro dos Transportes daquela época, Mário Andreazza, também se manifestou pela imprensa contrário ao projeto.

Nunca me consultaram sobre o projeto do Hudson Institute. Não creio que haja necessidade de ampliar o volume de água na região amazônica para fomentar o desenvolvimento.¹³

Outro ministro entrou no debate, o ministro da Agricultura Ivo Arzua, que defendia o lago “por considerá-lo um meio de desenvolvimento, principalmente agrícola”. Mas fez questão de ressaltar que não concordava com a concepção do Hudson Institute. Já o ministro do Interior, general Albuquerque Lima, disse que qualquer plano para ocupação da Amazônia só teria validade com o apoio das forças armadas e revelou que o modal rodoviário é que estava nos planos do governo.

A ocupação da Amazônia não está na dependência exclusiva dos seus cursos d’água. Exige uma nova compreensão no sentido de que seja executada uma política rodoviária intensa e de significado econômico. Entretanto, impõem-se como condição essencial à vida da região a melhoria da navegação na Amazônia.¹⁴

No início de 1968, ano de grandes agitações e contestações no mundo, de enormes manifestações contra a participação norte-americana na Guerra do Vietnã e de intensas lutas de conspiração dentro do regime militar brasileiro, que terminou com um golpe dentro do golpe, no dia 13 de dezembro daquele ano, com a edição do Ato Institucional nº 5 (AI-5), Camargo lutou com as forças que dispunha para defender as suas ideias.

Ele ocupou um grande espaço na imprensa brasileira para rebater os opositores da proposta, viajou por várias cidades brasileiras, fez conferências e até participou de um programa na televisão no qual foi simulado um júri para avaliar a proposta de reconstrução do mar amazônico. O deputado Gastone Righi foi o promotor e Camargo o advogado de defesa. O debate foi na TV Continental, canal 9, no Rio de Janeiro, e a ideia do lago foi derrotada.

Os próprios dirigentes e pesquisadores do Hudson Institute perceberam a reação, então o engenheiro Robert Panero veio ao Brasil anunciar a retirada. Em entrevista à imprensa, declarou que o que havia de se fazer já fora feito, anunciar o plano. Caberia ao governo brasileiro tomar a decisão de implantar ou não a ideia. Camargo se empenhou para que o governo formasse um grupo de trabalho para estudar o assunto, que aos poucos foi sumindo do noticiário.

¹³ FOLHA DE SÃO PAULO, São Paulo, 22 dez. 1967.

¹⁴ JORNAL DO BRASIL, Rio de Janeiro, 20 set. 1967.

O regime político endureceu ainda mais a partir de 1969 e as decisões sobre a Amazônia foram tomadas longe do parlamento, da comunidade científica e da imprensa. Vieram os planos de integração nacional, cujas prioridades foram a construção da Transamazônica, Santarém-Cuiabá e o anúncio da Rodovia da Calha Norte. A doutrina da segurança nacional pregava a integração para evitar a internacionalização da Amazônia.

A construção de uma barragem no Rio Amazonas não foi mais lembrada, mas os governos militares construíram a barragem de Tucuruí, no Rio Tocantins, com o objetivo de gerar energia para a extração de minérios de Carajás e a produção de alumínio em Barcarena, PA, e em São Luís, MA.

Pouco mais de 3 anos antes de sua morte, Felisberto Camargo esteve de volta a Belém. Desta feita, a convite da Sociedade Rural do Pará, para proferir palestra de encerramento da Exposição de Pecuária da Amazônia. Entre os temas tratados, prioridade foi dada para uma exortação à bacia do Araguaia-Tocantins. Além de ressaltar o seu potencial hidrelétrico, estabeleceu conceitos geomorfológicos da origem dessa bacia, sendo peremptório: a bacia do Araguaia-Tocantins jamais pertenceu à Bacia Amazônica, como muitos pensam até os nossos dias.

Com referência ao Sul do Pará, lembrou que as primeiras pesquisas sobre a região do Rio Itacaiúnas, ao sul de Marabá, foram levadas a efeito em 1943, num trabalho em parceria do IAN com o Instituto Agrônomo (IAC) e a prefeitura de Marabá. Nessas análises de solo, foi constatada a presença de vanádio, cobre, níquel, zinco, cromo e estanho, embora, em termos agrônômicos, os solos fossem considerados pobres.

Mas Camargo acreditava no potencial produtivo da pecuária, desde que fossem levadas em conta a formação e rotação das pastagens, a adubação dos pastos e a vacinação dos rebanhos. Acreditava num corredor de exportação que, passando por Belém, terminaria em um grande porto marítimo na Ponta da Tijoca ou na Ponta do Espadarte, na chamada costa atlântica paraense. Depois dele, muitos já defenderam essa ideia. Mas, até hoje aquele porto não saiu.

Capítulo 9

Contribuição à fruticultura

Pesquisas com laranja, abacaxi e dendê

Desde a sua formatura, Camargo atuou em diversas áreas da pesquisa, sendo considerado um dos cientistas mais completos de sua época. Sua primeira área de interesse foi a Fruticultura, mas seus trabalhos enveredaram também pela Botânica, Entomologia, Zootecnia e Solos. Ele se interessou pela fruticultura antes de se deslocar para a Amazônia. Como já vimos no início deste livro, Camargo ganhou uma bolsa de estudo e se especializou em Citricultura nos Estados Unidos.

Ele foi o responsável pela primeira exportação de laranjas do Brasil para os Estados Unidos, no dia 23 de março de 1923. A classificação, armazenagem e exportação (*packing house*) de cítricos foram intensificadas depois que ele foi anistiado (por ter aderido ao movimento constitucionalista de 1932) e regressou ao Ministério da Agricultura.

Outra fruta que despertou o interesse do pesquisador foi o abacaxi, da família das bromeliáceas, no qual se tornou especialista. Camargo publicou trabalhos sobre a taxonomia do gênero *Ananas*, do qual descobriu e descreveu novas espécies. Sua primeira publicação sobre o tema ocorreu em 1939, ainda em Piracicaba, na Revista de Agricultura. Foi um extrato do relatório do Serviço de Horticultura, de 1938, sob o título Ananás e Abacaxi, no qual ele trata da coleção de espécies e variedades organizadas desde 1920.

Em 11 de novembro de 1940, ao ser convidado pelo diretor do Departamento de Botânica da Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo e presidente da Sociedade Amigos da Flora Brasileira para participar de uma conferência sobre o tema “Vida e Utilidade das Bromeliáceas”, proferiu uma palestra sobre “Bromeliáceas produtoras de fibras para fins industriais”, publicada na Revista da Sociedade Rural Brasileira, em seu número de janeiro de 1941.

Nesse trabalho, Camargo se antecipou e tratou de novos nomes científicos atribuídos por ele a tipos sobre os quais havia grande polêmica. A rigor, como ele mesmo cita, esse assunto havia sido tratado oficialmente, meses antes, em maio de 1940, durante a realização do 8º Congresso Científico Americano, realizado em Washington, cuja publicação dos *proceedings* (anais) estava em vias de aprovação.

Somente em agosto de 1942, são publicados os *Proceedings: Eighth*

American Scientific Congress, Biological Sciences: Botany (Anais do 8º Congresso Científico Americano), no qual é apresentado o trabalho de F. C. Camargo “Pesquisas taxonômicas sobre os gêneros *Pseudananas* e *Ananas*”. Esse trabalho foi escrito em fins de 1939 e início de 1940, quando ainda exercia a função de chefe do Serviço Científico de Horticultura do Instituto de Agronomia do Estado de São Paulo, pertencente à Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio, em Campinas.

Nesse trabalho, o pesquisador demonstra uma intimidade com o *Ananas* e faz referência ao novo nome para o curauá do Amazonas, *Ananas sativas* var. *duckei* F. C. Camargo, o qual havia sido descrito 2 meses antes como *Ananas erectifolium*, pelo renomado botânico L.B. Smith, em material cultivado em Campinas e enviado ao cientista norte-americano pelo próprio Camargo.

Em 1943, já em Belém, após a recepção dos tais *proceedings* e considerando o esgotamento do número da Revista da Sociedade Rural Brasileira, Camargo escreveu e publicou – inaugurando o primeiro número de um periódico que ficaria famoso no contexto das Ciências Agrárias da época, o Boletim Técnico do Instituto Agrônomo do Norte (IAN) – “Vida e utilidade das bromeliáceas”.

O modelo da pesquisa agropecuária brasileira seguia rigidamente o paradigma norte-americano, no qual os boletins de pesquisa publicados pelos institutos eram referências técnico-científicas respeitadas e retratavam tudo o que era conduzido, no campo, nas Estações Experimentais espalhadas pelo território dos EUA.

Camargo enfatizou a importância da família das bromeliáceas, enriqueceu o trabalho com uma robusta base histórica e enalteceu as plantas desse grupo como excelentes produtoras de fibras. Camargo reconheceu que seu trabalho sobre o tema advinha da curiosidade botânica de conhecer os nomes técnicos das formas cultivadas de *Ananas*. Desse modo, teve que reunir todo o acervo documental disponível e estudá-lo com detalhe e minudência.

O interesse econômico das fibras foi expresso por Camargo sempre com a preocupação na demanda do mercado nacional:

Temos de criar, onde for mais econômico, a cultura de plantas para fibras a fim de atender às necessidades das nossas indústrias têxteis e de cordoaria. A exploração extrativa do que a Natureza nos legou, no seu estado bruto, não servirá de base sólida para o futuro de nossa produção econômica de fibras, porque certamente não será nas condições em que vegeta o Caroá, nas terras das restingas secas, que se edificará o alicerce da indústria dos tecidos e das cordas.

Na segunda parte do trabalho, que trata da Botânica, são apresentados comentários e considerações sobre as espécies de caroá (*Bromeliavariegata*), o curauá (*Ananas erectifolium*) ao qual ele atribuiu nome *Ananas sativus* (Lindl.) Schultes var. *duckei* F. C. Camargo, em homenagem a Adolfo Ducke, renomado botânico que mais tarde viria a trabalhar no Museu Goeldi e no IAN.

O ananás-do-campo (*Ananas microstachys*) também mereceu destaque e igualmente recebeu nova denominação, *Ananas microstachys* (Baker) Lindmann, var. *nanus* (L.B. Smith) Camargo. O ananás identificado por Fritz Müller (*Ananas fritzmuelleri*) recebeu novo nome e foi apresentado em prancha, com os desenhos das partes florais dissecadas descritas em latim. O novo nome proposto é idêntico ao termo latino *novum*, como estabelecido pela nomenclatura botânica.

Quanto ao gravatá-de-rede (*Pseudoananas sagenarius*), Camargo ratifica com muito mais detalhes o já estabelecido em trabalho anterior, até mesmo com sua nova denominação. São estudadas também a colombiana pita-de-madalena (*Aechmea magdalenae*) e a bromeliácea mexicana de Willdenow (*Bromelia sylvestris*).

Entre 1965 e 1966, Camargo percorreu diversos países da América do Sul e Caribe, na condição de bolsista do Conselho Nacional de Pesquisa, em busca de novas espécies e variedades de abacaxi para redescobrir as formas botânicas descritas há mais de um século e também encontrar formas portadoras de genes resistentes à doença resinose-do-abacaxi.

Os trabalhos começaram pelo Alto Rio Negro, Solimões, no Brasil, no Peru e na Colômbia. A primeira descoberta de formas silvestres foi no Alto Huallaga, na bacia do Rio Mayo, no Peru, a 1 hora e 20 minutos de avião das praias desérticas do Pacífico. Os indígenas da região conheciam a espécie pelo nome de sacha-piña. Sacha para os indígenas é o mesmo que falso ou falsa.

A viagem de Camargo já durava mais de 3 meses quando esse “falso abacaxi” foi descoberto no Peru. O nome *Pseudonanas* foi proposto pela primeira vez por Hassler, em 1919, no artigo “Bromeliacearum Paraguariensis Conspectus”, no Rapport Conservatoire et au Jardin Bot. Geneve.

Camargo percorreu também a selva da Venezuela, Bolívia, Equador, Guiana, Suriname, Trinidad e Tobago e México. Em 1968, o técnico brasileiro chamava a atenção para a variedade colombiana “perolera”, que produzia um fruto com grande potencial para o Brasil explorar comercialmente. Hoje, o Município de Floresta do Araguaia, no Sul do Pará, é um dos maiores produtores brasileiros de abacaxi com a variedade “Pérola”.

Forma primitiva do curauá

Em suas andanças, Camargo percorreu as matas da América Latina durante 18 meses, em avião militar, lanchas, canoas com motor de polpa, ônibus e lombo de burro. Na Venezuela, o pesquisador brasileiro descobriu uma variedade conhecida pelo nome vulgar de curagua, que tem as mesmas características da bromeliácea brasileira curauá, nativa da região do entorno de Santarém, no Baixo Amazonas. Essa espécie produz fibra a partir das suas folhas. Já estava catalogada no trabalho de Camargo publicado na Revista de Agricultura do Estado de São Paulo, de 1939.

A forma venezuelana “Curagua” é, incontestavelmente, a forma primitiva e as formas do Brasil e do Equador são provenientes de cultivo indígena. Foram naturalmente transportadas pelos indígenas nas suas migrações para o Brasil, Equador e Antilhas.¹

O curauá foi introduzido no Jardim Botânico do Rio de Janeiro, entre 1920 e 1928. Nos registros feitos por Adolpho Ducke consta que se trata de uma “planta têxtil de ótima qualidade, cuja cultura é de origem indígena”.²

Em 2004, foi inaugurada a primeira indústria de manta de curauá destinada à indústria automobilística. Com um investimento de R\$ 25 milhões para a instalação de maquinário e cultivo de 600 hectares de curauá, a empresa paulista Pematec deu início ao projeto que envolveu milhares de pequenos agricultores da região.

Reconhecimento de Smith

Outra grande descoberta de Camargo foi uma nova espécie, o ananás-silvestre-da-venezuela, que apresenta espinhos nas folhas em duas direções e ganhou o nome científico de *Ananas parguazensis* Camargo et Smith. A espécie havia sido estudada 30 anos antes pelos botânicos Ismael Vélez e Víctor Badillo, nos arredores da propriedade rural “El Carmen”, no Rio Parguasa, afluente do Orinoco. O achado do pesquisador brasileiro aconteceu numa mata ciliar próximo da aldeia indígena “Angelita”, na margem esquerda do Parguasa.

Do material coletado por Camargo durante 40 anos, foi formada a coleção da Estação Experimental de Limeira, que pertence ao Instituto Agrônomo do Estado de São Paulo, e diversas espécies foram depositadas no Herbário Nacional Colombiano, na Faculdade de Agronomia de Maracay, Venezuela, e na Estação Experimental de Palmira, Colômbia.

¹ Carta de Felisberto Camargo, enviada a F. Fernandez Yepes, da Facultad de Agronomia (Maracay- Venezuela), em 1972.

² CAMARGO, F. Ananás e abacaxi. **Revista de Agricultura**, Piracicaba, 1939. Separata.



Visita a uma fazenda de produção de dendê, no Nordeste do Pará.

Durante o período dedicado à pesquisa do abacaxi, Camargo manteve uma vasta correspondência com o botânico norte-americano Lyman B. Smith, do Smithsonian Institute, considerado, na época, a maior autoridade mundial em taxonomia de bromeliáceas e que reconheceu em sua monografia a espécie *A. paraguayensis*. Na Colômbia, ele conseguiu recuperar para a ciência duas formas botânicas (*A. mordilonus* e *A. pancheanus*) perdidas durante 70 anos.

Dendê

Outro trabalho a que Camargo se dedicou foi relativo ao dendê. Em 1951, ele escreveu o documento sobre o deficit mundial de gorduras para fins culinários e mostrou que, na Amazônia, existiam duas espécies vegetais de grande potencial para atender a essa demanda: o babaçu, no Maranhão, e o dendê, em boa parte das áreas mais úmidas da região. Porém, ele defendia com muita clareza que o cultivo da palmeira do dendê era o mais indicado por produzir em média duas toneladas de óleo por hectare e iniciou a produção a partir do terceiro ano.

Nenhuma outra espécie botânica poderá oferecer maiores vantagens, dado o ambiente extremamente favorável que as várzeas da Amazônia oferecem ao dendê, para uma produção econômica, com enormes possibilidades de exportação. O Instituto Agrônomo do Norte (IAN) importou sementes de dendê da África, da América Central, do Oriente e da Bahia, e espera poder distribuir, dentro de dois anos, uma média de um milhão de mudas por ano.³

As notas históricas de 1942, escritas por Walter Cardoso, indicam que os primeiros plantios de dendê-africano (*Elaeis guineensis*) no Pará foram realizados por Francisco Coutinho de Oliveira, chefe do Campo Agrícola Lira Castro e técnico da Secção de Fomento Agrícola do Estado do Pará, do Ministério da Agricultura. Essas sementes de dendê oriundas de plantas de dendezeais subespontâneos da Bahia foram plantadas em 1942. Dois anos antes, haviam sido plantadas 30 mudas de dendê-amazônico (*Elaeis oleifera*)⁴.

Somente a partir de 1949 foram introduzidos no IAN alguns exemplares de dendezeiros oriundos da Bahia. Em 1951, após observar o comportamento dos dendezeiros baianos, Felisberto Camargo efetivou com a Companhia

³ CAMARGO, F. **Gorduras para fins culinários**. Belém, PA: Instituto Agrônomo do Norte, 1951.

⁴ HOMMA, A. K. O.; FURLAN JÚNIOR, J. Desenvolvimento da dendeicultura na Amazônia: cronologia. In: MÜLLER, A.A.; FURLAN JÚNIOR, J. **Agronegócio do dendê: uma alternativa social, econômica e ambiental para o desenvolvimento sustentável da Amazônia**. Belém, PA: Embrapa Amazônia Oriental, 2001. p. 193-207.

Unilever uma troca de sementes de dendê por sementes de seringueira e cacau. Ainda nesse mesmo ano, o diretor do IAN recebeu sementes provenientes do Ineac, no Congo Belga, especificamente da Estação Experimental de Yangambi. Esse material geneticamente selecionado foi plantado em 1953 no IAN, onde hoje se localiza o campus do Museu Goeldi.

Os estudiosos da dendeicultura sabem da ocorrência e importância de dois tipos de dendezeiros: o africano, amplamente cultivado, e o amazônico. O dendê-africano (*E. guineensis*) é uma palmeira amplamente estudada, fruto de um intenso programa de melhoramento genético nos últimos 85 anos. As modernas cultivares híbridas tem potencial de produção de óleo de oito toneladas por hectare.

Embora seu óleo seja comestível e industrialmente utilizado para a fabricação de margarina, apresenta algumas frações elevadas de ácidos graxos saturados. Após 25 anos, o caule apresenta uma altura que dificulta a colheita, havendo necessidade de reformar o palmeiral. É suscetível a algumas pragas e doenças sérias.

Já o dendê-amazônico (*E. oleifera*) apresenta crescimento lento do caule, tem a qualidade do óleo bem melhor que o africano, em razão da presença de boa quantidade de ácidos graxos polinsaturados, e é resistente a pragas e às principais doenças que atacam o dendê de origem africana.

Logo após a chegada ao IAN do pesquisador George O'Neil Addison, engenheiro-agrônomo formado em Piracicaba (e que mais tarde se tornaria genro de Felisberto), Camargo observou algumas plantas do dendê-amazônico (*Elaeis oleifera*) em diversos locais do parque zoológico do Museu Emílio Goeldi, em Belém. Então, sugeriu ao jovem pesquisador geneticista efetuar o cruzamento desses dois tipos e avaliar o comportamento dos híbridos.

Com pólen de *E. guineensis* dos materiais do Campo Agrícola Lira Castro, várias inflorescências femininas dos cachos de *E. oleifera* das plantas do Museu Goeldi foram fecundadas. As plantas oriundas destes cruzamentos foram plantadas no IAN e os híbridos foram observados e avaliados, encontrando-se lá até hoje. Em 1982, 30 anos após a realização desses trabalhos, quando a dendeicultura já era uma realidade no Pará, a Embrapa e o Instituto de Pesquisa de Óleos e Oleaginosas da França (IRHO) mostraram interesse nesses híbridos para conferir resistência ao amarelecimento fatal, uma enfermidade que estava dizimando os plantios no Estado.

No final dos anos 1940 e início dos anos 1950, o IAN era a única instituição brasileira que dispunha de sementes de alto rendimento, de formas botânicas estudadas longamente na África. O documento de Camargo apresentado ao Ministério da Agricultura, no Rio de Janeiro, apontava o Município de Alenquer, no Oeste do Pará, como o centro de plantação intensiva de dendê.

O bom desempenho desse material possibilitou que o professor Joaquim Bertino de Moraes Carvalho, diretor do Instituto de Óleos, ao visitar os trabalhos de pesquisa com oleaginosas, na Malásia e na África, em 1957, recomendasse ao Ministério da Agricultura a celebração de um acordo técnico com o IRHO da França, que desenvolvia trabalhos de pesquisa nas estações experimentais da África, na Costa do Marfim (La Mé e Dabou) e no Benin (Pobé), desde 1923.

Naquele Instituto, haviam sido desenvolvidos os famosos e altamente produtivos híbridos dos frutos tipo Tenera com grossa e oleosa polpa, resultante do cruzamento entre as linhagens de frutos tipo Dura, que tinham a casca dos caroços muito espessa, e o tipo Pisífera, um fruto quase sem caroço. Esse material de elite era guardado a sete chaves.

O acordo foi concretizado em 1959 entre o diretor do IRHO, M. Ollagnier, em sua visita a Belém, e o diretor do IAN, Doutor Rubens Lima. Em 1962, foi implantado um banco de germoplasma das melhores linhagens tipo Dura e Tenera.

Ecologicamente adequada

Em 1969, Camargo estava no México, na Península de Yucatan, a serviço do Hudson Institute, a fim de coletar e fornecer material botânico para Mérida, de híbridos de dendê e outras espécies botânicas de especial interesse para a fundação de uma nova Estação Experimental Agropastoril na região sul da península, próximo à Guatemala.

A visão de futuro de Camargo ficou mais uma vez evidenciada quando apostou na cultura do dendê. Hoje, está demonstrado que é ecologicamente adequada para a região amazônica, especialmente para as áreas alteradas. Os plantios são renovados a cada 25/30 anos. O clima da região próxima de Belém, com até 3,5 mil milímetros de chuvas, é extremamente propício para o desenvolvimento das palmáceas. E o dendê emprega uma pessoa a cada 10 hectares mecanizados.

Hoje, a única refinaria brasileira de óleo de dendê está em Belém. O grupo Agropalma, maior produtor de óleo de palma da América Latina, já investiu quase US\$ 180 milhões nas instalações de agroindústrias em três municípios do Pará (Moju, Tailândia e Acará), onde cultiva 33 mil hectares de dendê. A empresa já se prepara para inaugurar a primeira indústria de biodiesel, cuja meta é produzir 15 milhões de litros por ano. O grupo produz atualmente óleo bruto, refinado, gordura vegetal, creme vegetal e margarina do fruto da palmeira do dendê.

Capítulo 10

Mentalidade agrícola, reação contra a pobreza

Produção de fibras naturais era um desafio

A seringueira foi a vedete das pesquisas do Instituto Agrônomo do Norte (IAN) durante os primeiros anos da instituição, mas não foi a única cultura apontada como a saída para o desenvolvimento da economia regional. Como a exploração da espécie genuinamente amazônica não caminhava bem, uma planta originária da Índia começou a chamar atenção e, a partir da década de 1940, passou a ser considerada alternativa à seringueira. Com o nome científico *Corchorus capsularis*, a juta é até hoje cultivada para a obtenção de fibras têxteis utilizadas na produção de telas, cordas, lonas, sacos, cortinas e outros produtos¹.

As primeiras tentativas de introdução da juta na Amazônia foram feitas pelos colonos japoneses, a partir de 1929, e a cultura começou a se desenvolver pelos estados do Amazonas, mais especificamente em Parintins, e do Pará, em Breves.

A partir de 1947, porém, a produção de juta e guaxima da região sofreu declínio, caindo de 11 mil toneladas, em 1946, para cerca de 9 mil toneladas, em 1947. Nesse período, o Brasil era o sexto importador de fibras para sacaria. A indústria, que produzia cerca de 40 milhões de sacos por ano, atravessou 6 meses seguidos sem matéria-prima. Em 1948, os países do Oriente chegaram a enviar para o Brasil quase 30 toneladas do produto.

A indústria têxtil de São Paulo tem capacidade para produzir cerca de 60 milhões de sacos de anagem em condições normais e consome, em média, 45 mil toneladas de fibras de diversas categorias, a saber: juta, guaxima, malva roxa, etc. Em 1947 a Amazônia produziu apenas 25% das fibras empregadas na indústria de sacaria, e em fins desse ano, o governo brasileiro se viu obrigado a trocar o arroz do Rio Grande do Sul por juta da Índia, com sacrifício para os produtores de arroz, a fim de impedir que em 1948, estivéssemos desprevenidos de sacos para exportação de café, cacau, açúcar e de evitar o colapso no transporte de gêneros alimentícios dentro do País. Não adianta produzir cereais, nem mesmo café, cacau, feijão, soja, açúcar...

¹ A CULTURA da Juta representa a salvação econômica para o Vale do Amazonas e o princípio de uma era nova de trabalho agrícola organizado. **Jornal A Província do Pará**, jan. 1948.

sem providenciar, simultaneamente, a produção de sacos para embalagem desses produtos.²

O quadro preocupante fez com que fossem realizados diversos encontros em busca de uma solução para a escassez de matéria-prima. Um deles foi a Convenção Nacional da Juta, em São Paulo, organizada pelo Sindicato da Indústria de Fiação e Tecelagem e presidida pessoalmente pelo Ministro da Agricultura, Daniel de Carvalho. O objetivo do encontro era livrar o País da importação de juta indiana. A saída: incentivar o cultivo e a produção da fibra na Amazônia. O lema do encontro era produzir juta de qualquer qualidade. Além disso, a palavra juta passou a representar toda e qualquer fibra que servisse para fabricar sacos.

Durante o encontro, o IAN viu aprovado o plano para a produção de sementes, apresentado no ano anterior ao governo federal. O Instituto ficou então incumbido de produzir, em 1948, 10 mil quilos de sementes para fomentar o cultivo da fibra. Esse número seria expandido para 50 mil quilos em 1949 e 90 mil em 1950. Para se ter ideia da grandiosidade da missão, até então o máximo de compra ou distribuição de semente de juta na Amazônia havia sido de 6.717 quilos de sementes, em 1943.

Para efetivar o projeto, Felisberto Camargo solicitou uma verba de Cr\$ 1,6 milhão que deveria ser financiada pelo Plano Salte.³ O projeto garantia que os produtores poderiam contar com sementes selecionadas e também dar um freio à especulação no preço da semente, que chegou a ser vendida por Cr\$ 100 o quilo, sem garantia de pureza.

O sentimento que compelia Camargo a defender o cultivo racional da juta era o mesmo que o fazia lutar pelo desenvolvimento da seringueira em solo amazônico: o fim do extrativismo. Ele queria criar o que chamava de “mentalidade agrícola” no povo da zona rural e apostava nisso como saída para a pobreza endêmica que tomava conta da região.

Sua população vive de explorações extrativas de borracha, timbó, castanha do Pará, essência de pau rosa, madeira, pesca, caça etc. A cultura da juta viria abrigar uma população de cerca de 100 mil homens que hoje se acham metidos na mata, sem assistência alguma, evitando o colapso que de outra forma será inevitável. A cultura da juta irá transformar o seringueiro de uma vítima da produção de borracha extrativa em um homem novo, com uma mentalidade de agricultor. (...) Atrás do plantador de juta, que

² Trecho de entrevista concedida por Felisberto Camargo ao jornal O Estado do Pará, em 6 de junho de 1948.

³ O Plano Salte foi o terceiro grande esforço de regionalização e planejamento do desenvolvimento econômico do Brasil, elaborado em 1948, no governo de Eurico Gaspar Dutra.

será o desbravador das matas ciliares do Amazonas, virá nascer uma agricultura mista nova, com uma produção variada de toda a pequena lavoura, até a produção de leite e derivados.⁴

Antes de surgirem os planos para a intensificação do cultivo da juta, o IAN já trabalhava com a planta. Em 1946, a instituição adquiriu sementes de juta dos núcleos de japoneses que conservavam as variedades com maior pureza, iniciou a seleção das variedades e contratou o ex-chefe do serviço de juta dos japoneses, Sakae Oti. Foi quando começou o trabalho em duas áreas, uma para experimentação e outra para produção de sementes, com 8,25 hectares. Com o novo direcionamento, as sementes geradas pelo Instituto seriam distribuídas gratuitamente para incentivar os pequenos produtores.

O plano foi seguido pelo IAN, a partir de 1948, e a situação de escassez do produto começou a se reverter. O País passou não só a ser autossuficiente na produção da fibra, como a ocupar o terceiro lugar entre os países produtores, responsável por 3% da oferta mundial. As pesquisas visavam, principalmente, garantir uma fibra de melhor qualidade e de preço baixo. Por isso, a juta despontou como a grande esperança dos produtores da região.

Em 1949, a Amazônia já era responsável pelo envio de mais de 19 mil toneladas de juta e fibras similares para o Sul do País. A oferta de produto no mercado era tão alta que os industriais até exportaram para os Estados Unidos 650 toneladas de aniagem, numa operação de quase um milhão de cruzeiros. Em 1951, o Pará e o Amazonas conseguiram a produção recorde de 35 mil toneladas de fibras, conquistando para o Brasil a autossuficiência na produção.

Os anos de 1951 e 1952 são considerados os anos áureos para a indústria nacional de sacaria. Já em 1950, todas as fábricas de aniagem do País consumiram 40 mil toneladas de fibra. Todavia, o bom desempenho da região acabou afetando interesses, assim como aconteceu com o cultivo da borracha. Isso foi descrito por Felisberto Camargo em um documento produzido em 1952, no qual o pesquisador assinalou:

Alguns industriais não satisfeitos com os lucros acumulados pretendiam fazer crer ao governo, que um maior amparo à produção de juta na Amazônia poderia acarretar uma paralisação e uma gravíssima falta de sacos para transporte de cereais, em todo o País. Esta frase representava o artifício empregado no sentido de conseguir novas importações, pois, enquanto era dado este falso alarme, foi iniciada a exportação de aniagem para a América do Norte, a título experimental.

⁴ Trecho de entrevista de Felisberto Camargo concedida ao jornal O Estado do Pará, em junho de 1948.

Com relação ao preço de importação da juta do Oriente, os industriais auferem duas vantagens: uma decorrente do fato de o custo da produção do Oriente ser mais baixo do que o da Amazônia. Outra, mais importante, tendo em vista que os preços oficiais que figuram nas faturas consulares são, normalmente, 20 a 25% mais elevados, do que na realidade. O “câmbio” é fechado numa base mais alta e a juta é comprada por um preço mais baixo. O industrial fica com um saldo líquido em libras esterlinas que, no câmbio negro, dobra de valor.

Camargo queria demonstrar que a importação era para os industriais um negócio interessantíssimo, especialmente porque o dólar e a libra esterlina rendiam ágio de mais de 70% no câmbio negro. Ele queria demonstrar também que a Amazônia mais uma vez poderia ser prejudicada, pois seu desenvolvimento conflitava com interesses de setores poderosos do Sul do País.

O pesquisador previu ainda que, dentro de 2 anos (1954), a produção alcançada em 1948 seria dobrada, chegando o consumo de fibras para sacaria em 60 mil toneladas. Ele anunciou também que o IAN já estava se preparando para a autossuficiência brasileira, com uma produção de 150 toneladas de sementes, e defendeu mais uma vez a expansão do cultivo da planta.

Considerando que há na Amazônia uma terrível falta de braços e que muitos são os outros problemas que devem ser resolvidos na região, torna-se urgente promover o desenvolvimento da cultura da juta no Maranhão e em outras regiões do País, mesmo porque, quando a Amazônia atingir a produção de 60 mil toneladas de juta e fibras similares, ficarão poucos braços disponíveis para o desenvolvimento da produção de alimentos. Não haverá braços para sustentar a política de auto-suprimento da população do Vale, em caso de guerra.

Como se vê, Camargo sempre se preocupava tanto com a ausência de força de trabalho como também com a geração de renda para a região. O pesquisador contava também que a cultura da juta seria impulsionada com a finalização do projeto de colmatagem realizado na Subestação Experimental de Maicuru, antiga Fazenda Cacaual Grande. Ele previa que, com isso, a Amazônia entraria na fase de lavoura altamente tecnificada e a produção da juta passaria a ser mecanizada.

Outro obstáculo enfrentado pela cultura na Amazônia foi a baixa qualidade do produto obtido na região. Esse argumento também foi utilizado pelos industriais na defesa da importação da fibra do Oriente para “misturar com a juta nacional”. O problema é que não existia na região um serviço de classificação da juta.

Enquanto os industriais de juta estiverem preocupados com a obtenção das licenças de importação e o produtor amazônico vender o fruto do seu exaustivo trabalho à razão de cinco cruzeiros o quilo, não haverá melhoramento qualitativo da fibra. Essa situação só será modificada quando forem suspensas as licenças de importação e for garantido ao produto um preço mínimo justo, que compense um trabalho de lavagem da fibra mais intenso, mais prolongado. No momento, com o preço da juta a cinco cruzeiros o quilo, maior é a “defesa” do produtor, em face da especulação geral e da falta de critério mais honesto na compra do produto.

O IAN passou, então, a fornecer as sementes de juta para os produtores. Mas isso não foi suficiente para deixá-los satisfeitos. Uma onda de reclamações em relação à qualidade das sementes oferecidas, feitas principalmente por produtores do Estado do Amazonas, e a crescente especulação com o produto que era desviado e vendido por alguns produtores causaram uma grande dor de cabeça para o diretor do IAN.

No dia 21 de dezembro de 1948, o jornal O Estado publicou o seguinte texto:

Já de algum tempo se sabia na cidade que nada mais era que simples e pura encenação a propalada avalanche de sementes de juta com que o Instituto Agrônomo do Norte propala uma futura colheita recorde na Amazônia, certamente capaz de deixar embasbacados os juticultores da Índia. As sementes não se ignorava, eram de baixo, baixíssimo poder germinativo, não indo talvez além de quarenta por cento, o que não estava de acordo com as trombetas da propaganda do Agrônomo.

O Diário da Tarde, de Manaus, abriu fogo também contra o IAN:

(...) o engodo que sacrifica mais uma vez a economia da Planície, enquanto os responsáveis pela burla continuam apregoando coisas que na hora da prova ficam reduzidas às proporções das sementes miraculosas da juta. (...) Segundo laudo técnico de Bento Dantas, ilustre cientista pernambucano, ficou apurado que o Instituto Agrônomo do Norte remeteu para Manaus sementes de juta colhidas verdes, imprestáveis, confirmando assim a campanha justíssima do jornal “Diário da Tarde”, de Manaus. Esses técnicos estrangeiros também não passam de simples cavadores de esmeraldas.

As principais queixas eram disparadas pela Associação Comercial do Amazonas, antes responsável pela distribuição de sementes de juta no estado. De 1940 a 1948, foram distribuídos no Amazonas, no máximo, 5 mil quilos de

sementes. Com o início do trabalho pelo IAN, esse número cresceu para 12 mil quilos já em 1948 e chegou a pouco mais de 44 mil em 1951.

Segundo relatório do IAN de 1951, as “cobranças” eram fruto de uma campanha organizada por elementos interessados na exploração do comércio de sementes. Doze mil quilos de sementes de juta, distribuídos gratuitamente pelo IAN em 1948, representavam um valor de um milhão de cruzeiros que fugiam das mãos dos vendedores de sementes, tomando-se em consideração o preço normal das sementes naquele ano.

Para se defender das acusações, os técnicos do IAN argumentavam que a produção de fibra no Estado do Amazonas havia crescido de 5 mil toneladas, em 1948, para 8 mil, em 1949, graças exclusivamente às sementes do Instituto. No Pará, a situação era outra, já que não havia nenhum grupo interessado no comércio das sementes. A despeito das críticas, o fornecimento de sementes pelo Instituto continuou crescendo e, em 1949, chegou a 64 mil toneladas, dez vezes mais do que era distribuído por todos os órgãos federais e estaduais⁵.

Os negociantes conseguiram desviar para o mercado negro, em 1951, 25 toneladas de sementes financiadas pelo Instituto, ao preço de 200 cruzeiros o quilo, porque não havia um controle efetivo sobre o destino das doações. Com o aumento das reclamações, Felisberto Camargo foi chamado pelo ministro da Agricultura, João Cleophas, para responder às acusações do deputado Jayme Araújo, representante da Associação Comercial do Amazonas, de que a safra de 1952 estaria comprometida.

Camargo explicou que a safra esperada, depois de terem sido distribuídas 70 toneladas de sementes, era de no mínimo 35 toneladas de fibras, incluindo juta, guaxima e malva. Segundo Camargo, o que ele costumava chamar de “campanha” levantada contra o IAN, com o argumento de que a diminuição na distribuição de sementes levaria a uma grande queda na produção, favorecia apenas os industriais do Sudeste do Brasil e seus representantes no Norte, que poderiam pleitear novas licenças de importação da juta da Índia ou do Paquistão.

Nos anos anteriores, e especialmente em 1950, houve um enorme desperdício de sementes e, em 1951, as sementes de juta do Agrônomo chegaram a servir até como instrumento de campanhas políticas para conquista de votos. A campanha movida contra o Instituto Agrônomo do Norte, sob a alegação de que haveria enorme redução na produção de fibras em 1952, criou o ambiente propício para importação da juta do Oriente. Os industriais não poderiam deixar de utilizar as informações prestadas pelas maiores autoridades do Estado do Amazonas e

⁵ Em 1950, o IAN distribuiu 82 mil toneladas de sementes e, em 1951, em virtude de uma grande estiagem que assolou o País, foram distribuídas 44 mil toneladas.

pelos digníssimos representantes da Associação Comercial do Amazonas.⁶

Segundo Camargo, o “alarde” levantado em Manaus, sobre a possível redução da safra de juta, teve duas consequências: uma funesta para toda a Amazônia e outra útil para o Pará. A consequência funesta foi a utilização da informação pelos industriais paulistas de fiação e tecelagem, para conseguir licença de importação da fibra do Oriente, justamente no ano em que a região deveria produzir o número recorde de 35 mil toneladas de fibra.

A situação, porém, acabou incentivando a produção de guaxima no Pará. Já em 1951, o Estado produziu aproximadamente 11,5 mil toneladas de guaxima e enviou para o Sul do País mais de 9 mil toneladas, embora houvesse apenas uma indústria de tecelagem instalada no estado, a Indústria Perseverança. Os agricultores paraenses, principalmente da região ao longo da Estrada de Ferro de Bragança, no Nordeste Paraense, acabaram se animando com a possível falta de juta no Amazonas e resolveram intensificar a produção da fibra.

A principal preocupação do pesquisador, porém, era que a onda de boatos e a conseqüente importação do produto pelos industriais do Sudeste do País causassem o abandono da produção amazônica. Para evitar um colapso no mercado local, ele sugeriu que o governo promovesse a exportação de fibra da Amazônia para os Estados Unidos ou para a Inglaterra, enquanto outras medidas possibilitassem a fabricação de aniagem e de sacos na região.

Camargo sugeriu também que o governo federal fixasse um preço mínimo para a juta nacional e comprasse a produção por intermédio da Comissão de Financiamento da Produção, do Ministério da Fazenda.

As propostas frequentemente sugeridas por Camargo, seja no caso da juta ou na luta pelo cultivo racional da seringueira, extrapolavam a própria competência do administrador do Instituto e geralmente lhe rendiam alguns inimigos. Mas isso nunca foi um empecilho para que ele continuasse a apontar os caminhos para o fim da dependência econômica da Amazônia em relação aos estados do Sul do País. Ao redigir seus planos estratégicos, ou mesmo os relatórios do IAN, Camargo demonstrava uma paixão única na defesa dos interesses da região. Mesmo sendo paulista de nascimento, não hesitava em criticar ou denunciar as manobras políticas ou comerciais que pudessem prejudicar o Pará e os outros estados da Amazônia.

Um exemplo claro disso é o relatório do IAN de 1951, quando estava no auge o embate pelo comércio da juta. Depois de apontar a saída para o

⁶ A CAMPANHA relativa à redução da safra de juta na Amazônia em 1952 e suas conseqüências, In: INSTITUTO AGRÔNOMICO DO NORTE. Relatório. Belém, PA, 1951.

problema, ele não perdeu a oportunidade de fazer uma declaração ideológica. Embora o pesquisador estivesse alinhado com a extrema direita da época, muitas vezes seus discursos pareciam vir de algum membro do Partido Comunista, que aliás ele execrava. Eram baseados na doutrina social da igreja católica:

Os industriais do sul estão incapacitados de adquirir a fibra, em 1952, por que suas fábricas se acham abarrotadas de juta estrangeira e eles não dispõem de capital para empatar com a juta da Amazônia. Não se pode nem se deve esperar colaboração alguma dos industriais do sul, na safra de 1952. Estas são medidas essenciais para evitar o desastre que ameaça a cultura de juta amazônica. Nessa luta de interesse entre um pequeno grupo de ricos industriais e da massa numerosa de pobres produtores de juta da Amazônia, vem a propósito lembrar-se o discurso do brilhante senador gaúcho, Alberto Pasqualini, proclamando a necessidade de se promover com urgência uma reforma de base. É preciso acabar com essa situação que poderá arrastar o país ao abismo do extremismo, pois não haverá mais regime “denominado democrático” que resista a essa situação, em que um grupo de privilegiados possa escravizar as massas trabalhadoras. Não se trata de defesa de política trabalhista, mas sim de defesa dos direitos do homem, já levantada pelos Papas Leão XIII e Pio XI, nas encíclicas “Rerum Novarum” e “Quadragésimo Ano”, respectivamente.⁷

Depois de todas as especulações, a produção de juta em 1952 foi de quase 40 mil toneladas, sendo distribuídas 100 toneladas de sementes de juta naquele ano e um excedente de 80 toneladas para o ano seguinte. A boa produção acabou com o mercado dos atravessadores. Esta foi uma das últimas vitórias de Felisberto Camargo antes de deixar o IAN.

A produção da juta cresceu ainda durante alguns anos, chegando a 30 mil toneladas em 1955, 57 mil em 1960 e mais de 70 mil em 1968. Mas, para os pequenos produtores, a situação continuou a mesma. Nesse mesmo ano, em documento sobre a situação da Amazônia, Camargo afirmou que a atividade já não representava mais a esperança dos produtores como antes.

Constitui a atividade de mais baixo padrão de vida do interior da Amazônia. O produtor de juta vive sem assistência de qualquer espécie, em condições impróprias para um ser humano. Infelizmente, o futuro da jicultura não é nada promissor, em face da concorrência com os países asiáticos e em virtude dos produtos sintéticos e dos substitutos para este tipo de fibra⁸.

⁷ CAMARGO, F. **Relatório do IAN**. Belém, PA, 1951.

⁸ CAMARGO, F. **A situação econômica da Amazônia no presente**. [S.l.], 1968.

Conclusão

Legado para a História

Camargo pensou e ousou muito acima do seu tempo

Felisberto Camargo deixou uma vasta produção para a história da pesquisa agropecuária na Amazônia. Esta obra pretende ser apenas a abertura da cortina no palco da trajetória desse cientista, que nasceu em São Paulo, mas se tornou amazônida. Acreditou que, mais importante que rotular uma região, o pesquisador deve conhecê-la para poder apontar soluções ao seu desenvolvimento.

Aqui ele viveu 12 anos. Defendeu ideias polêmicas. Lutou por elas. Expôs-se. Comprou briga com a oligarquia que controlava o extrativismo da borracha. Enfrentou os industriais que dominavam o comércio importador de fibras naturais e seus prepostos. Defendeu a utilização das várzeas para a produção de alimentos. Sonhou com a criação de uma agência de desenvolvimento regional.

Nos anos 1940, pregou a implantação de uma pecuária leiteira e de corte, além de defender o criatório racional do búfalo numa época em que aquele animal era tratado como fera. Enfrentou a burocracia do Estado e a pressão dos criadores do Triângulo Mineiro quando decidiu importar o gado red sindhi.

Camargo acreditou no cultivo racional da seringueira e na investigação científica para combater o mal-das-folhas. Apostou numa espécie híbrida de dendê, vislumbrando a produção de óleo refinado e gorduras vegetais como uma das alternativas econômicas para a Amazônia. Estudou a fundo as diversas espécies de abacaxi porque apostava no fruto e também nas fibras do curauá. Defendeu com ardor a formação de lagos amazônicos para a geração de energia. Deixou uma instituição de pesquisa e uma escola de agronomia, que se transformou na Universidade Federal Rural da Amazônia.

Acima de tudo, legou o exemplo de quem trabalhou, produziu e errou. Fez tudo de forma intensa e apaixonada, como todo homem que não tem compromisso com o imediatismo, mas que pensa além do seu tempo.



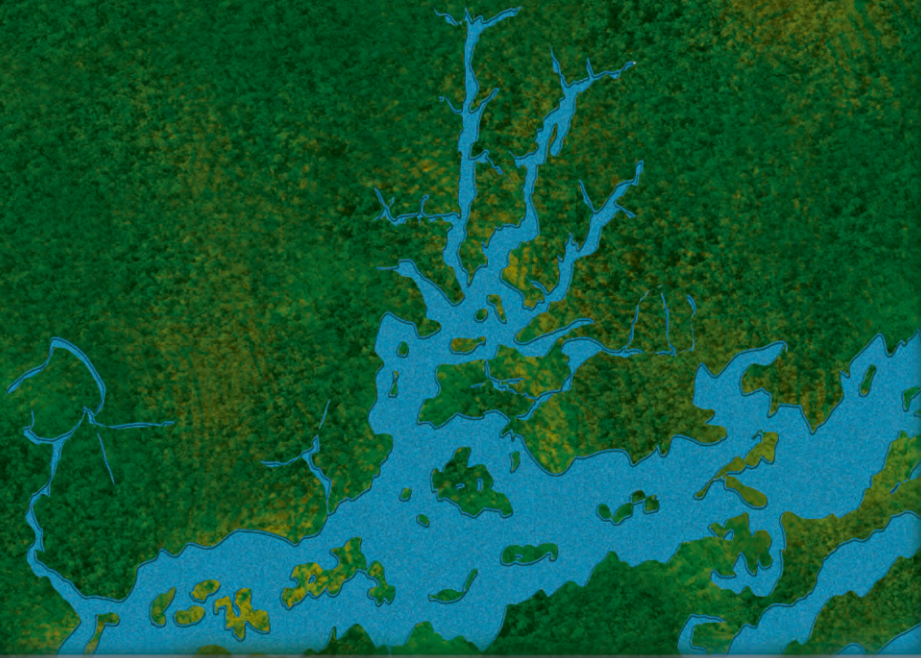
O entomologista colhe coccinelídeos com um guarda-chuva que mandou fazer especialmente para essa atividade de campo. Camargo analisou e classificou inúmeros exemplares para museus nacionais e internacionais.

do Estado brasileiro, que se dobrou às pressões norte-americanas para impedir a entrada no Brasil do gado vermelho do Paquistão. Reagiu e usou a diplomacia, o seu conhecimento técnico, mas, sobretudo, uma elevada dose de insistência para botar os animais num avião e conseguir desembarcar a sua preciosa carga na Ilha de Fernando de Noronha.

O pesquisador via além de seu tempo. Incentivou o cruzamento de dendzeiros africanos com as palmeiras nativas de dendê da Amazônia, que resultou em árvores mais resistentes e com maior capacidade de produzir frutos, matéria-prima para a fabricação de gorduras e óleos vegetais.

Embrapa

Amazônia Oriental



Ministério da
Agricultura, Pecuária
e Abastecimento

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

ISBN 978-85-87690-57-9



9 788587 690579 >

CGPE:9178